



LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA

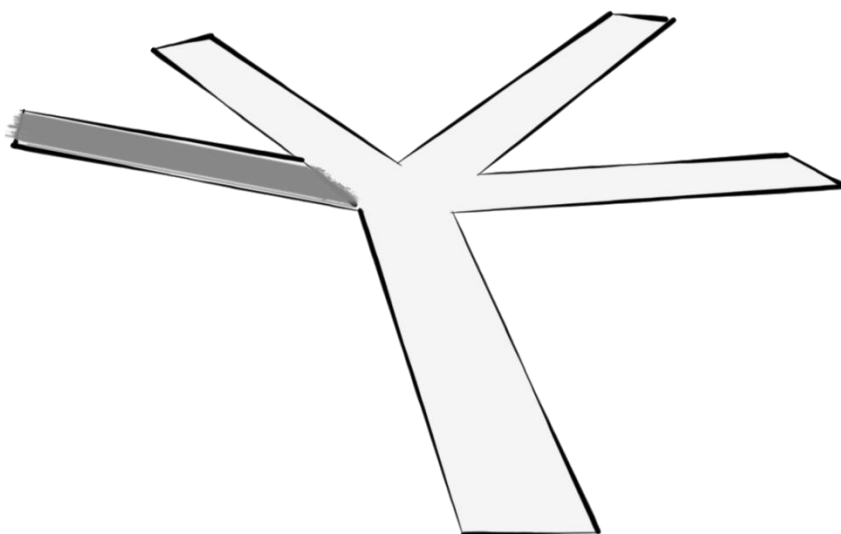


FACULDADE DE ARQUITETURA

UNIVERSIDADE DE LISBOA

# PROBLEMAS QUE NINGUÉM QUER

## ARQUITETURA E URBANISMO NA SOLUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DOS REFUGIADOS



**Márcio José da Silva Costa**

(Licenciado)

Dissertação elaborada para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

### **Orientação Científica:**

Doutora Isabel Raposo

### **Júri:**

Presidente Doutor Pedro George

Vogal Especialista Per Iwansson

Vogal Doutora Isabel Raposo

### **Documento Definitivo**

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro, 2016





LISBOA

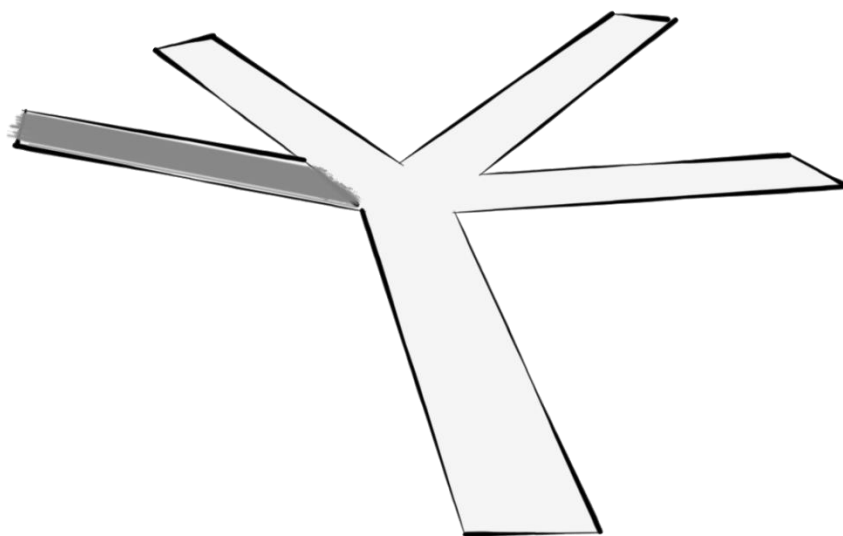
UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



**FACULDADE DE ARQUITETURA**

UNIVERSIDADE DE LISBOA

**PROBLEMAS QUE NINGUÉM QUER**  
ARQUITETURA E URBANISMO NA SOLUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DOS REFUGIADOS



**Márcio José da Silva Costa**

(Licenciado)

Dissertação elaborada para a obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

**Orientação Científica:**

Doutora Isabel Raposo

**Júri:**

Presidente Doutor Pedro George

Vogal Especialista Per Iwansson

Vogal Doutora Isabel Raposo

**Documento Definitivo**

Lisboa, FA ULisboa, Dezembro, 2016



## RESUMO

Com esta dissertação pretendeu-se compreender a problemática do acolhimento dos refugiados e especificamente dos campos de refugiados e contribuir para o desenho conceptual de uma solução alternativa que responda ao **direito à cidade** e a um **habitat** condigno para os refugiados.

No primeiro capítulo procedeu-se a um breve enquadramento da temática dos refugiados. No segundo fez-se primeiro uma sucinta abordagem das noções teóricas referentes ao direito à cidade, aos paradigmas urbanísticos, aos modelos conceptuais e às formas da aglomeração urbana e depois fez-se uma breve menção à cidade marginal com referência aos bairros autoproduzidos ou ditos “informais”, bem como aos casos de integração dos retornados e reassentados. Com base nesta informação, explorou-se no terceiro capítulo as noções de campos de refugiados em diferentes contextos a nível mundial, e no quarto capítulo os abrigos temporários para situações de emergência.

Com fundamento nesses elementos elaborou-se uma proposta conceptual, de assentamento de refugiados que visa alcançar a auto-sustentabilidade e auto-suficiência baseada numa abordagem urbana e arquitectónica cruzada com outras áreas disciplinares, que contribuem para uma melhor qualidade de vida e em que os refugiados também sejam co-autores da produção do seu lugar. Propôs-se uma organização temática da proposta que tenha em conta a previsão do faseamento da sua implementação e as características geográficas, socioeconómicas e culturais. Procedeu-se também a uma reflexão com vista a uma melhor qualidade dos espaços públicos e dos abrigos, tendo em conta que se destinam muitas vezes a uma longa permanência que se pode estender por anos.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

- Zona de conflitos
- Cidade instanciada
- Campo de refugiados
- Temporário / Permanente
- Espaço urbano e abrigos

## **ABSTRACT**

This scientific paper aims to understand the issue of hosting refugees and specifically refugee camps and contribute to the conceptual design of an alternative solution that responds to the **right to the city** and a suitable **habitat** for refugees.

In the first chapter a brief overview of refugee issues was carried out. In the second chapter, first a succinct approach of the theoretical notions concerning the right to the city, the urban paradigms, the conceptual models and the forms of urban agglomeration was addressed, and then a brief mention to the principles of marginal city with reference to the self-constructed neighbourhoods or so called "informal", as well as integration cases of returnees and resettlements, was considered. On the basis of this information, in the third chapter the notions of refugee camps in different worldwide backgrounds, and in the fourth chapter the emergency temporary shelters were explored.

Based on these elements, a conceptual proposal was developed for refugee settlement aiming to achieve self-sustainability and self-sufficiency based on an urban and architectural approach intersected with other disciplines, thus contributing to a better quality of life and where the refugees are co-authors of the production of their place. A thematic organization of the proposal was planned which takes into account the expected phasing of its implementation and the geographical, socio-economic and cultural characteristics. Consideration has also been given to improve the quality of public spaces and shelters, bearing in mind that they are often intended for a long-term use that can be extend for years.

### **KEYWORDS:**

- Conflict zone
- Instantiated city
- Refugee camp
- Temporary / Permanent
- Urban area and shelters

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as vítimas de conflitos e principalmente aos que perderam a vida ao tentarem encontrar um local seguro para sobreviver.

O resultado deste trabalho foi alcançado com muita resiliência, algo que faz parte da minha personalidade e que aprofundei ainda mais durante este percurso acadêmico, devido às experiências que vivenciei e visualizei no cotidiano dos refugiados.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Professora Doutora Isabel Raposo, manifesto os meus profundos agradecimentos, pela sua dedicação, entusiasmo, acompanhamento e acima de tudo amizade. Reconheço-lhe enormes capacidades e qualidades humanas. O seu excelente profissionalismo, conselhos, críticas e abordagens, foram indispensáveis para a elaboração e estabilização do trabalho.

Ao especialista Arquitecto Per Iwansson, agradeço o seu acompanhamento, simpatia, parecer e experiência prática, que contribuíram para o meu enriquecimento pessoal, e foram significativamente importantes para o desenvolvimento e conclusão da dissertação.

Ao Professor Catedrático Nuno Portas, agradeço a sua vontade em participar neste tema, informação partilhada e apreciação final.

Ao Representante do Ministério do Interior da Grécia Constantinos Kousaxidis, agradeço as informações e possibilidade de acesso aos campos oficiais.

A todos os Entrevistados e Informantes, agradeço as suas apreciações, críticas e revoltas. Destacando a Plataforma de Apoio aos Refugiados, o Conselho Português para os Refugiados, a eurodeputada Ana Gomes os voluntários das ONG e do ACNUR, a Ordem dos Arquitectos pelo interesse neste assunto e aos Refugiados que partilharam um pouco das suas vidas.

A todos os Professores que dispensaram algum tempo para debatermos estes problemas, agradeço-lhes e reconheço que também contribuíram para a elaboração deste trabalho. Salientando a Doutora Elizabete Freire, o Doutor Francisco Oliveira e o Doutor João Carvalho.

À Arquitecta doutoranda Sílvia Jorge, manifesto o meu agradecimento, pelo apoio e crítica final para a apresentação pública.

A todos os meus Colegas com quem tive o prazer de trabalhar e conviver, agradeço o apoio durante este percurso académico.

Aos meus Amigos, agradeço-lhes os momentos partilhados e conselhos durante períodos de descontração e/ou tensão.

À minha Família, manifesto um enorme obrigado, pelas lições de vida em que fomos partilhando e aprendendo, e por tentarem-me compreender e fazerem-me acreditar nas minhas capacidades e qualidades.

À minha amada *Moon*, demonstro o meu maior agradecimento, pelos afectos e partilhas emocionais. Compreensão, encorajamento, incentivo e ainda acompanhamento e crítica técnica sobre o desenvolvimento do trabalho. Obrigado por tudo!

Concluindo, agradeço a todos! Este trabalho não teria sido possível realizar sem a vossa participação.

# ÍNDICE GERAL

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS	x
LISTA DE ACRÓNIMOS	xi
GLOSSÁRIO	xii
INTRODUÇÃO	1
PROBLEMÁTICA E OBJECTIVOS	2
ESTADO DA ARTE	5
METODOLOGIA	6
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	7
<b>1º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO DA TEMÁTICA</b>	<b>8</b>
1.1 ORIGEM DO ESTATUTO DE REFUGIADO	8
1.2 ESTATUTO DE REFUGIADO E SUA EVOLUÇÃO	10
1.3 CATEGORIAS DE DESLOCADOS	13
1.4 SITUAÇÕES OCORRIDAS – SÉCULO XX E XXI	15
1.5 INSTITUIÇÕES / ORGANIZAÇÕES	19
1.6 ACOLHIMENTO E TERRITÓRIO	21
1.7 SÍNTESE REFLEXIVA	23
<b>2º CAPÍTULO - CIDADE</b>	<b>25</b>
2.1 PARADIGMAS E MODELOS URBANOS	25
2.2 MORFOLOGIAS URBANAS	28
2.3 CIDADE MARGINAL	30
2.3.1 DOS BAIRROS DITOS “INFORMAIS” À INCLUSÃO DE REFUGIADOS	30
2.3.2 ACOLHIMENTO DE RETORNADOS E REASSENTADOS	31
2.4 DIREITO À CIDADE	34
2.5 SÍNTESE REFLEXIVA	37
<b>3º CAPÍTULO - CAMPOS DE REFUGIADOS</b>	<b>38</b>
3.1 ACAMPAMENTO PROVISÓRIO	38
3.2 CAMPO DE REFUGIADOS	39
3.3 EXEMPLOS DE CAMPOS DE REFUGIADOS EM VÁRIOS PAÍSES	40
3.3.1 EXEMPLOS EM ÁFRICA	41
3.3.2 EXEMPLO NA AMÉRICA	46
3.3.3 EXEMPLOS NA ÁSIA	48
3.3.4 EXEMPLO ENTRE A EUROPA E A ÁSIA	52
3.3.5 EXEMPLO NA EUROPA	54

3.4 ANÁLISE DE ELEMENTOS BÁSICOS E FINANCEIROS _____	55
3.5 PARÂMETROS URBANÍSTICOS _____	57
3.6 TESTEMUNHOS _____	59
3.7 SÍNTESE REFLEXIVA _____	61
<b>4º CAPÍTULO - ABRIGOS TEMPORÁRIOS PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA</b>	<b>64</b>
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO _____	64
4.2 TENDAS, CONTENTORES E OUTROS _____	66
4.3 ABRIGOS VERNACULARES, COM MATERIAIS “IN LOCO” _____	70
4.4 ESPAÇO PÚBLICO E OUTRAS SOLUÇÕES _____	71
4.5 NOVAS SOLUÇÕES _____	72
4.6 SÍNTESE REFLEXIVA _____	76
<b>5º CAPÍTULO - PROPOSTA</b> _____	<b>77</b>
5.1 LINHA DE TEMPO _____	77
5.2 MODELO E ZONAS CONCEPTUAIS _____	82
5.3 DIAGRAMA TEMPORAL _____	88
5.4 EXPANSÕES E DETALHES DE ABRIGOS _____	89
5.5 SÍNTESE REFLEXIVA _____	95
<b>CONCLUSÃO</b> _____	<b>97</b>
CONCLUSÕES FINAIS _____	97
<b>BIBLIOGRAFIA</b> _____	<b>100</b>
REFERÊNCIAS _____	100
WEBGRAFIA _____	104
<b>APÊNDICES</b> _____	<b>A</b>
APÊNDICE A - Questionários de análise sobre campos de refugiados _____	B
APÊNDICE B - Linha do tempo com todos os sectores intercalados do programa. _____	D
APÊNDICE C - Linha do tempo com esquema de construção arquitectónica e urbana. _____	E
APÊNDICE D - Exemplos de modelos com formas para comunidades _____	F
APÊNDICE E - Zona de crescimento de modelo conceptual ortogonal _____	F
APÊNDICE F - Zona de crescimento de modelo conceptual radioconcêntrico _____	F
APÊNDICE G - Dimensionamento de vias de acesso e circulação _____	G
APÊNDICE H - Modelo conceptual de malha híbrida _____	G
APÊNDICE I - Lista de entrevistados e informantes _____	G
APÊNDICE J - Evolução em linha de tempo de modelo conceptual ortogonal _____	H
APÊNDICE K - Participação WDCD 2016: <i>Refugee Challenge</i> _____	I
APÊNDICE L - Ciclo de Conversas do Grupo Gestual na FA-UL _____	I
<b>ANEXOS</b> _____	<b>J</b>
ANEXO A - Sumário de Padrões e indicadores do projecto Esfera e ACNUR _____	K
ANEXO B - Opções de planos para comunidades com 16 famílias _____	L

## ÍNDICE DE FIGURAS<sup>1</sup>

Fig. 1 - Mapa estatístico refugiados, 20 Junho 2016. _____	1
Fig. 2 - Estados partes da Convenção de 1951 relativa aos refugiados e/ou do Protocolo de 1967. _____	11
Fig. 3 - Diagrama esquemático da cidade jardim, 1898. _____	26
Fig. 4 - Diagrama de cidades satélites, após ocupação total do núcleo central, 1898. _____	27
Fig. 5 - Planta da cidade Radburn – Nova Jersey (RPAA planners, 1929). _____	27
Fig. 6 - Diagrama de conceito da unidade de vizinhança, Nova Iorque, vol. 7, 1929. _____	28
Fig. 7 - Malha ortogonal (Dickinson, 1951). _____	29
Fig. 8 - M. radioconcêntrica (Dickinson, 1951). _____	29
Fig. 9 - Malha orgânica (Dickinson, 1951). _____	29
Fig. 10 - Mapa de campos de refugiados em Dadaab. _____	41
Fig. 11 - (A e B) Vista aérea do campo de refugiados IFO 2, em Dadaab, Quênia. _____	42
Fig. 12 - (A e B) Vista aérea do campo de refugiados IFO, em Dadaab, Quênia. _____	42
Fig. 13 - (A e B) Vista aérea do campo de refugiados sudanês, no campo Iridimi, Chade. _____	43
Fig. 14 - (A e B) Vista aérea do campo Mugunga III para pessoas deslocadas internamente, na República Democrática do Congo. _____	44
Fig. 15 - (A) Vista satélite de acampamento após incêndio, em Khor Abeche, Darfur, Sudão. _____	45
Fig. 16 - (B) Vista aérea de acampamento de pessoas deslocadas internamente em Khor Abeche, Darfur, Sudão. _____	45
Fig. 17 - (A) Vista aérea de acampamento de refugiados ambientais, após terremoto e incertezas governamentais, em Porto Príncipe, Haiti. _____	48
Fig. 18 - (B) Vista aérea de acampamento, após a ameaça de deportação dos imigrantes ilegais na República Dominicana, em Parc Cadeau, Haiti. _____	48
Fig. 19 - (A e B) Vista aérea de acampamento Yingxiu de refugiados ambientais, após terremoto de 2008, Wenchuan county, província de Sichuan na China. _____	49
Fig. 20 - (A e B) Vista aérea parcial de campo de refugiados Jabalia, nordeste de Gaza Strip, Faixa de Gaza. _____	50
Fig. 21 - (A e B) Vista aérea de campo de refugiados Zaatari, onde destaca-se a principal avenida, reconhecida pelos refugiados e trabalhos como “Champs Elysee”, em Mafraq, Jordânia. _____	52
Fig. 22 - (A e B) Ocupação e construção de abrigos temporários em cerca de 2 meses, Bab al-Salama fronteira entre Turquia e Síria. _____	53
Fig. 23 - (A e B) Vista aérea na fase final de construção do campo de refugiados, Bab al-Salama fronteira entre Turquia e Síria. _____	54
Fig. 24 - (A) Vista aérea de acampamento de refugiados, em Eidomeni na fronteira entre Grécia e Macedónia. _____	55
Fig. 24 - (A) Vista aérea de acampamento de refugiados, em Eidomeni na fronteira entre Grécia e Macedónia. _____	55
Fig. 26 - (A e B) Vista de aglomerado urbano e abrigo temporário, em Eidomeni na fronteira entre Grécia e Macedónia. _____	55
Fig. 27 - Orçamento inicial, fundos disponíveis e despesas finais do ACNUR, de 2008 a 2015. _____	56
Fig. 28 - (A) Campo de refugiados IFO 2, no Quênia, 24 Dezembro 2013. _____	57

<sup>1</sup> Quando existirem duas imagens posicionadas paralelamente, podem ser identificadas por (A) imagem à esquerda e (B) imagem à direita.

Fig. 29 - (B) Campo de refugiados Iridimi, no Chade, 22 Novembro 2014. _____	57
Fig. 30 - (B) Acampamento Mugunga, na R.D. Congo, 12 Outubro 2014. _____	57
Fig. 31 - (B) Acampamento Parc Cadeau, no Haiti, 3 Outubro 2015. _____	57
Fig. 32 - (A) Campo de refugiados Jabalia, na Faixa de Gaza, 14 Junho 2007. _____	57
Fig. 33 - (B) Campo de refugiados Zaatari, na Jordânia, 28 Julho 2014. _____	57
Fig. 34 - (A) Comparativo de áreas e (B) Número de população acolhida. _____	58
Fig. 35 - (A) Índice de ocupação de solo e (B) Densidade populacional. _____	58
Fig. 36 - (A) Tenda modelo 1 do ACNUR, em acampamento em Katerini na Grécia. _____	68
Fig. 37 - (B) Tenda modelo 2 do ACNUR, em Dadaab, Quénia. _____	68
Fig. 38 - (A) Contentores em campo de refugiados, Eleonas na Grécia. _____	68
Fig. 39 - (B) Abrigos IKEA Foundation e ACNUR, em campo de refugiados, Salónica na Grécia. _____	68
_____	68
Fig. 40 - (A e B) Características e materiais de tenda tipo e contentor, Outubro 2010. _____	69
Fig. 41 - (A) Abrigo em campo de refugiados no Afeganistão; (B) Colapso de abrigo no Afeganistão. _____	70
Fig. 42 - (A) Futuro abrigo temporário, no campo de refugiado IFO 2, em Dadaab, Quénia. Foto: AP Photo/Rebecca Blackwell, 11 Julho 2011. _____	70
Fig. 43 - (B) Abrigo improvisado no campo de refugiados de Dagahaley, em Dadaab, Quénia. _____	70
Fig. 44 - (A) Crianças junto a abrigo feito com materiais encontrados no campo de refugiados de Dagahaley, em Dadaab, Quénia. _____	71
Fig. 45 - (B) Refugiada da Somália lava a roupa, junto a abrigo feito com materiais encontrados no campo de refugiados de Dagahaley, em Dadaab, Quénia. _____	71
Fig. 46 - (A) Percurso entre abrigos, em campos de refugiados sírios na Turquia. _____	71
Fig. 47 - (B) Aglomerado de abrigos em campos de refugiados Neo Kavala na Grécia. _____	71
Fig. 48 - (A) Edifício inacabado, em Erbil, Iraque. _____	72
Fig. 49 - (B) Favela nos subúrbios de Lahore, Paquistão. _____	72
Fig. 50 - (A e B) Proposta e execução de solução arquitectónica “sphere”. _____	73
Fig. 51 - (A e B) Solução arquitectónica “RE: BUILD”. _____	74
Fig. 52 - Proposta de projecto “Weaving a Home”. _____	74
Fig. 53 - (A e B) Proposta urbana e arquitectónica da equipa “Cross Hands Team”. _____	75
Fig. 54 - Percentagem de usos do solo em malha conceptual ortogonal. _____	83
Fig. 55 - Modelo de malha conceptual ortogonal. _____	84
Fig. 56 - Pormenor de modelo de zona ortogonal (3 distritos). _____	84
Fig. 57 - Percentagem de usos do solo em malha conceptual radioconcêntrica. _____	86
Fig. 58 - Modelo de malha conceptual radioconcêntrica. _____	86
Fig. 59 - Pormenor de modelo de zona radioconcêntrica (3 distritos). _____	87
Fig. 60 - Diagrama temporal de execução de programa. _____	88
Fig. 61 - Esquema de 2 tipos de conjuntos possíveis para os abrigos. _____	89
Fig. 62 - Detalhe construtivo 1 de abrigo da solução EU. _____	90
Fig. 63 - Detalhe construtivo 2 de abrigo da solução MO. _____	91
Fig. 64 - Detalhe construtivo 3 de abrigo da solução AS. _____	92
Fig. 65 - Detalhe construtivo 4 de abrigo da solução AF. _____	93
Fig. 66 - Linha do tempo com esquema de construção arquitectónica e urbana. _____	D
Fig. 67 - Linha do tempo com todos os sectores intercalados do programa. _____	E
Fig. 68 - Estudos de possíveis modelos de comunidades. _____	F
Fig. 69 - Estudo de possível abertura para expansão na malha ortogonal. _____	F
Fig. 70 - Estudo de possível abertura para expansão na malha radioconcêntrica. _____	F

Fig. 71 - Estudo de dimensionamento da rede de acessos. _____	G
Fig. 72 - Modelo de malha conceptual híbrida. _____	G
Fig. 73 - (A) Terreno para implantação de modelo com 90 ha ([UNHCR, 2007] 45m <sup>2</sup> /p x 20.000 pessoas). _____	H
Fig. 74 - (B) Mês 1/120 Execução de vias de acesso, passeios e valetas. _____	H
Fig. 75 - (A) Mês 2/120 Abrigos, equipamentos e saneamentos temporários. _____	H
Fig. 76 - (B) Mês 3/120 Iniciação de abrigos permanentes. _____	H
Fig. 77 - (A) Mês 5/120 Iniciação de equipamentos permanentes e espaços agrícolas. _____	H
Fig. 78 - (B) Mês 8/120 Iniciação de saneamentos e redes permanentes, após estabilização de lotação. _____	H
Fig. 79 - (A) Mês 12/120 Crescimento de árvores e arbustos no cinturão e espaços verdes (plantação meses 2 a 5. _____	H
Fig. 80 - (B) Mês 13/120 Montagem de energias renováveis e apropriação de esp. de expansão. _____	H
Fig. 81 - (A) Mês 15/120 Manutenção de abrigos, equipamentos e iniciação de central de tratamentos. _____	H
Fig. 82 - (B) Mês 120/120 Manutenção de cidade instanciada, com infra-estrutura totalmente concluída. _____	H
Fig. 83 - Capa de documento elaborado para participação no WDCD 2016. _____	I
Fig. 84 - Cartaz de divulgação de evento realizado após apresentação e conclusão da dissertação. _____	I
Fig. 85 - Planta ortogonal com praça central. _____	L
Fig. 86 - Planta ortogonal continua. _____	L
Fig. 87 - Planta ortogonal com hierarquização dos acessos. _____	L

# ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

## TABELAS

Tabela 1 - Dados de conflitos relevantes ocorridos no século XX e XXI. _____	8
Tabela 2 - Dados populacionais e financeiros (USD) de Países de acolhimento em 2015. ___	56
Tabela 3 - Cálculo aproximado de parâmetros urbanísticos em campo e acampamentos. __	57
Tabela 4 - Características das tendas convencionais usadas pelas organizações. _____	67
Tabela 5 - Estimativa orçamental da solução ortogonal. _____	85
Tabela 6 - Estimativa orçamental da solução radioconcêntrica. _____	87
Tabela 7 - Lista de entrevistados e informantes. _____	F

## QUADRO

Quadro 1 - Sumário de Padrões e indicadores do projecto Esfera e ACNUR. _____	K
---	---

## LISTA DE ACRÓNIMOS

<b>ACNUR</b>	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR - Inglês)
<b>AMI</b>	Assistência Médica Internacional
<b>CARE</b>	Cooperative for Assistance and Relief Everywhere
<b>CICV</b>	Comité Internacional da Cruz Vermelha
<b>DCI</b>	Declaração de Cartagena das Índias
<b>DEVAS</b>	Detention of Vulnerable Asylum Seekers
<b>EASO</b>	Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo
<b>FRONTEX</b>	Agência Europeia de Gestão da Cooperação nas Fronteiras Externas
<b>ICRC'S</b>	International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies
<b>LiSER</b>	Living Space for Environmental Refugees
<b>MSF</b>	Médicos Sem Fronteiras
<b>NATO</b>	North Atlantic Treaty Organization
<b>OCHA</b>	Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>OIM</b>	Organização Internacional para as Migrações
<b>ONG</b>	Organização Não-Governamental
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OUA</b>	Organização da Unidade Africana
<b>PMA</b>	Programa Mundial de Alimentos
<b>SECA</b>	Sistema Europeu Comum de Asilo
<b>UNICEF</b>	United Nations Children's Fund
<b>UNHCR</b>	United Nations High Commissioner for Refugees (ACNUR - Português)
<b>UNOCHA</b>	United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
<b>UNRWA</b>	United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East

## GLOSSÁRIO

**Coefficiente de transmissão térmica** – “Medida de quantidade de calor por unidade de tempo que atravessa uma superfície de área unitária de um elemento da envolvente por unidade de diferença de temperatura entre os ambientes que este separa” (RCCTE, 2006: 2475). O resultado circunscreve a permeabilidade do componente ao transpor temperaturas atmosféricas elevadas, determinando a qualidade de protecção isolante do componente.

**Corrupção** – Proveitos resultantes, de esquemas corrompidos, como usurpações, fraudes, lavagens de dinheiro, subornos e outros, para benefício pessoal, familiar ou Institucional (OCHA, 2010: 307).

**Emergência** - Acção que emerge por uma ocorrência. Aparecimento fortuito derivado a um acontecimento espontâneo<sup>2</sup>.

**Instanciação** – “Fornecer a instância concreta de alguma coisa”<sup>3</sup>. Que pode ser entendido como a criação de alguma coisa constantemente distinta do seu conceito inicial, em que inclui sempre os mesmos conteúdos programáticos, mas organizados de outra forma. Derivado ao seu grau de dificuldade e aptidões polissémica de inventar e alterar sempre que seja necessário para resolver uma situação específica real.

**Intersubjectivo** - Relação consciente entre duas ou mais pessoas que interagem<sup>4</sup>.

**Necessidades Básicas** – Elementos necessários para a sobrevivência das pessoas, que podem ser acedidos em segurança e serviços básicos, como abrigo, água, comida, cuidados de saúde e educação, peças de vestuário e saneamentos. (OCHA, 2010: 305).

**Psicrometria** - São características higrométrico que combinam o vapor de água, ar seco e de uso para determinar o estado na atmosfera<sup>5</sup>.

**Vulnerabilidade** – São atributos individuais ou colectivos com características de competência para prever, encarar, reagir e recuperar de consequência geradas por situações provocadas pelas pessoas ou desastres naturais (OCHA, 2010: 324).

---

<sup>2</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - Emergência, 2008-2013, In Priberam. Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/Emerg%C3%A2ncia>. Consultado em 11 de Maio de 2016.

<sup>3</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - Instanciação, 2008-2013, In Priberam. Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/Instancia%C3%A7%C3%A3o>. Consultado em 27 de Maio de 2016.

<sup>4</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - Intersubjectivo, 2008-2013, In Priberam. Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/Intersubjectivo>. Consultado em 24 de Maio de 2016.

<sup>5</sup> Dicionário Priberam da Língua Portuguesa- Psicrometria, 2008-2013, In Priberam. Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/Psicrometria>. Consultado em 17 de Maio de 2016.

## INTRODUÇÃO<sup>6</sup>

Segundo dados estatísticos do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)<sup>7</sup>, **65 milhões** de pessoas a nível mundial estão actualmente desalojadas por terem sido obrigadas a fugir das suas casas, das quais 21 milhões são refugiados e 41 milhões deslocados internos. Com a multiplicação de conflitos nos últimos dez anos em vários países (Burundi, Líbano, Iraque, Mali, Líbia, Nigéria e Síria), para além dos conflitos que perduram no Afeganistão, Somália e República Democrática do Congo, existe um acréscimo do número de pessoas que procuram asilo. Entre 2010 e 2014, quadruplicou o número de pessoas por dia em média que enfrenta a situação de ficarem deslocadas forçadamente, tendo o maior valor sido atingido em 2014 com 42.500<sup>8</sup> pessoas a ficarem nessa situação. Em todo o mundo, uma em cada 113 pessoas é actualmente considerado refugiado, deslocado interno ou requerente de asilo, e se estes imigrantes forçados formassem uma nação, seriam a 23<sup>a</sup> maior<sup>9</sup> por número de habitantes, tendo mais população do que o Reino Unido.



Fig. 1 - Mapa estatístico refugiados, 20 Junho 2016 (Adaptado, disponível em: <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>, consultado em 21 Junho 2016).

<sup>6</sup> Esta dissertação foi escrita segundo o antigo acordo ortográfico.

<sup>7</sup> *Global Trends Forced Displacement in 2015*. In Amazonaws. 20 Junho 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

<sup>8</sup> *Ibidem*.

<sup>9</sup> *World Population Prospects The 2015 Revision*. In United Nations, Population Division. Disponível em: [https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key\\_findings\\_wpp\\_2015.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf). Consultado em 15 de Junho de 2016.

O dado mais desconcertante é que mais de metade<sup>10</sup> (51%) destas pessoas são crianças. Em média o ACNUR ajuda 100.000<sup>11</sup> pessoas por ano a regressar ao seu País de origem. A distribuição global dos refugiados continua a ser fortemente acentuada para as nações menos ricas economicamente: quase nove em cada dez refugiados estão localizados em regiões e países considerados menos desenvolvidos, sendo os países com maior riqueza económica os menos afectados (18% Europa e América). Nos países europeus em 2015<sup>12</sup> há doze refugiados por cada 1.000 pessoas, enquanto no Líbano por exemplo há 183<sup>13</sup> refugiados por cada 1000 libaneses.

No entanto, a Europa tem recebido um número significativo de pedidos de asilo, salientando-se a Alemanha e a Suécia que tiveram um papel fundamental no acolhimento de milhares de pessoas. O número contabilizado no final de 2015 de imigrantes forçados a residir na Europa atingiu 9.172.205<sup>14</sup> pessoas.

*“Não há maior pena do que a perda de sua terra.”*

(Eurípedes, 431 a.C.)

## PROBLEMÁTICA E OBJECTIVOS

Com este trabalho pretendeu-se compreender qual o papel da arquitectura e do urbanismo na solução da problemática dos refugiados. Para isso procurou-se entender os problemas dos refugiados, desde o momento que abandonam as suas casas até à altura em que conseguem encontrar alguma segurança e tranquilidade. Através desta análise pretendeu-se delinear uma solução para minimizar o sofrimento destas pessoas.

O estudo será mais direccionado para as questões de deslocações forçadas por perseguições, quer sejam por conflitos bélicos, étnicos, políticos e sociais do que para problemas relacionados com os desastres naturais como terremotos, tsunamis, furações, erupções vulcânicas, deslizamentos de terras, entre outros, que também são causadores de deslocações.

Nas situações de conflito identificam-se questões idênticas, desde que as pessoas são forçadas a sair do sítio onde viviam por temerem pelas suas próprias vidas. Numa primeira fase, as pessoas deixam a zona de conflito e procuram um lugar seguro, um

---

<sup>10</sup> *Global Trends Forced Displacement in 2015*. In Amazonaws. 20 Junho 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

<sup>11</sup> RTP - Grande Entrevista (IX) - Episódio 1 António Guterres. In RTP Play. 06 Janeiro 2016. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p2234/e219989/grande-entrevista>. Consultado em 11 de Fevereiro de 2016.

<sup>12</sup> *World Population Prospects The 2015 Revision*. In United Nations, Population Division. Disponível em: [https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key\\_findings\\_wpp\\_2015.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf). Consultado em 15 de Junho de 2016.

<sup>13</sup> *Global Trends Forced Displacement in 2015*. In Amazonaws. 20 Junho 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

asilo, que pode ser feito em povoações locais dependendo da extensão do conflito. Por exemplo, na Idade Média estas deslocações ocorriam na sequência da destruição das aldeias sendo as pessoas forçadas a deslocar-se para os povoações mais próximos em busca de ajuda.

Quando a extensão do conflito é maior e ocupa um território regional ou estatal, as deslocações tenderão a ser mais longas e as dificuldades associadas igualmente, no caso de atravessamento de territórios hostis e zonas marítimas. Quando o conflito é regional as pessoas podem deslocar-se para outra região dentro do mesmo país, mas se se tratar de um conflito de escala nacional, como aconteceu por exemplo no Sudão (1983-2005), Somália (1991-presente), Síria (2011-presente), entre muitos outros, as pessoas são forçadas a transpor a fronteira e a pedirem protecção nos países limítrofes.

A comunidade internacional tem sido insuficientemente operacional, por causa de problemas políticos internos entre Estados e as pessoas refugiadas têm de sujeitar-se a ter que cooperar com contrabandistas e traficantes, cujo único interesse é o seu benefício pessoal. Diante desse dilema acabam por colocar-se em situação de risco que pode culminar em fatalidades. É o caso por exemplo das travessias em barcos precários, como os *boat-people*<sup>15</sup> na Indochina ou actualmente os *denguins*<sup>16</sup> nas travessias do mar Egeu entre a Turquia e a Grécia, em que milhares de pessoas já perderam a vida.

Caso consigam sobreviver à viagem ao chegar ao País de acolhimento, quer seja por travessia marítima, aérea ou terrestre, os refugiados efectuem o seu registo de estatuto de refugiado em locais designados de *hot-spot*, centros de identificação e registo. Estes deveriam ser organizados para recepção das pessoas, mas a única coisa que fazem é emitir um documento legal comprovativo, que têm como referência dois convénios internacionais: (i) o primeiro aprovado no congresso de Genebra de 1951, que estabeleceu o estatuto de refugiado e a documentação legal para que fossem considerados refugiados e definiu a sua obrigação legal em relação ao Estado de acolhimento; (ii) e o segundo pelo protocolo de 1967 relativo ao estatuto dos refugiados, onde foram removidas as restrições geográficas e temporais. Estes dois documentos corporizam a protecção do refugiado.

Depois de terem em sua posse esse documento, os refugiados deslocam-se para locais de acolhimento onde se podem instalar como campos de refugiados. Estes garantem protecção, segurança e as condições mínimas básicas, mas apresentam baixos níveis de salubridade. Os espaços públicos e os abrigos temporários são de péssima qualidade. Frequentemente estão sobrelotados e sem colchões para todos, muitas vezes nem mesmo um mísero espaço numa tenda os refugiados conseguem obter para pernoitar, tendo que dormir na rua ao relento, vulneráveis a tudo.

---

<sup>15</sup> *Boat-people* é o termo conhecido para os refugiados que fugiram do Vietname em pequenas embarcações no decorrer da guerra em 1978. Milhares de pessoas morreram ao efectuarem a travessia pelo Mar do Sul da China.

<sup>16</sup> *Denguins* são embarcações de passageiros, extremamente fracas e desqualificadas, que são fabricadas para fazerem uma única viagem.

Durante o período que passam nos campos de refugiados, como não existe uma data para que o conflito acabe e que a situação no seu País melhore os refugiados não sabem quando poderão regressar ao seu País ou ser reassentados num terceiro País. Predominantemente sentem-se aterrorizados e massacrados, muitos perderam a sua família e amigos na altura do conflito ou durante o percurso. Com tanto sofrimento e angústia, muitos acabam por perder a razão de viver. As crianças e as mulheres são dois terços<sup>17</sup> do total dos refugiados e são as que mais sofrem durante este processo, sujeitos a violações, abusos sexuais, tráfico humano ou de órgãos, mendigação, entre outros.

A comunidade internacional através das organizações não-governamentais e governamentais desenvolvem esforços para colmatar os problemas que ocorrem fora e dentro dos campos, existindo sempre múltiplas questões por resolver: desde a distribuição dos alimentos, falta de água, acompanhamento psicológico, diferenças culturais, étnicas e religiosas, assédios e violações sexuais. Estas situações por vezes continuam a ocorrer mesmo dentro dos campos de refugiados, que muitas vezes se tornam mais ameaçadores do que o próprio conflito no seu País, devido as pessoas estarem concentradas no mesmo espaço e tornarem-se facilmente identificadas pelos perseguidores ou pelos violadores.

Para além destas situações, há ainda a campanha xenófoba nos países desenvolvidos, principalmente europeus, que criam obstáculos legais e muramentos para impossibilitar a entrada dos refugiados no seu País. É o caso da Hungria, que criou em 2015 um “muro”<sup>18</sup> na fronteira para impedir que os refugiados possam aceder ao seu País. Outras causas que estão relacionadas com este fenómeno, referem-se a dispensabilidade de mão-de-obra de imigrantes nos países desenvolvidos e ainda os privilégios para quem tem nacionalidade desses Estados (Jones, 2016: 77-83).

Nestes últimos anos o ACNUR tem sido financiado com milhões de euros pelos países desenvolvidos (ver gráfico mundial, figura 30) para resolver o “problema”. A posição dos governos no que diz respeito aos refugiados é que *“eles deveriam desaparecer tão silenciosamente quanto possível”* (Tríer, 1995: 18).

Um dos principais obstáculos que os refugiados encontram nos países limítrofes é a dificuldade do acesso a uma habitação. A falta de poder económico é também um obstáculo e está ligado a atitudes de discriminação e a intolerâncias de vários tipos. Acrescem as divergências culturais e dificuldades de comunicação, por falarem línguas distintas, que dificultam a interacção e integração social.

As necessidades habitacionais dos refugiados dependem essencialmente do número de indivíduos, de famílias e da durabilidade do pedido do acolhimento. Como é muito

---

<sup>17</sup> *Global Trends Forced Displacement in 2015*. In Amazonaws. 20 Junho 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

<sup>18</sup> RTP - Um muro na fronteira entre a Hungria e a Sérvia. In RTP Notícias. 10 Setembro 2015. Disponível em: [http://www.rtp.pt/noticias/grande-reportagem/um-muro-na-fronteira-entre-a-hungria-e-a-servia\\_a857446](http://www.rtp.pt/noticias/grande-reportagem/um-muro-na-fronteira-entre-a-hungria-e-a-servia_a857446). Consultado em 12 de Fevereiro de 2016.

difícil determinar o tempo de duração por não se saber quando o conflito termina, muitas pessoas acabam por ir viver para os campos de refugiados por não terem outra alternativa.

Esses lugares são muito precários e desumanos. Neles não se respeita o **direito à cidade** e a uma **habitação** condigna. Estes lugares não permitem que as pessoas refugiadas participem na gestão e se sintam em paz e liberdade em condições para conseguir aos poucos retornar a normalidade das suas vidas.

O **principal objectivo** deste trabalho é contribuir para uma resposta urbana e arquitectónica mais adequada a esta problemática, através da concepção de modelos territoriais de acolhimento que permitam uma maior qualidade de vida e onde os refugiados sejam co-autores da produção do seu território.

O trabalho visou inicialmente abordar outros temas relacionados, como a reconstrução da cidade pós-conflito, os melhoramentos dos *hot-spots*, os reassentamentos nas aldeias/vilas com poucos habitantes ou em espaços urbanos devolutos, entre outros, mas por razões operacionais focar-se-á exclusivamente nos campos de refugiados.

## ESTADO DA ARTE

As Instituições e organizações, como o ACNUR, International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies (ICRC'S), Médicos Sem fronteiras (MSF), Norwegian Refugee Council (NHR), Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA), Participatory Approach for Safe Shelter Awareness (PASSA), Shelter Centre, Shelterproject, Speedkits e outros, disponibilizam diversas publicações sobre o tema, sendo possível recolher e analisar conteúdos históricos e actuais, designações de conceitos e práticas, métodos de abordagem, estratégias de aperfeiçoamento, entre outros.

A noção do direito à cidade, foi analisada na perspectiva crítica de dois autores de referência Lefebvre em 1968 e Harvey em 2008. Aborda-se também o contributo de Habitat II e III sobre este tema, bem como o de autores, como Agier que aborda a noção de dinâmica e movimento, e como Ferrão com as políticas de governança e modelo de cidade.

No que respeita aos paradigmas e modelos urbanos, faz-se referência às duas Cartas de Atenas (de 1933 e de 1998/2003), e a dois conceitos basilares: o de cidade jardim de Howard, e o dos “não-lugares” de Augé. Quanto à noção de morfologia urbana sublinha-se o estudo das diferentes malhas pelos autores Barata e Ferrão, e as dimensões espaciais por Lamas.

Para a reflexão sobre a cidade marginal, recorreu-se aos autores, Agier, Davis, Raposo e Rawlence, que identificam o desencadeamento, as dificuldades subjacentes à “informalidade” e suas transformações. No que respeita à instalação de retornados e aos reassentamentos, apreendeu-se o conceito de integração por Pires, e comparam-se situações ocorridas em diferentes países.

Não foi possível explorar toda a extensa bibliografia sobre o tema, que tem vindo a estar cada vez mais no centro do debate político e tem cativado olhares científicos dando origem a cada vez mais estudos e publicações, como é o caso do estudo de Hartmann *et al.*, Esta documentação requer investigação posterior.

## **METODOLOGIA**

Na investigação privilegia-se a abordagem qualitativa, aplicando-se uma diversidade de técnicas de recolha e análise de informação, como recolha e análise documental, bibliográfica e cartográfica, observação directa e realização de entrevistas exploratórias a informantes privilegiados para perceber o fenómeno estudado nas suas múltiplas dimensões, embora focando o tema urbano e habitacional. Esta recolha informativa visou contribuir para a formulação das questões pertinentes para encontrar soluções mais adequadas e para a elaboração de uma proposta argumentativa sobre possíveis soluções que poderão ser implementadas para melhorar o bem-estar e qualidade de vida dos refugiados, durante este período de transição.

O desenvolvimento da investigação foi estruturado em quatro momentos distintos, interdependentes mas relacionados entre si. Uma primeira fase recaiu na leitura e análise de documentos sobre o tema em estudo que permitissem entender a problemática dos refugiados e do seu acolhimento de um ponto de vista global e contextual, arquitectónico e urbanístico. Nesta fase procedeu-se também à análise de casos de referência que contivessem uma resposta sócio-habitacional com base na recolha e análise crítica de textos, imagens e documentários.

Numa segunda fase efectuou-se uma abordagem estatística sobre a informação dos últimos dados fornecidos pelo ACNUR para caracterização dos problemas e qualidades dos campos. Realizou-se também um breve trabalho de campo em catorze campos de refugiados na Grécia. No local, procedeu-se à observação directa das condições espaciais em que as pessoas vivem, das suas reacções e práticas e realizaram-se algumas conversas e entrevistas exploratórias a informantes locais privilegiados, refugiados, militares e responsáveis de organizações humanitárias. Ainda nesta fase, em Portugal, entrevistaram-se governantes e especialistas de diversos campos disciplinares inerentes a este assunto (ver lista de entrevistados em apêndice I).

Uma terceira fase incidiu sobre a organização e análise das respostas espaciais obtidas nas fases anteriores, procurando-se validar a hipótese do contributo da arquitectura e do urbanismo para minorar as experiências negativas nos campos de refugiados, as melhores soluções encontradas em espaços urbanos e abrigos temporários e ainda a criação das cidades neutras.

A fase de investigação, composta pelas três fases referidas, constituiu a base para a identificação e definição das propostas conceptuais para os campos de refugiados. A

fase final consistiu na focalização da elaboração de estratégias e soluções conceptuais consideradas mais idóneas para os campos de refugiados.

## **ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

Nesta introdução, apresentam-se as informações gerais estudadas sobre o tema, as problemáticas e objectivos, o estado da arte e a metodologia aplicada. A dissertação está organizada em cinco capítulos.

No capítulo 1 apresenta-se um enquadramento do problema, descrevendo a origem e a transformação do estatuto dos refugiados, as categorizações dos deslocados, as situações ocorridas no século XX e XXI, as Instituições e organizações envolventes no auxílio humanitário e os territórios de acolhimento.

No capítulo 2 faz-se uma breve abordagem à aglomeração urbana organizada em duas partes: na primeira apresentam-se alguns dos paradigmas de intervenção na cidade, os modelos conceptuais e práticas decorrentes deles, e as morfologias urbanas; na segunda faz-se uma breve abordagem à cidade marginal, com referência aos bairros autoproduzidos ou ditos “informais” e as integrações dos retornados e reassentamentos.

No capítulo 3 introduz-se a noção de campo de refugiado e apresenta-se uma diversidade de situações ao nível mundial, para identificar os métodos aplicados nos diferentes contextos e nas diferentes situações causadoras desse fenómeno.

No capítulo 4 analisa-se o abrigo temporário ao nível teórico e prático, faz-se um estudo da aplicação do vernacular dentro dos campos e apresentam-se algumas das novas propostas de abrigos temporários.

No capítulo 5 apresenta-se a solução conceptual desenvolvida a partir dos conhecimentos adquiridos, e tendo em conta as necessidades mundiais e humanas identificadas.

Cada capítulo inclui no final uma síntese de reflexão desenvolvida e nas conclusões tecem-se as considerações finais do trabalho desenvolvido.

# 1º CAPÍTULO

## ENQUADRAMENTO DA TEMÁTICA

Com a criação da ONU, após a Segunda Guerra Mundial, visou-se precaver e assegurar as necessidades mínimas de sobrevivência dos que se encontram em situação de risco na sequência de conflitos ou desastres naturais.

Como refere Arendt (1998[1949]), fazer parte de uma comunidade de um lugar que oferece estabilidade, respeito e segurança, é condição da sua humanidade.

*“ O homem pode perder todos os chamados Direitos do Homem sem perder a sua qualidade essencial de homem, sua dignidade humana. Só a perda da própria comunidade é que o expulsa da humanidade.” (Arendt, 1998[1949]: 331)*

### 1.1 ORIGEM DO ESTATUTO DE REFUGIADO

A procura de “... um santuário é um dos mais antigos princípios na nossa civilização ...” (Tríer, 1995: 10).

As deslocações forçadas marcam a história da humanidade, adquirindo maiores ou menores proporções consoante os conflitos e/ou desastres naturais que as originam. As pessoas deslocadas atravessam os países limítrofes à procura de segurança, liberdade e protecção acima de tudo. As perseguições e ameaças estão relacionadas com a etnia, grupos sociais, política, religião, nacionalidade, ou ainda, pela ameaça à vida, liberdade e segurança relacionada com actos agressivos.

Só no início do século XX é que foram tomadas algumas medidas internacionais (Türk, 2003: 3-45), para os requerentes de asilo noutra país, porque até então dependiam do altruísmo e leis nacionais de cada Estado.

Em 1919 com a criação da organização internacional da Liga das Nações, reconhecida como a Sociedade das Nações, a comunidade internacional começou a debater sobre a adequação da temática dos refugiados, após a crise do Império Otomano e a Revolução Comunista na Rússia, houve ainda um maior envolvimento por parte da organização (Ramos *et al.*, 2011: 25). A formação de um alto comissariado para os refugiados, aconteceu em 1921, através da Sociedade das Nações, por aparecimento de mais conflitos na Europa.

Foi escolhido para a presidência o cientista/explorador/político Fridtjof Nansen de nacionalidade norueguesa, que esteve no cargo até falecer em 1930. Durante esse período foi elaborado o “passaporte Nansen” que consistia num documento de identificação pessoal com reconhecimento internacional. Após o seu desaparecimento foi formada uma equipa, com o intuito de prestar apoio humanitário aos refugiados, que se intitulava Escritório Internacional de Nansen para Refugiados. Em 1941 a Sociedade das Nações, foi dissolvida e perdeu os seus poderes, devido

ao começo da Segunda Guerra Mundial e ao insucesso de tentar manter a paz no mundo (Archer, 2001 [1983]: 130-31).

Com a Segunda Guerra Mundial, o fluxo aumentou exponencialmente, e os países tiveram que voltar a tomar medidas em conjunto para proteger os refugiados da Grande Guerra. Com a formação da fundação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, em 1950, juntamente com a criação de duas leis internacionais básicas, os refugiados passaram a estar mais protegidos.

Essas leis foram realizadas em dois períodos: (i) primeiro na convenção de Genebra em 1951<sup>19</sup>, relativa ao estatuto dos refugiados, estabelecendo o estatuto de refugiado e a documentação legal para obter esse estatuto e definindo sua obrigação legal em relação ao Estado; (ii) e segundo o protocolo assinado em 1967<sup>20</sup> por novos países ou signatários na convenção de 1951, que removeu as restrições geográficas e temporais que havia, e unificou diversas resoluções a respeito. Estas leis ainda estão em vigor (mais detalhes no subcapítulo 1.2).

A União Africana, anteriormente conhecida como Organização da Unidade Africana (OUA) realizou uma convenção em 1969 sobre os refugiados, que viria a entrar em vigor em 1974. Segundo a OUA uma pessoa é considerada refugiada, quando se vê obrigada a abandonar a sua habitação habitual, por se encontrar em enorme perigo das violações dos direitos humanos, sendo forçada a procurar refúgio em outro Estado (Ramos *et al.*, 2011: 26). Esta convenção determinou a “definição ampla de refugiado”, que foi aceite em 1984 na Declaração de Cartagena das Índias.<sup>21</sup> Esta Declaração não apenas completou a convenção de 1951 e o protocolo de 1967, mas também associou para além dos refugiados as pessoas que são obrigadas a fugir do seu País (mais detalhes no subcapítulo 1.2).

Com o grande aumento de refugiados, decorrente desta abertura da noção de refugiado, bem como da explosão demográfica e urbana, e a multiplicação de conflitos, o seu acolhimento tende a complexificar-se por factores de destabilização política, socioculturais, económicos, religiosos e ainda xenófobos. Um exemplo recente concreto é o caso da recepção pela Alemanha em 2015 de uma enorme vaga de refugiados sírios: antes desta medida o governo tinha uma popularidade positiva por parte dos alemães, após a entrada desse fluxo a popularidade do governo passou a ser negativa.

Os Estados têm conhecimento das teorias internacionais relacionadas com este tema (Hollifield, 2015 [2000]: 227-68; Meyers, 2000: 1245-82), mas também levam em conta as suas políticas internas e externas e ainda a sua conjuntura socioeconómica e

---

<sup>19</sup> Informação de Convenção de 1951. In UNHCR – ACNUR. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>. Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>20</sup> Informação do Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967. In UNHCR – ACNUR. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bmode%5D=1&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bpointer%5D=0&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Buid%5D=595](http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=0&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Buid%5D=595). Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>21</sup> Informação da declaração de Cartagena das Índias. In *Cidade Virtual*. Disponível em:

[http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn\\_lisboa/cartagen.html](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/cartagen.html). Consultado em 10 de Março de 2016.

cultural, influenciando assim a redução ou o aumento do número de entrada de refugiados no seu País. Observa-se uma dicotomia entre a noção que os dirigentes podem ter de que a ajuda humanitária é indispensável e o egoísmo e competição com os países vizinhos, gerando disputas e conflitos de interesses.

## 1.2 ESTATUTO DE REFUGIADO E SUA EVOLUÇÃO<sup>22</sup>

Em Genebra, em 1951, entre 2 a 25 de Julho, na Convenção antes referida, relativa ao Estatuto dos refugiados, foi debatido e aceite o Estatuto das pessoas apátridas e refugiados. Este Estatuto prevalece legal e juridicamente desde Abril de 1954.

A Convenção determinou normas internacionais e procedimentos a seguir para com os refugiados e decretou os deveres e os direitos dos refugiados, tanto como as incumbências dos países diante dos refugiados.

Foram instituídos padrões de protecção para com os refugiados, principalmente na segurança contra o regresso a um país onde possam ser vítimas de perseguição. Foram também tomadas medidas para defender os direitos dos refugiados em questões de residência, educação, emprego, liberdade de circulação, acesso aos tribunais, e naturalização. As maiores ressalvas acordadas na convenção, estão nos artigos 1º e 33º, a saber:

### **Artigo 1º - Definição do termo “refugiado”**

**A(2).** “[Qualquer pessoa]... receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual..., não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar...”

### **Artigo 33º - Proibição de expulsar e de repelir (“refoulement”)**

**1.** “ Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou repelirá um refugiado, seja de que maneira for, para as fronteiras dos territórios onde a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçadas em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas...”

Um dos problemas da convenção de 1951, era a restrição temporal, as pessoas que tornavam-se refugiados após 1950, não tinham direito ao estatuto de refugiado, porém essa questão ficou resolvida no Protocolo de 1967, com a omissão do Artigo I(2) da convenção de 1951. Os Estados ao aderirem à convenção podiam elaborar uma declaração limitando os seus deveres para com a convenção.

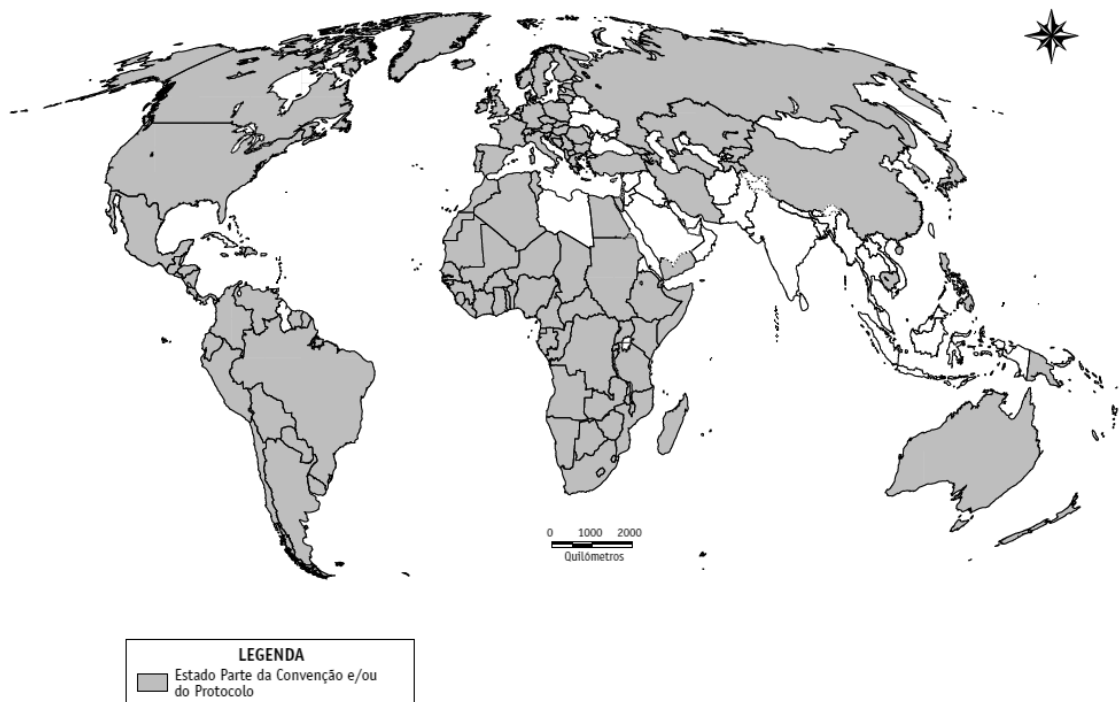
Esta ferramenta é a chave essencial para proteger os direitos dos refugiados a nível internacional, contabilizando-se 142 Estados (Junho de 2011)<sup>23</sup>, que subscreveram

---

<sup>22</sup> Informação de Convenção de 1951. In UNHCR – ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>. Consultado em 8 de Março de 2016.

ambos os documentos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, sendo no total 148 Estados que assinaram um ou o outro acordo.

A adesão ao Protocolo de 1967<sup>24</sup> relativo ao estatuto dos refugiados, sendo um documento jurídico global, é o suficiente para uma maioria dos artigos da Convenção de 1951 ficarem activos, desde o segundo ao trigésimo quarto. A grande alteração neste documento foi a extensão da definição do termo refugiado a todos os indivíduos sem limites geográficos ou temporais. No entanto, a maioria dos países preferiu subscrever os dois documentos, no intuito de fortalecer o poder destas duas ferramentas, para uma melhor protecção dos direitos dos refugiados.



*Nota:*  
As fronteiras indicadas correspondem às utilizadas pela Secção de Cartografia das Nações Unidas, Nova Iorque.  
As fronteiras, nomes dos países e designações deste mapa não implicam, necessariamente, a aprovação ou a aceitação das Nações Unidas.

Fig. 2 - Estados partes da Convenção de 1951 relativa aos refugiados e/ou do Protocolo de 1967 (*Adaptado de ACNUR, 2000, p. 25, figura*).

A **Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA)**<sup>25</sup>, entrou em vigor em Junho de 1974, e acrescentou à convenção de 1951 e ao Protocolo de 1967, sem eliminar nenhum artigo, o aditamento:

<sup>23</sup> States Parties to the 1951 Convention relating to the Status of Refugees and the 1967 Protocol, 28 Junho 2011. In *UNHCR*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/protection/basic/3b73b0d63/states-parties-1951-convention-its-1967-protocol.html>. Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>24</sup> Informação do Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967. In *UNHCR – ACNUR*. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bmode%5D=1&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bpointer%5D=0&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Buid%5D=595](http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=0&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Buid%5D=595). Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>25</sup> Informação da convenção da OUA. In *Cidade Virtual*. Disponível em: [http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn\\_lisboa/e-oua.html](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/e-oua.html). Consultado em 9 de Março de 2016.

*“O termo “refugiado” aplicar-se-á também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão exterior, ocupação, domínio estrangeiro ou eventos que perturbem seriamente a ordem pública em parte ou em todo o seu país de origem ou nacionalidade, é obrigada a deixar seu local de residência habitual para buscar refúgio em outro local fora de seu país de origem ou nacionalidade.”*

Com isto, houve uma melhoria significativa, que amplificou a extensão da protecção a qualquer pessoa que seja obrigada a deslocar-se forçadamente para fora do seu Estado, por causas relacionadas com catástrofes efectuadas por agressores externos, quer sejam ou não vítimas de perseguição. Acrescentou-se, ainda sobre a palavra de “perseguição”, medidas que consigam qualificar o nível de constrangimento de abuso dos direitos humanos, e que possam colocar a liberdade e/ou vida dos refugiados em causa. Outra alteração que ocorreu esteve relacionada com um objectivo humanitário, para ajuda colectiva sem a centralização numa única pessoa.

A **Declaração de Cartagena das Índias (DCI)**<sup>26</sup>, reconhecida desde Novembro de 1984, na América Central, que vigora nos Estados latino-americanos, onde importa referir a descrição da terceira cláusula, a saber:

*“Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, para além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.”*

Com esta declaração o conceito de refugiado passou a estar ainda mais alargado, quer pela alteração no que diz respeito ao abuso total dos direitos humanos de carácter pessoal ou geral, quer pela violência que possa ocorrer de agressões externas ou internas. O tema das “agressões estrangeiras”, já tinha sido tratado na OUA, mas os conflitos internos foram uma novidade. Esta declaração também teve um papel fundamental, relativamente às deslocações internas, que tratou algumas questões e informou globalmente e as Instituições internas dos países, sobre este problema.

A **Organização dos Estados Americanos (OEA)**<sup>27</sup>, assinou em 1985 uma carta que solicitou aos Estados aderentes a inclusão interna dos excertos descritos na proposta aceite da DCI, com a intenção de criar mais medidas de protecção para as pessoas refugiadas.

No décimo aniversário da DCI foi elaborado um manifesto, conhecido pela Declaração de San José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas, que gerou um

---

<sup>26</sup> Informação da declaração de Cartagena das Índias. In *Cidade Virtual*. Disponível em: [http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn\\_lisboa/cartagen.html](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/cartagen.html). Consultado em 10 de Março de 2016.

<sup>27</sup> Informação da Organização dos Estados Americanos. In *OAS*. Disponível em: [http://www.oas.org/dil/port/tratados\\_A-41\\_Carta\\_da\\_Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_Estados\\_Americanos.htm](http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm). Consultado em 10 de Março de 2016.

arquivo regulamentar local sobre o tema dos refugiados. Para comemorar a data do vigésimo aniversário do DCI realizou-se na cidade do México um reunião, que reforçou a protecção Internacional dos Refugiados na América Latina, através da Declaração e do Plano de acção do México, onde entre muitas outras soluções, passava pelo ACNUR intensificar o seu apoio junto das comunidades dos países da América Latina.

O estatuto de refugiado, determinado na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967, reconhecido com o manifesto “referencial” deve ser conjugado com o manifesto “alargado” das restantes convenções e declarações, eles complementam-se e não se anulam um ao outro. O manifesto referencial está assente numa jurisdição idónea para a protecção dos refugiados mundialmente e o manifesto alargado (Jackson, 1991: 403-13), assegura uma protecção mais abrangente nas grandes massas de refugiados, quer de carácter regional como internacional.

Na definição mais alargada, existe uma questão que poderia ser reapreciada. A ausência da padronização por todos os países globalmente, cria um problema de homogeneidade, os Estados-Membros que estão protegidos pela DCI ou pela OUA, não estarão protegidos pelos Estados que não fazem parte do acordo, dividindo o sistema de protecção internacional consoante as regiões geográficas e complicando a intervenção e modos operativos das Organizações Humanitárias.

Contudo, o manifesto mais alargado, não deverá pôr em causa o estatuto de refugiado, mas sim criar uma maior protecção internacional generalizada. Compreende-se que em algumas zonas geográficas a investigação para melhorar a protecção dos refugiados, deve predominar sobre a questão da homogeneidade (Jubilut, 2007: 137).

### **1.3 CATEGORIAS DE DESLOCADOS**

Dois tipos de situações podem originar a deslocação forçada dos refugiados: (i) “conflito”; (ii) “ambiental”.

Os refugiados na sequência de “conflitos” são aqueles que estão indicados na convenção de 1951. São neste caso, os que são perseguidos politicamente ou na sequência de decisões políticas e os que são atingidos por conflitos bélicos, étnicos, religiosos, de nacionalidade ou de um determinado grupo social sendo obrigados a deslocações forçadas, independentemente da sua posição política e ideológica perante o conflito.

Os “requerentes de asilo” são também refugiados de “conflito” que não têm o seu pedido confirmado para deslocar-se para um terceiro país, mas estão assegurados pelos mesmos direitos internacionais. Para a aprovação do asilo têm de demonstrar que se encontram de acordo com os requisitos estabelecidos pelos países de acolhimento, Maioritariamente requerem informações sobre o país de origem e o motivo de receio de perseguição, apresentando factos que devem ser confirmados e

comprovados, e que a origem da perseguição deriva de causas políticas, bélicas, étnicas, religiosas, de nacionalidade, ou de filiação a determinado grupo social.

*“É realmente necessário que os países mantenham as suas portas abertas para estas vítimas que se encontram numa situação de necessidade de protecção internacional.” (Guterres, 2009)<sup>28</sup>*

O refugiado “ambiental”, não se enquadra na convenção de Genebra, de 1951, dado que não são perseguidos, nem estarem sob a ameaça de represálias pelos perseguidores. Estas pessoas buscam acolhimento pela ocorrência de catástrofes naturais, como furações, terremotos, *tsunamis*, cheias ou inundações e secas, entre outros. Cada vez são mais frequentes, devido às mudanças climáticas. O número de pessoas que actualmente se encontram nesta situação, é cerca de 20% do total do número de refugiados.<sup>29</sup>

A comunidade internacional tem tomada medidas pouco operativas, para responsabilizar as instituições e Estados na redução do aquecimento global, que é a fonte deste problema. Embora também insuficiente, tem investido mais na protecção às pessoas que se encontram na situação de refugiado, de forma a garantir as suas necessidades básicas. A fundação *Living Space for Environmental Refugees* (LiSER) e o ACNUR estão a trabalhar para a aceitação do reconhecimento e a distinção dos direitos internacionais (Pinto, 2015: 258-76).

#### OUTRAS CATEGORIAS

O emigrante “económico”<sup>30</sup>, como o próprio nome indica, diz respeito às dificuldades e insatisfações económicas, de carácter vital, que estas pessoas encontram no seu País, e por essa razão vão em busca de melhores oportunidades em outro Estado limítrofe ou mais longínquo. Ao contrário dos refugiados estas pessoas não são “forçadas” a abandonar o seu território/país e no caso de emigrarem legalmente podem manter a protecção e apoio institucionais do seu País. Podem regressar a sua casa livremente, a sua ascensão social e profissional deve-se ao seu esforço individual, e a sua mobilidade e integração na sociedade tende a ser menos problemática que os refugiados.

As pessoas “deslocadas internamente”<sup>31</sup>, permanecem dentro do território do seu País, no entanto, tal como acontece com os refugiados, são obrigadas a fugir e deixar para trás as suas habitações, por idênticas razões. Globalmente existem menos pessoas refugiadas que pessoas deslocadas internamente (ver figura 1).

<sup>28</sup> Principais requerentes de asilo nos países industrializados são iraquianos, afegãos e somalis. In *Centro de Notícias da ONU*. 21 Outubro 2015. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/direitos-humanos-actualidade/26212-principais-requerentes-de-asilo-nos-paises-industrializados-sao-iraquianos-afegaos-e-somalis>. Consultado em 20 de Fevereiro de 2016.

<sup>29</sup> Audição a requerimento do PSD, sobre a problemática das migrações e dos refugiados. In *Canal Parlamentar*. 16 Fevereiro 2016. <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=778&title=audicao-de-antonio-guterres>. Consultado em 20 de Fevereiro de 2016.

<sup>30</sup> Documentário *Sou Refugiado*, distinção entre o conceito de emigrante e refugiado. In *RTP Play*. 26 de Março 2013. Disponível em: <http://tv.rtp.pt/play/p1174/e113651/sou-refugiado>. Consultado em 25 de Fevereiro de 2016.

<sup>31</sup> Refugiados e deslocados internos. In *Médicos Sem Fronteiras*. Disponível em: <http://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atuaacao/refugiados-e-deslocados-internos>. Consultado em 25 de Fevereiro de 2016.

Os “apátridas”<sup>32</sup> são pessoas que não têm nacionalidade, como é o caso dos que nasceram<sup>33</sup> em campos de refugiados ou de pessoas a quem foi retirado a nacionalidade pelo Estado, ficando sem protecção nacional e necessitando de protecção internacional. Também são designadas de apátridas as minorias étnicas, em que as leis do país não os identificam como sendo daquele Estado.

*“Os apátridas também podem surgir por questões meramente jurídicas, tendo em vista que os Estados desintegram-se ou adquirem independência e os seus cidadãos não tratam atempadamente dos novos documentos de cidadania, e assim, tornam-se apátridas.”* (Frechaut, 2009: 17)

Os “retornados”<sup>34</sup> são indivíduos que um dia regressaram ao seu País de origem, voluntariamente, mas para que isso aconteça é indispensável que exista liberdade, estabilidade sociopolítica e segurança dentro desse Estado. No insucesso dessa situação têm duas alternativas: (i) uma minoria pode acabar por pedir e conseguir um reassentamento num terceiro país; (ii) terem que viver dentro dos campos de refugiados ou em sítios de carácter similar, até à resolução do conflito e estabilidade política.

#### 1.4 SITUAÇÕES OCORRIDAS – SÉCULO XX E XXI

Este trabalho não pretende identificar todos os acontecimentos de deslocações forçadas da história contemporânea, mas refere-se às que foram mais relevantes nestes últimos anos, desde a Segunda Guerra Mundial até aos conflitos da República Árabe da Síria. Apresenta sucintamente o contexto político, e humanitário e descreve as diferentes experiências e actuações tanto pelas ONG, como pelo ACNUR. Para mais informações e detalhes podem ser consultados dois volumes de Holborn *et al.* (1972), que descrevem conflitos anteriores. Relativamente aos dados apresentados podem ser consultados em obras e arquivos do ACNUR.

Na Segunda Guerra Mundial assinalou-se o maior número de refugiados (ACNUR, 2000: 13), registando em 1945, mais de 40.000.000 de pessoas deslocadas pela Europa. Acresce a deslocação forçada de aproximadamente 13.000.000 de alemães étnicos<sup>35</sup> e cidadãos alemães no final da guerra, bem como de cerca de 11.300.000 de deslocados e trabalhadores forçados, que laboravam nos países ocupados pela Alemanha Nazi. Cerca de 1.000.000 de pessoas também abandonaram as suas casas para fugir do domínio soviético, devido ao novo totalitarismo imposto por Estaline.

---

<sup>32</sup> Apátridas. In UNHRC - ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/>. Consultado em 25 de Fevereiro de 2016.

<sup>33</sup> Tratamento desigual coloca as mulheres em risco de apátridia. In *Refugiados*. 8 de Março 2012. Disponível em: [http://www.refugiados.net/\\_novosite/index011-serie2.html](http://www.refugiados.net/_novosite/index011-serie2.html). Consultado em 25 de Fevereiro de 2016.

<sup>34</sup> Retornados. In UNHRC - ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/retornados/>. Consultado em 25 de Fevereiro de 2016.

<sup>35</sup> Alemães étnicos ou *Volksdeutsche* em alemão, é um domínio principiado no começo do século XX, para os ascendentes alemães que residiam fora da Alemanha e procriavam descendentes fora do *Reich*, com idealismo Nazi.

Durante este período houve uma organização das Nações Unidas para ajudar a restabelecer os refugiados/deslocados, que foi substituída pela Organização Internacional para os Refugiados, em 1947, e esteve em funcionamento, até a formação do ACNUR. O seu principal objectivo era prestar auxílio aos refugiados europeus, e pouco faziam nos restantes continentes, à excepção se houvesse europeus envolvidos, como aconteceu na revolução chinesa. A revolução na Hungria causou 200.000 refugiados em 1956, e a organização foi pela primeira vez posta à prova num grande problema.

Com o processo de descolonização em África, nos anos de 1960, as organizações internacionais começaram a intervir fora da Europa. Em 1962 a Argélia conquistou a sua independência, através de uma luta armada que provocou 250.000 refugiados que fugiram para a Tunísia e Marrocos (ACNUR, 2000: 39-46), mas retornaram, após conflito. Outra deslocação forçada, entre muitas outras na Africa subsariana, foi a do elevado número de refugiados ruandeses no Congo, na sequência de conflitos étnicos.

No continente asiático, no Bangladeche (*idem*, 63-6) em 1971 com a crise da sua independência, o número de pessoas obrigadas a deslocar-se para a Índia rondaram os 10.000.000 de refugiados, sendo este o maior acontecimento relativamente às operações de emergências humanitárias, na segunda metade do século XX. Aqui a ACNUR passou a ser o pólo de convergências e agência líder, por impulsionamento da organização das nações unidas (ONU).

Mencionam-se outras deslocações forçadas relevantes, como a dos tibetanos refugiados no Norte da Índia (1959), a expulsão ordenada pelo presidente do Uganda dos sul-asiáticos que se encontravam no país (1972), ou ainda os *Rohingyas* da Birmânia no Bangladeche (1978).

A meados dos anos de 1970, por motivos de revoluções políticas, foram obrigados a abandonar as suas habitações, cambojanos, laocianos e vietnamitas, registando mais de 3.000.000 de refugiados durante mais de vinte anos, na Indochina (*idem*, 83). Nestes casos a reinstalação num terceiro país foi considerada a solução preferível dada a longevidade destes conflitos: aproximadamente 2.000.000 de refugiados, foram reinstalados, a maioria nos EUA acolhendo cerca de dois terços destas pessoas (*idem*, 94).

Na América do Sul (*idem*, 130-31), os golpes militares no Chile, em 1973, que depõe o governo de Allende democraticamente eleito, e na Argentina em 1976 que depõe o governo democrático de Eva Peron provocaram a deslocação de milhares de pessoas para a América do Norte, Europa e outras localizações geográficas.

Na década de 1980, os maiores fluxos de refugiados ocorreram sobretudo na sequência de guerras civis na América Central, Ásia e Nordeste de África, que tiveram o envolvimento das superpotências, no contexto da Guerra Fria. Foi exemplo, de 1979 a 1989 a guerra do Afeganistão que teve o envolvimento militar directo da União Soviética e originou um grande número de refugiados, cerca de 6.300.000 afegãos que tiveram que se deslocar forçadamente para o Paquistão e o Irão (*idem*, 120-5).

Durante os anos de 1980 (*idem*, 8), alguns refugiados foram usados como arma para estimular o motim nos seus países. Foi o caso na Tailândia com os cambojanos *kmeres* vermelhos, nas deslocações opositoras com base no Sudão pelos etíopes e eritreus e no Paquistão com os afegãos *mudjahedim*. Estes refugiados passaram a ter o cognome de “guerreiros refugiados”.

Com a queda do muro de Berlim em 1989 e o desfecho da Guerra Fria, fizeram-se enormes intervenções de repatriamento. O ACNUR passou a apoiar o retorno de deslocados ao seu País, como aconteceu no Camboja (entre 1992 e 1993), El Salvador (1992) e em Moçambique (entre 1992 e 1994).

Na década de 1980 e 1990, os países desenvolvidos, Europa e América do Norte, iniciaram medidas limitativas da chegada de requerentes de asilo aos seus países. Estas medidas não foram bem encaradas pela comunidade internacional, por serem políticas defensivas. Contrabandistas e traficantes aproveitaram-se destas situações para seus interesses.

Os centros de detenção visaram fiscalizar as migrações clandestinas sem distinguir entre refugiados e migrantes económicos. As famílias, mulheres e crianças desacompanhadas, não tinham qualquer acompanhamento específico e os períodos de espera eram longos, criando a sensação de estarem presos. O controlo nas fronteiras visavam evitar um fluxo ilegal, contudo, verificou-se algumas medidas irregulares no que diz respeito ao acordado na convenção de Genebra de 1951, relativamente à procura de asilo.

Nos anos 1990, após o desmantelamento da União Soviética em 1991 (*idem*, 193), o fluxo de deslocamentos forçados e de migração contabilizou cerca de 9.000.000 de repatriamentos. Até meados da década, houve novos fluxos de refugiados por discordâncias de natureza étnica na Ásia Central e separatistas no sul do Cáucaso, pela guerra civil no Tadjiquistão, ou os confrontos entre o Azerbaijão e a Arménia.

Em 1991, antes do desfecho da guerra do Golfo, uma fracção do governo do Iraque, atacou os curdos no norte iraquiano. As pessoas dirigiram-se para a fronteira, mas não podiam ir para a Turquia, pois o governo negava-lhes a atribuição de asilo. A comunidade internacional criou uma intervenção de auxílio às pessoas que se encontravam na zona limítrofe entre a Turquia e o Iraque.

Na mesma data, a guerra na ex-Jugoslávia, provocava um elevado número de refugiados na Europa. Em 1995, milhares de bósnios muçulmanos refugiados num complexo da ONU em *Srebrenica* são obrigados a sair e são massacrados. No Kosovo, em 1999, aproximadamente 800.000 refugiados de origem albanesa (*idem*, 240-1), fugiram para a ex. República Jugoslava da Macedónia, para a Albânia e outros países.

O Ruanda, em 1994, com o genocídio executado pelos extremistas hutu sobre a população tutsi e os hutu moderados, provocou um fluxo de ruandeses, na ordem dos 2.000.000 de refugiados (*idem*, 255-6), espalhados pelos países limítrofes, Burundi, Tanzânia, Uganda e República Democrática do Congo (antigo Zaire). Houve dificuldades em assegurar a segurança nos campos e acampamentos dos

refugiados, pela ligação de algumas pessoas com o antigo regime ruandês que ainda tinha algumas “células” activas.

Na Somália a guerra *Ogaden* em 1988, gerou aproximadamente 365.000 refugiados e 60.000 deslocados internamente (*idem*, 266). Em 1992, com a continuação dos conflitos, massacres e a falta de alimentos, cerca de 2.000.000 foram obrigados a deslocar-se para a Etiópia e Quénia.

Na África ocidental em 1994, identificou-se um fluxo de cerca de 1.065.000 refugiados e 1.800.000 deslocados internamente (*idem*, 270), entre a Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim e Gana. Em 1998 surgiu outro fluxo na Guiné-Bissau e no Senegal que gerou 200.000 refugiados. Apesar de a Guiné ser um dos países com mais dificuldades económicas em África, constatou-se que recebeu mais de 500.000 refugiados durante estes períodos.

Em Timor Leste em 1999 (*idem*, 244), a violência gerada pelas forças pró Indonésia após o referendo sobre a sua independência, provocou cerca de 500.000 deslocados, dos quais 280.000 para Timor Ocidental controlado pela Indonésia.

No Sudão na região de Darfur, em 2003<sup>36</sup>, outro genocídio, produz cerca de 300.000 mortos, 260.000 refugiados e 2.450.000 desalojados internos. Em 2013 e 2014<sup>37</sup>, com a independência do Sudão do Sul os conflitos intensificaram-se novamente, provocando uma nova vaga de 2.250.000 pessoas deslocadas internamente.

O conflito na República Árabe da Síria, em 2011<sup>38</sup>, provocou mais de 4.900.000 de refugiados e cerca de 6.600.000 deslocados internamente, sendo um dos maiores fluxos de refugiados vistos até à data e o maior do século XXI.

A tabela seguinte mostra por regiões do mundo e países alguns dos principais conflitos ocorridos desde a segunda Guerra Mundial, geradores de grandes fluxos de deslocados e refugiados. Os conflitos que se identificaram maioritariamente são de origem política e étnica ou religiosa. Os políticos estão associados à conquista de independência, a golpes militares ou de milícias e interesses internos económicos ou externos e os étnicos ou religiosos visam o extermínio de grupos de origem, cultura ou credo distintos.

---

<sup>36</sup> Darfur: após cinco anos de sofrimento, a crise agrava-se, denuncia John Holmes. In *UNRIC*. 4 Abril 2008. Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/16790>. Consultado em 28 de Fevereiro de 2016.

<sup>37</sup> Esgotam-se os caminhos para a paz no Sudão do Sul. In *Jornal Público*. 5 Março 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/esgotamse-os-caminhos-para-a-paz-no-sudao-do-sul-1688204>. Consultado em 28 de Fevereiro de 2016.

<sup>38</sup> *Global Trends Forced Displacement in 2015*. In *Amazonaws*. 20 Junho 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf>. Consultado em 21 de Junho de 2016.

Tabela 1: Dados de alguns conflitos relevantes ocorridos no século XX e XXI

Região ou País / Guerra	Conflito	Data de início	N.º Deslocados / Refugiados	Observações
IIGM	Étnico e Bélico	1945	40.000.000*	1º (>) fluxo séc. XX
<b>África</b>				
Argélia	Político	1962	250.000	Independência
Uganda	Étnico	1972	75.000	Sul-asiáticos
Somália	Étnico e Político	1988 / 1992	425.000 / 2.000.000	Conflitos de Clãs
Ruanda	Étnico	1994	2.000.000	Genocídio
África ocidental	Político	1994 / 1998	2.865.000 / 200.000	Interno e Externo
Sudão	Étnico e Político	2003 / 2013-4	2.710.000 / 2.250.000	Independência
<b>América</b>				
Chile	Político	1973	200.000	Golpe militar
Argentina	Político	1976	**	Golpe militar
<b>Ásia</b>				
Tibete	Étnico e Político	1959	100.000	Repressão chinesa
Bangladeche	Político / Étnico	1971 / 1978	10.000.000 / 250.000	2º (>) fluxo séc. XX
Indochina	Político	1975	3.000.000	Maior reinstalação
Afeganistão	Político e Bélico	1979	6.300.000	União Soviética
Iraque	Étnico e Religioso	1991	1.050.000	Saída de Curdos
Tadjiquistão	Político	1992	600.000	Guerra Civil
Timor Leste	Político	1999	500.000	Independência
Síria	Político	2011	11.500.000***	(>) fluxo séc. XXI
<b>Europa</b>				
Hungria	Político e Bélico	1956	200.000	Revolta soviética
Arménia	Étnico	1988	190.000	Conf. Azerbaijão.
Azerbaijão	Étnico	1988	300.000	Conf. Arménia
Ex-Jugoslávia	Étnico	1991	11.600.000	2º (>) fluxo Europa
Chechénia	Político	1993	250.000	Independência
Kosovo	Político e Étnico	1999	800.000	Independência

(Autor, 2016). Dados (ACNUR, 2000) \*Não estão incluídos pessoas obrigadas a trabalhar na Alemanha e os próprios alemães que fugiram ou foram expulsos pelas forças militares soviéticas.\*\* Milhares (Inexistência de número concreto). \*\*\* Dados de ACNUR em 9 Julho de 2015.

## 1.5 INSTITUIÇÕES / ORGANIZAÇÕES

A Organização das Nações Unidas<sup>39</sup> (ONU) oficialmente fundada em 1945, tem como objectivos expressos preservar a segurança e a paz mundial, promover os direitos humanos, medidas equitativas para todos, como justiça, dignidade humana e prosperidade, no desenvolvimento social e económico.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, conhecido pelo acrónimo de ACNUR<sup>40</sup> ou UNHCR em inglês, é uma organização das Nações Unidas, fundada em 1951, com sede na Suíça, na cidade de Genebra. A organização definiu as características dos refugiados, identificando as suas obrigações legais em conformidade com os países, e a argumentação jurídica por meio de documentos, visando a classificação de refugiado. Tem como objectivo prestar auxílio e protecção aos refugiados globalmente e detém autorização para salvaguardar os interesses dos

<sup>39</sup> Informação sobre a ONU. In Centro de Notícias da ONU. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu>, consultado em 7 de Março de 2016.

<sup>40</sup> Informação sobre o ACNUR. In UNHCR – ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/o-acnur/>. Consultado em 7 de Março de 2016.

refugiados na procura de respostas a longo prazo para as suas dificuldades, não tendo restrições geográficas e temporais (protocolo de 1967). Os seus principais objectivos no acompanhamento das pessoas a longo prazo, estabelecem-se desde a integração local, reassentamento num terceiro país e repatriação voluntária.

A Agência das Nações Unidas e de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo, conhecida pelo acrónimo UNRWA em inglês, é uma organização separada da ACNUR mas vinculada à organização das nações unidas, tendo sido criada em 1949, para proteger árabes palestinos que tiveram que abandonar as suas casas em 1948. Inicialmente o número de refugiados na agência rondava os 750.000, actualmente são cerca de 5.000.000<sup>41</sup> e com probabilidades de aumentar derivado à persistência de conflitos. A sua gestão económica tem um ónus superior a um bilião de dólares por ano, financiado pela comunidade internacional.

## OUTRAS ORGANIZAÇÕES

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia, conhecida por FRONTEX<sup>42</sup>, fundada em 2004 com sede na Polónia, faz a gestão e controlo das fronteiras europeias, face aos fluxos de migração ilegal. E prestam um contribuindo significativo nos resgates e buscas de salvamento de refugiados e imigrantes.

O Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA)<sup>43</sup> juntamente com o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO)<sup>44</sup> auxilia os Estados Membros no cumprimento dos seus deveres na matéria de asilo, cooperando com a Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>45</sup> e com o ACNUR para facilitar o acesso ao processo de reinstalação dos refugiados na União Europeia.

As instituições que a seguir se referem, embora não estejam totalmente relacionadas com o tema são exemplos de parceiros no auxílio e acompanhamento dos deslocados. Facilitam meios humanos e materiais, apoio e suporte às comunidades independentemente de obstáculos políticos e culturais (campos com e sem apoio oficial) e auxílio após a partida das organizações internacionais.

A CARE<sup>46</sup> (*Cooperative for Assistance and Relief Everywhere*), apoia as populações vulneráveis com projectos que ambicionam eliminar os problemas de pessoas carenciadas, e promove actividades em mais de 90 países para melhorar a qualidade de vida das comunidades desfavorecidas.

---

<sup>41</sup> Informação sobre a UNRWA. In UNRWA. Disponível em: <http://www.unrwa.org/>. Consultado em 7 de Março de 2016.

<sup>42</sup> Informação sobre a FRONTEX. In Comissão Europeia. Disponível em: <http://frontex.europa.eu/about-frontex/mission-and-tasks/>. Consultado em 7 de Março de 2016.

<sup>43</sup> Informação SECA. In Comissão Europeia. Disponível em: [http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/ceas-fact-sheets/ceas\\_factsheet\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/ceas-fact-sheets/ceas_factsheet_pt.pdf). Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>44</sup> Informação sobre EASO. In Comissão Europeia. Disponível em: <https://www.easo.europa.eu/sites/default/files/public/BZ0213822PTC3.pdf>. Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>45</sup> Informação sobre IOM. In IOM. Disponível em: <http://www.iom.int/about-iom>. Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>46</sup> Informação sobre CARE. In CARE. Disponível em: <http://www.care.org/our-work>. Consultado em 8 de Março de 2016.

A *Save The Children*<sup>47</sup>, activa desde 1919, é uma organização não-governamental (ONG), que trabalha em 120 países e tem como função salvaguardar os direitos das crianças e contribuir para um crescimento exemplar a longo prazo destes futuros jovens.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)<sup>48</sup>, fundada em 1946, actua em 158 países, procura dar um contributo na luta contra as carências essenciais das crianças e cooperar para o seu total desenvolvimento, sendo que a sua principal missão a defesa dos direitos das crianças.

A assistência médica internacional (AMI)<sup>49</sup>, criada em 1984, dedica-se a intervir em crises humanitárias e urgência mundial, na luta contra a fome, pobreza, discriminação social, subdesenvolvimento, e conflitos armados.

Os Médicos Sem Fronteiras (MSF)<sup>50</sup>, fundado em 1971, sem fins lucrativos, actua em 70 países, prestando o serviço de assistência médica e cuidados preventivos, trabalhando de forma imparcial, independente e neutra. A organização humanitária internacional, também fornece água, alimentos, saneamento e abrigos, em casos em que a sobrevivência de uma pessoa e/ou comunidade seja posta em causa.

Com a falta de uma metodologia padronizada a aplicar, foi criado o “*Sphere Project*”<sup>51</sup> em 1997, por diversas agências humanitárias, como as referenciadas anteriormente, Cruz Vermelha, Merhamet, CARITAS, entre outras organizações, incluindo mais de 200 (ONG e Organizações Governamentais, entre outros), tendo como objectivo orientar as directrizes e condutas comuns para um funcionamento eficaz, relativamente aos serviços básicos humanitários.

## 1.6 ACOLHIMENTO E TERRITÓRIO

Os refugiados são acolhidos em zonas urbanas, periurbanas e rurais, mas numa grande maioria são instalados em campos de refugiados. Estes não oferecem as condições mínimas humanas, relativamente aos níveis de salubridade, habitação, saneamentos, espaços públicos, cuidados médicos e alimentação. Nos últimos anos tem havido um aperfeiçoamento no que diz respeito ao planeamento e habitabilidade do campo, como é exemplo o campo de refugiados de “luxo”<sup>52</sup> em *Elbeyli* na Turquia

---

<sup>47</sup> Informação sobre *Save The Children*. In *Save The Children*. Disponível em: [http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMG14E/b.6146405/k.C7E9/About\\_Us.htm](http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMG14E/b.6146405/k.C7E9/About_Us.htm). Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>48</sup> Informação sobre UNICEF. In *UNICEF*. Disponível em: <http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101110&m=1>. Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>49</sup> Informação sobre AMI. In *AMI*. Disponível em: <https://ami.org.pt/>. Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>50</sup> Informação sobre MSF. In *MSF*. Disponível em: <http://www.msf.org.br/quem-somos/>. Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>51</sup> Informação sobre *Sphere Project*. In *Sphere Project*. Disponível em: <http://www.sphereproject.org/about/>. Consultado em 8 de Março de 2016.

<sup>52</sup> Documentary of Syrian Refugees - SURIA BAHARU DI TURKI. In *YouTube*. 7 Abril 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=gk2KgZ\\_ZgeM](https://www.youtube.com/watch?v=gk2KgZ_ZgeM). Consultado em 2 de Março de 2016.

com acessos pavimentados, abrigos em contentores, escola, parque infantil, hospital, igreja, supermercado, pequenos *workshop's* e comércio. Contudo, na generalidade, os campos estão longe de alcançar estas condições (ver capítulo de campos de refugiados).

A mistura de combatentes armados com os refugiados civis agrava a situação com a continuação do conflito, como foi o caso do incidente étnico que ocorreu no campo de refugiados ruandeses na República Democrática do Congo (antigo Zaire), entre 1994 e 1996. Mercenários do exército zaireense, exterminaram a oposição tutsi que tinha sido acolhida nos campos de refugiados (ACNUR, 2000: 256). Maioritariamente os campos são assegurados por forças militares, mas estes podem ser insuficientes para controlar situações como esta.

Na década de 1980 identificou-se o mesmo problema, na Etópia, Honduras, Paquistão e Tailândia: elementos armados conseguiram infiltrar-se nos campos de refugiados sendo difícil identifica-los. Na década de 1990 essa situação persistiu, nomeadamente na Albânia, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal, Serra Leoa, Tanzânia e Timor Leste, tendo-se nalguns casos recrutado os refugiados para milícias, como foi o caso no Burunbi pelos refugiados tanzanianos (*idem*, 258).

A presença destes indivíduos nos campos de refugiados, preocupavam as pessoas voluntárias e os funcionários das organizações humanitárias que residiam ou trabalhavam dentro dos campos e criavam um ambiente de desconfiança. Existem registos em todos estes casos de raptos, assassinatos, assédios, colocação de engenhos explosivos no solo (minas), entre outros, que estão relacionados com segurança militar corrupta ou inoperante, meios disponíveis insuficientes, medo de represálias, preconceitos e outros (*ibidem*).

Os Estados estão informados destas situações e a inspecção dos refugiados à entrada dos campos é efectuada mas de forma ineficiente, devido aos fluxos em massa e/ou carência na qualidade dos serviços disponíveis, e a entrada do armamento indevido no interior dos campos acaba por acontecer. Outra explicação é os governos serem impotentes e/ou corruptos.

Existem medidas de desarmamento que poderiam ser aplicadas nos campos, os Estados poderiam realizar um maior policiamento, fiscalizações mais apertadas ou o uso de força militar fortemente munida, mas para isso acontecer seria necessário que os governos facultassem essas forças, e o que se verifica é que nem sempre isso acontece, como foi o caso dos refugiados do Ruanda no Zaire (*idem*, 259).

No final do século XX, foram efectuados diversos esforços no âmbito de melhorar os campos de refugiados e acampamentos, para prevenir e garantir maior segurança, por meio de conselheiros nacionais e internacionais. O ACNUR passou a caracterizar as situações numa escala de opções (*ibidem*), identificada pelos níveis “SUAVE, MÉDIA e DURA”. Mediante a avaliação e escala obtida são executados métodos para acautelar a ordem e a lei. Porém este problema só melhorará se os Estados acolhedores, e Estados vizinhos, tomarem verdadeiras medidas de desarmamento.

O ACNUR por estratégia defende que os campos devem estar localizados a uma distância razoável das fronteiras internacionais, mas nem sempre isso acontece. Uma

das razões ocorre porque os refugiados querem permanecer junto à fronteira do seu País, para facilitar o seu retorno, poderem acompanhar o desfecho dos acontecimentos e manterem a ligação com a sua casa, familiares e amigos que permanecem no território.

Alguns Estados limítrofes também consideram que o melhor posicionamento dos campos de refugiados é junto à fronteira, fundamentando que aumenta as expectativas na conclusão da crise e retorno das pessoas. Subjacente está também um fundamento económico em manter o acampamento no mesmo sítio por ser menos oneroso e menos complexo a nível organizativo, do que deslocar para outro lugar.

## 1.7 SÍNTESE REFLEXIVA

O acolhimento de pessoas deslocadas por motivos de conflitos ou desastres naturais é ancestral, mas só no início do século XX é que surgem as primeiras organizações e Instituições humanitárias para defender os direitos humanos, dado que até aquele momento estavam dependentes do filantropismo individual e de cada Estado.

O Estatuto de refugiado, desde o congresso de 1951, tem vindo a beneficiar de aditamentos em 1967 (Protocolo), 1974 (OUA), 1984 (DCI) e 1985 (OEA), tendo-se tornado mais abrangente. No entanto, o Estatuto ainda não abrange situações como por exemplo a questão dos refugiados ambientais.

Existem diferentes categorias de situações de pessoas deslocadas na sequência de conflitos político-militares e/ou de desastres naturais, como refugiado, requerente de asilo, deslocado interno, apátrida e retornado. A protecção e apoio dos Estados, Instituições, organizações e ONG a que têm direito dependem da categoria em que se encontram.

Várias situações ocorreram nestes últimos dois séculos maioritariamente relacionadas com interesses políticos, económicos e étnicos. As organizações e países de acolhimento tentam contribuir para que a situação não se deteriore mais, mas ela tem vindo a agravar-se com a multiplicação de conflitos nos últimos 10 anos e conflitos duradouros.

As pessoas maioritariamente pretendem após o conflito regressar ao seu País, como foi o caso na Argélia em 1962 (ACNUR, 2000: 44-5), Bangladeche em 1972 (*idem*, 74-5) e União Soviética em 1991 (*idem*, 193). O reassentado num terceiro país pode ser uma solução acertada caso os conflitos sejam duradouros como na Indochina e Somália.

O acolhimento destas pessoas tende a ser feito em campos de refugiados, onde as condições de vida são deploráveis e onde são vistos como fardos. Aqui supostamente estão protegidas, mas em alguns casos essa garantia mostrou-se ineficiente, resultando em homicídios de refugiados por militares e milícias opositoras. Apesar de serem tomadas medidas para evitar essa situação, o desarmamento destes grupos é condição para a resolução desta questão. O desinteresse dos

Estados e o aproveitamento dos contrabandistas e traficantes tem agravado a situação. A falta de segurança nos campos tem favorecido raptos, assédios, opressões, entre outros. Urge encontrar melhores respostas para os campos de refugiados ao nível do abrigo e do espaço público e de todo o processo de concepção e gestão dos campos.

## 2º CAPÍTULO - CIDADE

Para entender a problemática dos campos de refugiados e reflectir sobre como melhorar a qualidade de vida nesse assentamento humano importa em primeiro lugar compreender os paradigmas, modelos e morfologias urbanos que têm caracterizado a cidade urbanizada e entender a cidade não urbanizada ou suburbanizada que se estende nas suas margens. No final deste capítulo faz-se uma breve reflexão sobre o direito à cidade com vista a reflectir sobre o que faz falta aos campos de refugiados para serem cidade.

### 2.1 PARADIGMAS E MODELOS URBANOS

Paradigmas, conforme o cientista Thomas Kuhn descreveu, “... são as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” (Kuhn, 1991 [1962]: 13). Os modelos urbanos estão associados aos conceitos que respondem aos paradigmas (UN-Habitat, 2009: 43).

Mediante esta definição, como referem Raposo (2016) ou Magalhães (2001:105), os pensadores do espaço urbano ao longo destes últimos dois séculos que seguem à revolução industrial têm procurado modelos mais idealistas ou mais realistas de organizações espaciais, para resolver os problemas criados pela industrialização e pelo crescimento urbano acelerado, pela desigualdade de classes e pela precarização da vida nas periferias urbanas e para incorporar as mudanças tecnológicas. Os modelos como o falanstério de Fourier, a cidade linear de Soria e Mata e a cidade jardim de Howard, no século XIX, princípios do século XX, são exemplos das primeiras soluções idealistas.

Ainda no século XIX, no Reino Unido, conforme descreve Broadbent (1990: 115-6), procuraram-se modelos para responder à crescente necessidade básica de habitação, à salubridade privada e pública, às barreiras contra incêndios e resistência construtiva, que tiveram como resultado implementação de drenagens, ventilações, alargamento das ruas e outros.

No século XX, em 1933, com a carta de Atenas, definiu-se um novo paradigma moderno que defendia um modelo funcionalista, assente em 4 funções básicas: (i) trabalho; (ii) habitação; (iii) circulação; (iv) recreio (Kanashiro, 2004). Outros modelos foram concebidos durante este século tais como: a cidade “mutante” do grupo Archigram (1961-1969), que elaborou uma arquitectura aberta, mutável, móvel e descartável<sup>53</sup>; a cidade “memória” de Aldo Rossi (1966), que defendeu a revitalização dos centros históricos e a perseveração dos edifícios patrimoniais, que deveriam ter uma capacidade ajustável e regeneradora; a cidade “comunicativa” de Robert Venturi

---

<sup>53</sup> “Plug-in-City” de Peter Cook (1962-64), “Walking City” de Ron Herron (1964) e “Instant City” de Cook, Crompton e Herron (1969-70).

(1966-1972), que entende que a arquitetura é uma mensageira de símbolos comunicativos. Os “não-lugares” de Marc Augé (2005 [1992]: 39-64), em que um lugar só pode ser determinado se houver identidade, relacionamento e história (lugar antropológico); a cidade “genérica” de Rem Koolhaas (1995), que resume a não existência da cidade, sem identidade, sem categorias, num método infinito destrutivo e renovável (Koolhaas, 2006) “sociedade rede” de Manuel Castells (1996-1997) a nova carta de Atenas (1998/2003), que propõe a coerência e a sustentabilidade das cidades.

No início do século XXI, refere-se a “metápole e o novo urbanismo” de François Ascher (1995-2001), que o autor define como preocupado, interativo, ponderado, engenhoso, multifacetado, multisensorial, competitivo e apelativo (Ascher, 2004). A cidade do “espaço público e da cidadania” de Jordi Borja (2003), que defende uma igualdade espacial sociopolítica (Borja; Muxí, 2003). O “renascimento da cidade compacta” de Richard Rogers (1997-1999-2005) em que as pessoas tenham uma vivência partilhada no mesmo espaço.

De acordo com Brandão (2009), todos estes paradigmas tentaram dar uma resposta para um problema através de ideias, modelos e sistemas. Alguns apoiaram-se numa teoria temática “fragmentada e segmentada” (*Idem*: 34) <sup>54</sup> e outros preferiram utilizar sistemas dialogantes e pensamentos estratégicos.

Abordam-se de seguida alguns modelos que correspondem a dois paradigmas de intervenção urbana que ajudam a pensar uma alternativa para o campo de refugiados: a cidade-jardim, a unidade de vizinhança.

## A CIDADE-JARDIM

O conceito de cidade jardim, desenvolvido por Ebenezer Howard, apareceu no início do século XX (1902), no Reino Unido. Os elementos morfológicos consistiam em habitações unifamiliares, grandes lotes de terreno, baixas densidades de construção, separação de usos do solo, redes de acesso radiais e radioconcêntricas de ligação entre si e entre cidades satélites (Howard, 1996 [1902]).

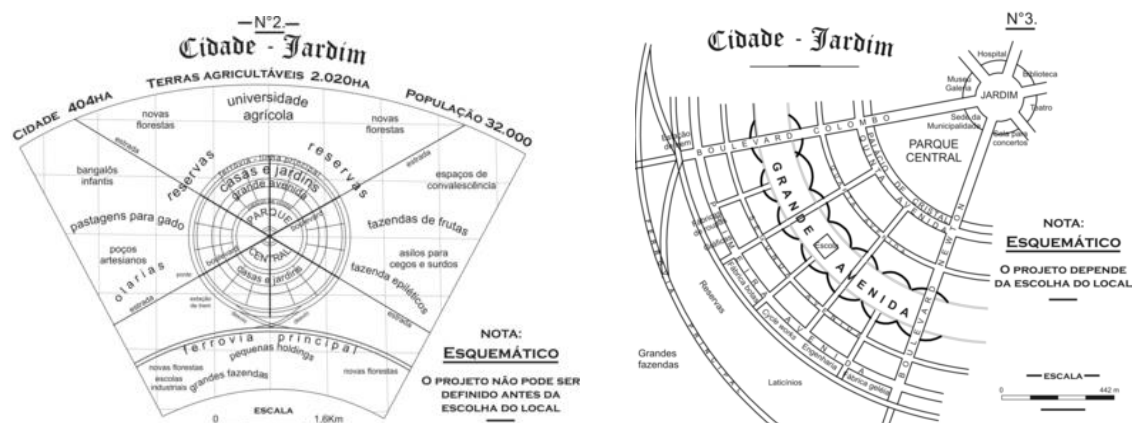


Fig. 3 - Diagrama esquemático da cidade jardim, 1898 (disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>, consultado em 15 Fevereiro 2016).

<sup>54</sup> PENSAR A CIDADE, no TEMPO da Incerteza. Sobre modelos e paradigmas da cidade contemporânea. In UB.EDU. Disponível em: <http://www.ub.edu/escult/Water/water12/Water012.pdf>. Consultado em 15 de Março de 2016.

A separação dos usos é distribuída por: (i) jardim central; (ii) serviços; (iii) comércio (palácio de cristal), (iv) habitação unifamiliar, (v) espaços verdes e equipamentos (grande avenida), (vi) habitações unifamiliares; (vii) espaços industriais.

O conceito de cinturão verde, surge no Reino Unido no mesmo período, com zonas desocupadas e espaçosos *buffers* em volta das aldeias, vilas ou cidades, para impossibilitar a ampliação para fora do espaço planeado e para dividir futuras novas cidades entre o *green belts*.

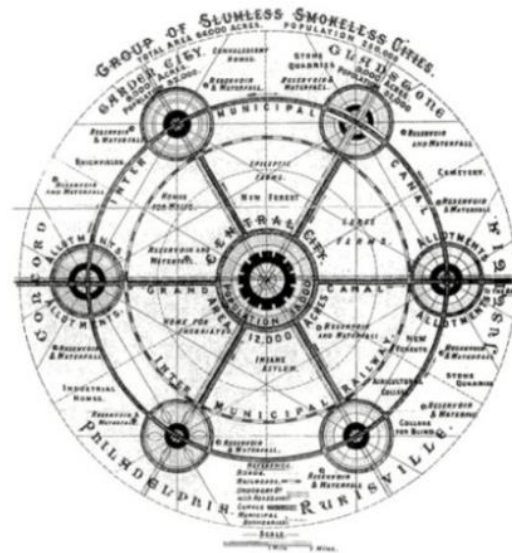


Fig. 4 - Diagrama de cidades satélites, após ocupação total do núcleo central, 1898 (disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2008/10/ebenezer-howard-e-a-cidade-jardim/>, consultado em 15 Fevereiro 2016).

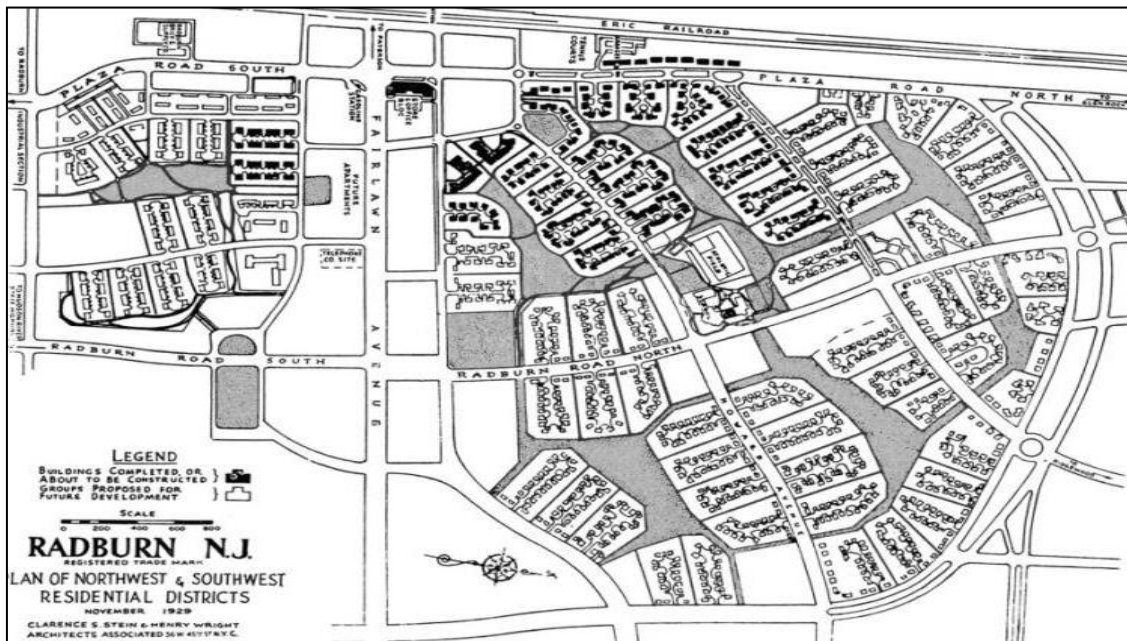


Fig. 5 - Planta da cidade Radburn - Nova Jersey (RPAA planners, 1929). (Disponível em: <https://picomeanslittle.com/blog/2012/07/24/hometown-planning/>, consultado em 16 Fevereiro 2016).

O planeamento de *Radburn*, em Nova Jersey desenvolvido por Clarence S. Stein e Henry Wright, em 1928, nos EUA é uma cidade satélite, tipo cidade jardim, cujo desenho é caracterizado por quarteirões e *cul-de-sacs*<sup>55</sup> que aliviam o tráfego. A circulação dos peões e dos automóveis são feitos em locais diferentes e os equipamentos colectivos e espaços comerciais estão localizados na zona de circulação dos peões que contém também zonas verdes.

<sup>55</sup> *Cul-de-sacs* é uma expressão de origem francesa, que pode ser traduzida para uma via de trânsito sem saída.

A concepção da unidade de vizinhança (Patrícios, 2002), desenvolvida por Clarence Perry, apareceu a meados do século XX (1920), em Nova Iorque nos EUA, e pretendeu promover os equipamentos colectivos e a produção de comunidades sociais, dividindo as redes viárias das redes pedonais. A generalidade do trânsito deixa de ocupar o centro da cidade e passa para os subúrbios. As rotinas quotidianas podem ser feitas em pequenos trajectos, derivado às curtas distâncias dos equipamentos, como escolas e comércio local, que estão colocados em locais de intersecção, próximos uns dos outros. Por unidade de vizinhança foi planeado alojar entre 5.000 a 10.000 habitantes, acrescentando o número de equipamentos consoante os habitantes.

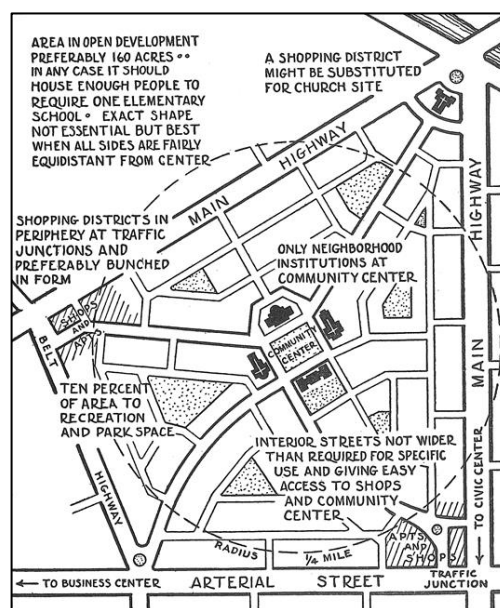


Fig. 6 - Diagrama de conceito da unidade de vizinhança, Nova Iorque, vol. 7, 1929. (Disponível em: <https://strates.revues.org/6656>, consultado em 16 Fevereiro 2016).

## CIDADE DE SÍTIOS, FLUXOS E CONHECIMENTOS

Na linha de Castells, o geógrafo Ferrão (2003: 218-25), refere-se a um modelo de cidade assente na interligação entre sítios, fluxos e conhecimento. Os sítios “*cidade stocks*”, são definidos através das formas e paisagens existentes, compostas por todos os vazios e cheios urbanos, quer sejam zonas nobres ou precárias. As redes “*cidade de fluxos*”, são as acessibilidades e as interações circuláveis, definidas pelas infra-estruturas em movimento, quer seja rodoviária ou redes básicas domésticas, sendo as ligações dinâmicas entre o início e fim do percurso. Por último, o cosmopolitismo da “*cidade cognitiva*” definido os procedimentos relacionais, comportamentos, atitudes sociais, compreensões, aptidões e predisposições à alteração dos padrões dogmáticos, num contexto colectivo.

## 2.2 MORFOLOGIAS URBANAS

A morfologia urbana (Barata; Ferrão, 2005: 231) pode advir de um estudo planeado ou de um crescimento urbano espontâneo num determinado local por necessidades de emergência ou de outro tipo, apropriando-se e se ajustando ao espaço que utiliza, que geralmente transmite os seus hábitos socioculturais. A sua configuração é definida por cheios e vazios, reconhecidos pelos edifícios e ruas, que se distinguem umas das outras por necessidades produtivas e alterações ao longo das épocas. Abordam-se aqui sucintamente três tipos de malhas, das quais se fará uso na proposta do modelo alternativo ao campo de refugiados: ortogonal, radiocêntrica e irregular.

### MALHA ORTOGONAL

Caracteriza-se por vias perpendiculares e paralelas com ângulos rectos entre si. Na antiga Grécia, as ruas tinham a mesma importância com uma proporção igual no comprimento e na largura. No império romano, havia diferenciação das ruas e distinguiam-se pela sua importância, as ruas mais largas eram as principais, *cardo* (norte sul) e *decúmano* (nascente poente) as mais estreitas por serem menos relevantes (*Idem*: 232-7). Os benefícios deste tipo de planta, segundo o autor, consistem numa maior capacidade de ampliação urbana, gestão do terreno e melhor acessibilidade à zona de implantação. As inconveniências consistem num tráfego elevado e visão lateral reduzida, insuficientes condições geomorfológicas, como exposição solar, diferenciações topográfica, linhas de água, ventos entre outros. Existem vários exemplos de cidades desenhadas com base numa malha ortogonal, tais como Nova Iorque, Chicago, Barcelona.

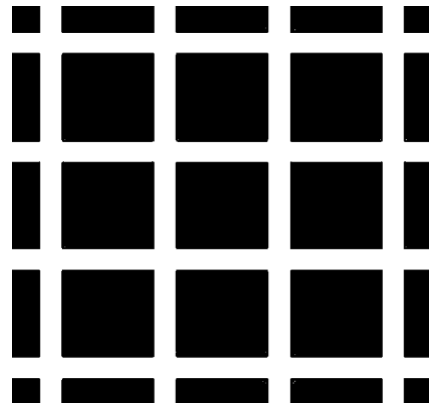


Fig. 7 - Malha ortogonal (*Dickinson, 1951*).

Caracteriza-se por vias circulares e radiais, nas quais as vias circulares interrompem as radiais que confluem para a zona central, que pode ser um largo ou uma praça. A sua estrutura pode provir de um planeamento (desde cidades medievais) ou de carácter espontâneo baseando-se no relevo (*ibidem*). Os benefícios desta planta consistem, numa maior repartição e diminuição do trânsito, a vista central é reforçada pela tipologia da malha, a dimensão classicista e seus ornamentos ganham maior ênfase. As inconveniências consistem, num trajecto mais extenso e as formas apresentam maior dificuldade.

### MALHA RADIOCONCÊNTRICA

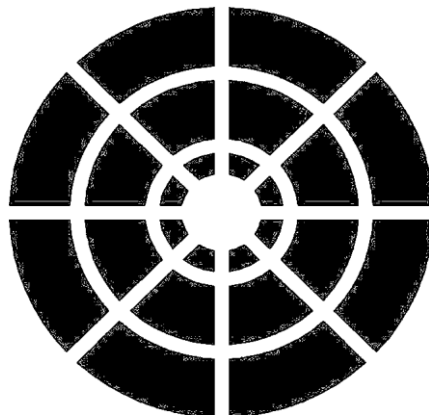


Fig. 8 - M. radioconcêntrica (*Dickinson, 1951*).

A malha irregular e orgânica é caracterizada por vias dispostas sem plano. Os espaços dos edifícios predominam sobre as vias. A malha é maioritariamente criada espontaneamente e os percursos são orgânicos (*ibidem*). Os benefícios desta planta consistem, numa maior intimidade e segurança para o interior dos edifícios. As inconveniências consistem na demasia e dificuldade na circulação do tráfego, falta de visibilidade nas ruas com pouca largura que podem gerar insegurança. São exemplos: Tânger e Salamanca.

### MALHA ORGÂNICA

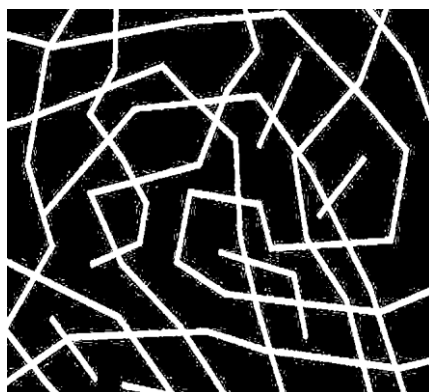


Fig. 9 - Malha orgânica (*Dickinson, 1951*).

Em regra em todas as cidades existe uma sobreposição de malhas em função da história, de questões políticas e económicas, socioculturais, ideológicas e físicas.

## 2.3 CIDADE MARGINAL

### 2.3.1 DOS BAIRROS DITOS “INFORMAIS” À INCLUSÃO DE REFUGIADOS

Com o aumento demográfico e urbano desencadeado com a Revolução Industrial, e que se acentuou desde meados do século passado com a globalização capitalista, os bairros não planificados e precários, ditos “informais” estendem-se na periferia da cidade urbanizada (Raposo, 2016: 50). Estas áreas ditas informais são mais expressivas nos países em desenvolvimento, onde as condições habitacionais são muito deficientes e as infra-estruturas básicas como o acesso à água potável e ao saneamento estão por concluir ou são inexistentes.

A renovação e gentrificação, nas zonas centrais da cidade urbanizada, obrigam as pessoas com menores recursos económicos a deslocarem-se para os subúrbios, acentuando desigualdades e discriminações no direito à cidade (*ibid.*).

A grande extensão e precariedade destas áreas abordada por Mike Davis, no seu livro *Planet of slums* (2006; 27) que descreve as condições desumanas destes lugares sujeitos a todas as precariedades. Segundo o autor e de acordo com projecções das Nações Unidas (UN, 2015: 21,88), estes bairros ditos “informais” continuarão a crescer até 2050.

O aumento da população dos bairros ditos “informais” compreende-se quando se observa a explosão demográfica mundial (*idem*, 21): em 1950, viviam cerca de 2.53 biliões de pessoas no planeta, em 2015, eram cerca de 7.35 biliões e a projecção para 2050, é de aproximadamente dez biliões de habitantes. Nos países mais desenvolvidos vive cerca de um oitavo (1/8) da população total. A percentagem da população urbana tem também crescido exponencialmente e concentra-se cada vez mais nos países em desenvolvimento.

O grande aumento populacional concentrado em cidades sem recursos, traduz-se em milhões de pessoas a viverem na pobreza extrema, com condições precárias. Neste contexto, alguns dos acampamentos de refugiados convertem-se em bairros ditos “informais”.

Conforme descreve<sup>56</sup> Rawlence (2015a), junto à zona limítrofe entre o Paquistão e o Afeganistão, existem cerca de 79 bairros ditos “informais”, supervisionados pela ONU, com cerca de 1.000.000 de pessoas, que viviam anteriormente em campos de refugiados afegãos. Outro exemplo ocorre no Chade, onde vivem aproximadamente

---

<sup>56</sup> Rawlence, B. (2015a) New York Times, The Other Refugee Crisis. *In the New York Times*. 9 Outubro 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/10/10/opinion/the-other-refugee-crisis.html>. Consultado em 14 de Março de 2016.

250.000<sup>57</sup> refugiados do Darfur, em doze campos/bairros junto à fronteira do Sudão, após os conflitos de 2004. O autor (*ibid.*) identificou muitos outros casos similares na Etiópia, Jordânia, Líbano, Sudão do Sul, Tailândia entre outros<sup>58</sup>.

Na faixa de Gaza, identifica-se o exemplo mais claro desta situação (*ibid.*) com oito campos de refugiados, convertidos em bairros e posteriormente em cidades com altas densidades populacionais num total de cerca de 1.700.000 de pessoas

### 2.3.2 ACOLHIMENTO DE RETORNADOS E REASSENTADOS

Mencionam-se aqui duas outras situações de deslocações de populações: a deslocação dos retornados, associada à independência das ex-colónias africanas no terceiro quartel do século XX; e a deslocação de populações de um lugar com seu reassentamento ou realojamento noutra lugar, no quadro de grandes projectos políticos ou económicos ou de calamidades naturais.

Em Portugal, com a independência das ex-colónias portuguesas em África em meados da década de 1970 foram repatriadas mais de 500.000 pessoas (INE, estudo de retornados, 1970<sup>59</sup> e 1981<sup>60</sup>) para Portugal, providas maioritariamente de Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau.

A maioria dos retornados, com o apoio do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN)<sup>61</sup>, ficou inicialmente alojada em Lisboa, em hotéis no centro para tratar da documentação e receberem os seus bens. De acordo com relatos de retornados<sup>62</sup> este período foi dramático pela falta de apoio familiar e conflitos culturais e sociais.

Posteriormente, com o êxodo para diversos pontos do País, escolhidos por aconselhamento público e por naturalidade, ou laços familiares entre outros. As populações começaram a acolher os retornados tendo a igreja católica tido um papel

---

<sup>57</sup> ACNUR está preocupado com a situação humanitária no Sudão. In *UNHCR - ANCUR*. 6 Março 2009. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-esta-preocupado-com-a-situacao-humanitaria-no-sudao/>. Consultado em 14 de Março de 2016.

<sup>58</sup> Rawlence, B. (2015a) New York Times, The Other Refugee Crisis. In *the New York Times*. 9 Outubro 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/10/10/opinion/the-other-refugee-crisis.html>. Consultado em 14 de Março de 2016.

<sup>59</sup> Censos 1970. In *INE*. Disponível em: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=66632414&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=66632414&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554). Consultado em 1 de Março de 2016.

<sup>60</sup> Censos 1981. In *INE*. Disponível em: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=65587858&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=65587858&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554). Consultado em 1 de Março de 2016.

<sup>61</sup> O Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, conhecido como IARN (constituído através do Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de Março e dissolvido em 10 de Setembro de 1976), foi a organização governamental a quem ficou incumbida a ajuda para quem chegava das ex-colónias portuguesas (Leandro, 1984).

<sup>62</sup> Almeida, S. J. (2014) Retornados - Sucesso e Fracasso. In *Jornal Público*. 20 Abril 2014. Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>. Consultado em 18 de Março de 2016.

fundamental, pela participação activa, como foi o caso no distrito da Guarda, segundo refere Oliveira (2008: 8).

Os retornados tinham uma mentalidade diferente das pessoas que viviam em Portugal, o povo estava oprimido pelo regime salazarista, enquanto os repatriados pensavam de forma mais aberta e contemporânea, estavam dispostos a adaptar-se, não tinham problemas de trabalhar fora da sua área de especialização até que surgisse uma nova oportunidade para puderem ficar mais confortáveis socioeconomicamente. Eram arrojados e arriscavam em novos negócios, que fizessem falta à comunidade, criando assim, novas dinâmicas importantes nas regiões (urbanas e rurais) para onde tinham ido.

Contudo havia obstáculos, tinham perdido as vantagens sociais que tinham nas colónias, estavam na mesma situação das classes mais baixas socialmente, levantando assim alguns problemas de reintegração plena. Os seus filhos também se tinham que adaptar as novas circunstâncias na escola e na sua educação.

O processo de descolonização, em particular da Argélia, foi distinto em França, tendo ocorrido uma década mais cedo que em Portugal (anos 1960). Como refere o sociólogo Pires entrevistado por Almeida (2014)<sup>63</sup>: "*A sociedade francesa estava estabilizada, por isso, surgem sindicatos e o movimento pied-noir.*" Em França, houve problema de integração dos *pied-noir*. Eles viviam à margem da sociedade francesa e "*levaram décadas a adaptar-se*". Os organismos franceses "*aconselharam [Portugal] à dispersão [dos retornados] e assumiram que um erro francês tinha sido a concentração em Marselha*" (*ibid.*) das pessoas que vinham da Argélia.

O biólogo Jorge Palmeirim (*ibid.*) antigo retornado refere que, em Portugal, "*três ou quatro anos depois, os retornados tinham conseguido integrar-se, o que é quase um milagre, integrou-se meio milhão de pessoas, também porque essas pessoas foram capazes de construir as suas vidas, abriram lojas, fizeram negócios, foram para as suas terras*".

"*Em França, as indemnizações são centrais, cá não se falou nisso*" o Governo Português tomou uma postura "*premeditada e inteligente, porque enquanto as pessoas estiverem direccionadas para o que perderam ficam ligadas a isso e não se identificam com o resto*", refere Pires (*ibid.*). Eram poucos os que falavam sobre o que era viver lá e o que tinham deixado para trás: eram "*minoritários e pejorativamente designados*" pelos outros repatriados que criticavam severamente os que se queixavam em relação a esse tema. Podia-se falar sobre esses assuntos, mas deviam ser memórias do passado e não questões do presente.

Comparativamente com França, a integração dos retornados foi bem-sucedida em Portugal. Alexandre Relvas<sup>64</sup> (*ibid.*) afirma que foi "*um dos momentos mais extraordinários da história portuguesa do século passado, a capacidade de integrar*

---

<sup>63</sup> Almeida, S. J. (2014) Retornados - Sucesso e Fracasso. In *Jornal Público*. 20 Abril 2014. Disponível em: <http://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408> . Consultado em 18 de Março de 2016.

<sup>64</sup> O empresário Alexandre Relvas, natural de Angola, era estudante desde 1973 em Portugal, os seus familiares chegaram um ano depois.

500.000 pessoas que chegam em poucos meses". Existiu uma integração idónea, e não existem "marcas que se percebam" (Pires, 2003).

A "extraordinária generosidade" portuguesa e o Estado português tiveram uma intervenção "extraordinária", refere Relvas entrevistado por Almeida (2014), que só foi possível pela enorme vontade de todos os retornados quererem integrar-se. Outro aspecto importante foi o conhecimento e a determinação empreendedora que trouxeram consigo das antigas colónias.

### REASSENTAMENTOS DOS REFUGIADOS NUM TERCEIRO PAÍS

O reassentamento dos refugiados num terceiro país geralmente acontece em Estados de acolhimento onde a cultura, costumes e língua são diferentes do seu país de origem e pode ser o recomeçar de uma história positiva para os refugiados.

O processo de reassentamento é geralmente coordenado pelo Estado e organizações competentes com o propósito de facilitar a integração dos refugiados na sociedade para que possa reflectir uma vantagem para ambas as partes. São disponíveis ferramentas para a sua integração plena, como cursos linguísticos, culturais e costumes, acompanhamentos educacionais, sociais e profissionais, entre outros.

Em Portugal, tem-se feito muito nesta matéria, no entanto, ainda existem alguns obstáculos, sendo que um dos maiores acontece quando as pessoas abandonam os centros de acolhimento. Segundo Filipa Silvestre<sup>65</sup> a integração nas cidades, a excepção de Lisboa, é difícil, devido a conjuntura económica nos últimos anos, onde a falta de emprego, dificuldade de alojamento e aulas de língua Portuguesa complicam a integração na sociedade e a sua autonomia.

Segundo o arquitecto Per Iwansson<sup>66</sup>, no caso da Suécia, que tem acolhido nas últimas décadas milhares de refugiados, verifica-se que também existem alguns problemas devido às habilitações literárias. Um exemplo disso são as pessoas provindas do Bósnia e Herzegóvina e da Somália que tiveram acesso aos mesmos meios e programas educacionais fornecidos pelo Estado sueco, no entanto, as pessoas oriundas da Bósnia foram totalmente integradas na sociedade devido ao seu nível de ensino e cultural. A situação dos somalis é mais complicada, o seu nível de integração foi inferior, por motivos culturais ou pelo seu mais baixo nível de ensino, dando origem a segregações sociourbanísticas (entrevistado em Março e Abril de 2016).

---

<sup>65</sup> Documentário Sou Refugiado, processo de integração em Portugal. *In RTP Play*. 18 Junho 2013. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p1174/sou-refugiado>. Consultado em 10 de Fevereiro de 2016.

<sup>66</sup> Arquitecto Sueco, foi o autor do desenho urbano do campo de refugiados de Hagadera, em 1992. Esteve envolvido nos projectos da reconstrução da Bósnia, após os conflitos internos, e participou em outros projectos relacionados com causas humanitárias.

A falta de integração também pode acontecer devido a problemas de Instituições responsáveis, como aconteceu na Itália<sup>67</sup>, com a corrupção no caso “Mafia Capitale”, que desviava verbas para proveito dos gestores, colocando muitos refugiados em situações mais prolongadas e de desespero.

Outra questão está relacionada com práticas ilícitas e violentas de grupos em relação aos refugiados. Com raptos de crianças que acabam por ser vítimas de tráfico de órgãos ou de droga, abusos sexuais, explorações laborais e mendicância. Segundo Eanes (2016)<sup>68</sup>, cerca de 10.000 crianças que estavam sozinhas e sem acompanhamento desapareceram depois de chegar à Europa.

## 2.4 DIREITO À CIDADE

Como refere o filósofo Henri Lefebvre, a cidade tornou-se num “*objecto virtual*”, em que o “urbano” transpõe a cidade, assistindo-se a uma revolução urbana à escala global (Lefebvre, 1999 [1970]: 27). Para o autor, “*a cidade está morta*” e o que resiste é o “urbano” (Lefebvre, 2001 [1968]: 106-7). Não é pelo facto de termos uma cidade como descreve Kevin Lynch, com vias, limites, bairros, cruzamentos e marcos (Lynch, 2009: 52-3), que a cidade próspera. Segundo o autor, “*a vida urbana ainda não começou*” (*idem*, 108). Uma vida urbana renovada supõe recuperar a festa, a ruralidade, a socialização. E o autor explica: a cidade deve ser a “*obra*” da sociedade urbana, e não o seu “*produto*” (*idem*, 107).

Lefebvre em 1968 defende o direito à cidade como espaço vivido e espaço construído, resultante da participação da comunidade, “*polisensorial e polivalente*”, que recupera o “sujeito” e assenta num “*novo humanismo*” (*idem*, 108).

Esse processo requer novas ferramentas intelectuais, como a “*transdução*” (*idem*, 109), a “*utopia experimental*” (*idem*, 110) e três conceitos teóricos: (i) “*função*”; (ii) “*forma*”; (iii) “*estrutura*” (*idem*, 111).

O geógrafo David Harvey, mais recentemente, reafirma que o direito à cidade é algo que deixou de existir, como mostram diversos acontecimentos mundiais (Harvey, 2012: 23-4), de que se destacam dois exemplos a que se refere o autor:

(i) Na segunda metade do século XIX, Haussman com permissão do Napoleão III, gerou uma transformação urbanística massiva em Paris (*idem*, 7-8).<sup>69</sup>, criando uma nova personalidade e modo de vida, direccionado para o consumo (turismo, comércio e outros). Nesse processo desalojou as classes trabalhadoras e outros

<sup>67</sup> Quando os migrantes em Itália se tornam um negócio. In *Euronews*. 04 Abril 2016. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2016/04/08/quando-os-migrantes-em-italia-se-tornam-um-negocio/>. Consultado em 3 de Junho de 2016.

<sup>68</sup> Crianças de 4 anos raptadas para tráfico de órgãos. In *Diário de Notícias*. 1 Junho 2016. Disponível em: <http://www.dn.pt/sociedade/interior/criancas-de-4-anos-raptadas-para-traffic-de-orgaos-5203304.html>. Consultado em 4 de Junho de 2016.

<sup>69</sup> Harvey, D. (2008). O Direito à Cidade. *New Left Review*. Londres, n. 53, p. 23-40, Set/Out 2008. In *New Left Review*. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>. Consultado em 14 de Março de 2016.

elementos menos favorecidos que viviam no centro da cidade, e favoreceu a burguesia e as classes mais abastadas economicamente.

(ii) No final do século XX, na zona metropolitana de Londres, com a privatização da habitação social, por Margareth Thatcher (*idem*, 20), as pessoas com menos recursos económicos são afastadas dos centros urbanos, por não conseguirem ter acesso à habitação, tendo que viver nas periferias.

Numa concepção marxista, Harvey entende que é necessário interromper o ciclo de fazer e refazer as cidades inerentes ao capitalismo (Harvey, 2008: 39). “*In most cases in the hands of a small political and economic elite who are in a position to shape the city more and more after their own particular needs and hearts' desire.*” (Harvey, 2012: 24)

A gestão urbana nos dias correntes está transformada num negócio económico, por meios do consumismo, turismo, serviços culturais e outros, onde a qualidade vivida pelas pessoas no meio urbano, fica debilitada e remetida para os produtos. Para o autor só a luta democrática colectiva pode conduzir a um direito à cidade para todos, em que todos tomam decisões, tanto de carácter político como social, económico e cultural, permitindo assim conceber uma comunidade mais íntegra, indo de encontro ao que Lefebvre já tinha insistido “*the revolution in our times has to be urban-or nothing*” (*idem*, 25).

Para o antropólogo Michel Agier numa conferência<sup>70</sup>, a cidade é uma interacção entre a construção e desconstrução, sendo criada fundamentalmente pelo movimento cidadão. O “*fazer-cidade*” para Agier é uma dinâmica, são as práticas vividas naquele “lugar” concreto. Sendo “... *um processo sem fim, contínuo e sem finalidade...*” (Agier, 2015a: 491), do “*aqui e agora*”, do “*direito à cidade*”, onde apreende-se que o movimento é independente do Estado e das suas regras e leis governamentais.

Para o geógrafo Ferrão, a cidade deve ser construída pelo reforço das ligações entre o Estado com as suas normas e leis, e os cidadãos por participações “informais” de pequenas produções de espaços (Ferrão, 2015: 219). O autor defende a governança do poder político legítimo, em base democrática, que defenda todas as pessoas na reconfiguração inovadora da cidade. Nesse propósito existirão inevitavelmente fricções das partes envolvidas, porém esses confrontos são positivos e apresentam respostas favoráveis para todas as pessoas (*idem*, 220).

A comunidade internacional e Estados têm debatido estes temas. Foi o caso da agenda Habitat II<sup>71</sup>, em Istanbul na Turquia (1996), onde declarou no artigo 8º o compromisso para alcançar um habitat adequado e no artigo 40º (I) compromete a apoiar os serviços básicos e abrigos temporários para os refugiados.

---

<sup>70</sup> “Da etnografia das margens à antropologia da cidade”, conferência proferida a 17 Outubro 2014, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ), no quadro do programa da cátedra francesa do consulado da França na UERJ (Departamento de Antropologia).

<sup>71</sup> Report of the United Nations conference on human settlements (Habitat II). 3-14 Junho 1996. *In United Nations*. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G96/025/00/PDF/G9602500.pdf>. Consultado em 15 de Março de 2016.

Em 2005, após diversos fóruns sendo o primeiro em 2001, foi realizada a carta mundial pelo direito à cidade<sup>72</sup>, em Porto Alegre no Brasil, com a participação de ONG, associações de profissionais e fóruns nacionais e internacionais da sociedade civil, que definiu:

### **Artigo 1º**

*“O Direito à Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente e inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Inclui também o direito à liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação e herança histórica e cultural.”*

Em 2010, efectuou-se o quinto<sup>73</sup> fórum urbano mundial da UN-HABITAT, *The Right to the City: Bridging the Urban Divide*, no Rio de Janeiro, Brasil. Concordando com a carta e acrescentando que a parceria deve ser o motor para uma coordenação mundial entre diversos actores, numa progressão da urbanização mais sustentável e participativa, assente numa governação democrática e nos direitos humanos.

A agenda do Habitat III que se realizou em Outubro 2016 em Quito no Equador, centrou as suas discussões<sup>74</sup> em torno do direito à cidade, como reformulação e reinvenção da cidade assente numa base justa, inclusiva, democrática e sustentável, para as actuais e futuras gerações partilharem o seu bem comum (património, meio ambiente, espaço público, entre outros), sem discriminação social e de géneros, com uma economia solidária e cooperativa entre cidades, cidades essas que são de todos e para todas as pessoas.

Nesta linha a jurista urbana Sabrina Durigon<sup>75</sup> numa palestra, defende que participação social deve ser garantida pelos diversos actores (capital imobiliário, sociedade civil e movimentos sociais), para que exista um acordo entre as elites e a sociedade civil com o propósito de melhorar o acesso à habitação, serviços e transportes.

---

<sup>72</sup> Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Maio 2005. *In Right to the city platform*. Disponível em: <http://www.righttothecityplatform.org.br/download/publicacoes/Carta%20Mundial%20do%20Direito%20%C3%A0%20Cidade.pdf>. Consultado em 15 de Março de 2016.

<sup>73</sup> World Urban Forum 5: The Right to the City-Bridging the Urban Divide. Março 2010. *In UNICEF*. Disponível em: <https://www.unicef-irc.org/article/663/>. Consultado em 15 de Março de 2016.

<sup>74</sup> Direito à Moradia e o Habitat III (Semana do Direito à Cidade). *In YouTube*. 7 Junho 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5843ibO7ofU>. Consultado em 10 de Junho de 2016.

<sup>75</sup> A Participação Social e o PDDU - Colóquio O PDDU e a Legislação Urbanística – Palestra. 17 Julho 2015. *In YouTube*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=o1OdBZeOm\\_g](https://www.youtube.com/watch?v=o1OdBZeOm_g). Consultado em 10 de Junho de 2016.

## 2.5 SÍNTESE REFLEXIVA

Na problemática dos campos de refugiados importa, entender e ponderar sobre como melhorar a dignidade nestes aglomerados urbanos. E nesse sentido é necessário compreender os paradigmas de intervenção, como os propostos pela carta de Atenas de 1933, e mais recentemente pela nova carta de 1998/2003, assente na noção de sustentabilidade. Os modelos urbanos, nomeadamente o sentido de colectividade e comunidade, expressos no modelo da cidade jardim de Howard e na unidade de vizinhança de Perry, que têm em conta o objectivo de garantir uma melhoria da habitabilidade e da qualidade de vida. E subseqüentemente as morfologias urbanas que têm caracterizado a cidade urbanizada, onde existe uma sobreposição de malhas em função da história, de questões políticas e económicas, socioculturais, ideológicas e físicas.

A cidade marginal estende-se pelos subúrbios da cidade, em espaços ocupados com débeis condições habitacionais, revelando um elevado nível de precariedade, que pode ser comparado com os campos de refugiados, embora com menor fragilidades. Segundo Davis, estes bairros ditos “informais” continuarão a desenvolver-se, assim como a transformação de alguns campos e acampamentos de refugiados em bairros do mesmo caracter, conforme descreve Rawlence. Com o aumento demográfico e a pobreza extrema devido a crise do sistema capitalista, antevê-se uma precariedade urbana global.

O estudo do acolhimento dos retornados e reassentados permitiu compreender os benefícios e adversidades que aconteceram nas comunidades de acolhimentos, como mais-valias de conhecimentos e aptidões, contribuindo para um desenvolvimento socioeconómico e cultural da comunidade, e menos-valias, que por um lado, estão relacionadas com corrupção e práticas violentas por gestores ou grupos em relação aos refugiados, e por outro lado, com os problemas de integração que puderam originar segregações sociourbanísticas.

Na reflexão sobre o direito à cidadania, e especificamente, o direito à cidade foram analisados no sentido que lhes atribui Lefebvre, e mais recentemente, Harvey, onde todos os cidadãos devem ser os actores directos da produção e transformação do espaço, numa sociedade assente numa pluralidade equitativa. A ponte entre estes conceitos e a realidade dos campos de refugiados é feita por Agier, que destaca uma dinâmica constante de “fazer-cidade”, independentemente do Estado e das suas regras e leis governamentais. Nesta sequênciã, considera-se que os campos de refugiados devem ser produzidos de forma a garantir uma melhor qualidade de vida, onde os refugiados também sejam os produtores e decisores desses assentamentos humanos.

## 3º CAPÍTULO

### CAMPOS DE REFUGIADOS

A dinâmica de “fazer cidade” pelo processo de construção e desconstrução caracteriza os acampamentos e campos de refugiados, porém a cidade temporária que estes configuram torna-se permanente minando a esperança dos seus habitantes.

#### 3.1 ACAMPAMENTO PROVISÓRIO

Se analisarmos zonas habitacionais instáveis com carências económicas, como os bairros de migrantes, ocupações não legais e campos de refugiados, comparando com as áreas urbanizadas constatamos que existem diversos e distintos modos de construir habitat e cidade. Agier considera os acampamentos e campos de refugiados como “*rascunhos da cidade*” (Agier, 2011: 125-39). Ele estuda os acampamentos em França em Calais e na Grécia em Patras, duas cidades portuárias, onde foram criados acampamentos pelos migrantes e refugiados, que resistiram durante mais de uma dezena de anos.

No primeiro caso, erigido em 2002, e conhecido com “*Jungle*”, é segundo Agier um exemplo claro de “*fazer-cidade*” pelos próprios habitantes. Ordenada a sua destruição pelo Estado francês em 2009, foi novamente reconstruído pelas pessoas migrantes e de novo destruída pelas autoridades em 2016. No segundo caso, na Grécia, o campo permaneceu em pé durante mais de uma dezena de anos (1996 até 2009), muito derivado ao apoio das organizações filantrópicas, contra a vontade da comunidade local que pretendia a sua destruição a curto prazo. Algumas das pessoas que se encontravam no acampamento ficaram por Patras durante mais algum tempo, como trabalhadores independentes ou por conta de outro.

A construção do acampamento é feita com materiais económicos e de baixa qualidade, desde madeiras, ferros-velhos, redes metálicas e têxteis, placas de poliestireno e lonas. São aglomerados débeis, mas de enorme resiliência humana. Os estrados de madeira são colocados no terreno de cada abrigo, e outras madeiras são dispostas por cima dessas, permitindo assim que a estrutura acima do solo e o pavimento interior fiquem secos. As paredes justapõem lonas, plásticos, papelões e placas de polietileno. As cortinas são feitas de aproveitamentos de tecidos e os tapetes são feitos de bocados de carpetes, alcançados nas redondezas (Agier, 2015a: 487). As condições de salubridade são um dos maiores problemas, com muito poucas instalações sanitárias e a inexistência de saneamento (Topping, 2015)<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Topping, A. (2015) Calais refugee camp conditions diabolical, says report. *In The Guardian*. 2 Outubro 2015. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2015/oct/02/calais-refugee-camp-conditions-diabolical-report-jungle-bacteria-hygiene>. Consultado em 15 de Março de 2016.

Têm características semelhantes aos bairros autoproduzidos, ditos “informais” ou “espontâneos”, que se expandem nos subúrbios de países em desenvolvimento, na América do Sul, Ásia e África, mas que subsistem no Sul da Europa como em Portugal. As necessidades sociais são idênticas entre estas situações, embora no caso dos refugiados a situação de carência atinge todos os grupos sociais.

Estes locais constituem de acordo com o antropólogo Marc Augé um “*lugar antropológico*” (Augé, 2005 [1992]: 46). Mas esse lugar não é para todos um espaço identitário, histórico e relacional sendo nesse caso um não-lugar, pela curta permanência no lugar e onde uns estão com os outros sem estar com os outros.

*“Campos de refugiados, campos de trânsito, grandes espaços antes concebidos para a promoção do mundo operário e tornados insensivelmente o espaço residual onde se encontram os sem-abrigo e sem-emprego de origens diversas: por toda a parte espaços inqualificáveis, em termos de lugar, acolhem, em princípio provisoriamente, aqueles que as necessidades do emprego, do desemprego, da miséria, da guerra ou da intolerância constroem à expatriação, à urbanização do pobre ou ao encarceramento”* (Augé, 1994: 169)

### 3.2 CAMPO DE REFUGIADOS

Os campos de refugiados são também distintos em alguns aspectos, destes acampamentos em França e na Grécia: têm uma maior escala, e maior duração (Augé, 2014: 46). Segundo Kleinschmidt, o tempo médio de um campo é de **dezassete anos**<sup>77</sup>, tendo havido um aumento do tempo médio nas últimas três décadas: de nove anos em 1993 passou para dezassete anos em 2003 (UNHCR, 2004: 2).

As vantagens para os refugiados viverem num campo, é o facto de beneficiarem de uma mínima protecção e segurança e das necessidades básicas para a sua sobrevivência estarem garantidas pelos donativos das organizações, instituições e privados. As desvantagens são a dependência, mendigação e a débil qualidade de vida.

Agier (2011: 129) refere-se aos campos de refugiados como “locais fora de lugar”, como uma “etnografia cidadina de acampamento”. Nalguns casos esses espaços deixam de ser temporários e tornam-se definitivos como os ditos bairros “informais”, integrando distintas formas de ocupação, rivalidades culturais, diferenças sociais e educacionais, interesses políticos, entre outros.

Para o autor, o campo de refugiados pode ser o início de uma nova comunidade, assente no conceito de “fazer-cidade”, no qual, passados alguns anos, a aglomeração de abrigos temporários passam a ser idênticos a um bairro dito

---

<sup>77</sup> Refugees camps are the ‘cities of tomorrow’, says humanitarian-aid expert. Entrevista a Kilian Kleinschmidt.. In *Magazine Dezeen*. 23 Novembro 2015. Disponível em: <http://www.dezeen.com/2015/11/23/refugee-camps-cities-of-tomorrow-killian-kleinschmidt-interview-humanitarian-aid-expert/>. Consultado em 5 de Abril de 2016.

“informal”. Os abrigos débeis e temporários com materiais doados pelo ACNUR, como toldos brancos e azuis, e sacos têxteis adquiridos no campo.

Embora a qualidade de vida seja insatisfatória, a dinâmica urbana existe. As melhorias nos abrigos indicam que as pessoas querem estar ali o melhor que possam, ainda que “temporariamente”. São cidades em construção em constante transformação e adaptação consoante as necessidades humanas.

A maioria dos refugiados não tem outra alternativa a não ser ficar nos campos de refugiados, que cada vez persistem mais tempo. Alguns tentam fazer a viagem ilegal para um país desenvolvido na Europa, mas são só uma percentagem mínima do valor total. Estas pessoas sujeitam-se a situações extremas de insegurança, ficando a mercê dos traficantes e contrabandistas.

Segundo Rawlence<sup>78</sup>, a ONU e os países integrantes, continuam a contribuir com verbas monetárias, mas sem respostas eficazes e satisfatórias para todos. Como é que deixam estas pessoas viverem numa área confinada, como uma prisão, onde não podem trabalhar ou deixar aquele lugar, sem passado nem presente e um futuro sem esperança.

Ora, estes campos de refugiados foram criados para serem temporários e não duradouros, baseados nos três princípios estabelecidos do ACNUR: (i) acolhimento num primeiro país; (ii) reassentamento num terceiro país; (iii) regresso ao seu país quando a ordem estivesse resolvida.

### 3.3 EXEMPLOS DE CAMPOS DE REFUGIADOS EM VÁRIOS PAÍSES

A ausência de condições dos campos e a falta de meios disponíveis, são um dos maiores obstáculos nos aglomerados de pessoas deslocadas.

Assentamentos humanos<sup>79</sup> ou *Human Settlements* em inglês, são definidos como um lugar habitado com edifícios e caminhos nos quais se incluem os acampamentos temporários. Estes assentamentos podem contar poucas unidades habitacionais, caso de aldeias, ou um grande número de edifícios no caso de cidades

Mostram-se de seguida alguns exemplos de campos de refugiados, ao nível do processo de instalação e de transformação, da dimensão, da malha urbana e do tipo de abrigo, os quais foram organizados por região do mundo (África, América, Ásia, Europa).

---

<sup>78</sup> Rawlence, B. (2015b) The Other Refugee Crisis do New York Times. *In the New York Times*. 09 Outubro 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/10/10/opinion/the-other-refugee-crisis.html>. Consultado em 14 de Março de 2016.

<sup>79</sup> Assentamentos Humanos. *In Exploring Geography*. Disponível em: <https://exploringgeography.wikispaces.com/file/view/CHAPTER-10+Human+settlements.pdf>. Consultado em 7 de Abril de 2016.

### 3.3.1 EXEMPLOS EM ÁFRICA

Na Cidade de Dadaab<sup>80</sup>, no Quênia, existem cinco campos de refugiados (ver figura 10), no qual dois deles não são oficiais (IFO 2 e Kambioos). O primeiro campo oficial foi construído em 1991, com características temporárias, alojando cerca de 90.000 somalis que fugiam da guerra civil. Actualmente é o campo onde existe maior número de refugiados, contabilizando cerca de 500.000 pessoas<sup>81</sup>. Destes, a maioria, cerca de 400.000, são somalis que vivem em “situações prolongadas” segundo designação da ONU<sup>82</sup> para os indivíduos que ficam em acampamentos com duração superior a cinco anos. A morfologia urbana usual encontrada nestes campos é a malha ortogonal (ver figura 11).

#### QUÊNIA

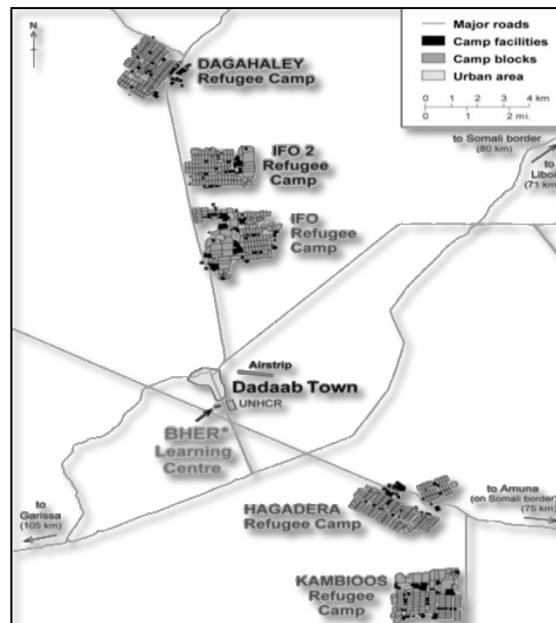


Fig. 10 - Mapa de campos de refugiados em Dadaab, no Quênia (Adaptado, disponível em: <http://ltd.educ.ubc.ca/media/dadaab-camps>, consultado em 14 Março 2016).

Este modelo foi proposto por ter uma maior facilidade de execução. Era necessário dar uma resposta expedita e como havia poucos equipamentos e mão-de-obra, desenvolveram-se técnicas para colmatar esse problema, explica o arquitecto Per Iwansson, “*poderia ter-se projectado uma malha de outra forma, conforme desenhiei inicialmente em Hagadera*”, mas com a chegada de 1.000 refugiados por dia, era mais importante receber as pessoas do que elaborar uma malha que correspondesse mais ao lugar, “*não havia muita gente para trabalhar e só dispúnhamos de uma retroscavadora e um topógrafo.*” (entrevistado em Março e Abril de 2016).

O Estado do Quênia concede abrigos temporários do ACNUR e não permite a construção de abrigos duradouros, mas com duas épocas de pluviosidade intensa, os abrigos ficam desgastados e os refugiados irregularmente criam abrigos de argila com estruturas de pirliteiro (ramos espinhosos). Os saneamentos básicos e as instalações sanitárias ainda são provisórios, colocando em causa a salubridade. Existem relatos de epidemias como a cólera.

Não existe permissão pelo Governo para as pessoas trabalharem. Excepcionalmente existe autorização para ocupações de voluntariado nas organizações humanitárias,

<sup>80</sup> Moorehead, C. (2016) City of Thorns do New York Times. *In the New York Times*. 15 Janeiro 2016. Disponível em: [http://www.nytimes.com/2016/01/17/books/review/city-of-thorns-by-ben-rawlence.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2016/01/17/books/review/city-of-thorns-by-ben-rawlence.html?_r=0). Consultado em 14 de Março de 2016.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

<sup>82</sup> Refugee - Overview of forced displacement. *In United Nations*. Disponível em: <http://www.un.org/en/globalissues/briefingpapers/refugees/overviewofforceddisplacement.html>. Consultado em 14 de Março de 2016.

que coordenam as escolas, centros médicos, actividades sociais entre outros. Os valores que os refugiados recebem por estes trabalhos são irrisórios, comparativamente com os empregados do Quênia que fazem um trabalho idêntico.



Fig. 11 - (A e B) Vista aérea do campo de refugiados IFO 2, em Dadaab, Quênia. Foto: Brendan Bannon/IOM/UNHCR, Outubro de 2011 (Adaptado, disponível em: [A] <http://brendanbannon.photoshelter.com/image/I0000H0fyixHBxH4>; [B] <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-lamenta-profundamente-assassinato-de-refugiado-somali-em-dadaab>), consultado em 14 Março 2016).

O futuro dos jovens que vivem nestes campos, não é animador. Eles têm que batalhar arduamente para conseguirem um lugar no ensino médio, onde depois podem adquirir um reconhecimento e um diploma, através dos correios ou pela internet. Este diploma servir-lhes-á para pouco, com os campos fechados e sem poderem trabalhar. A única solução poderá ser fora dos campos, mas como não podem sair, o seu esforço pode ser inglório. Para ultrapassar a situação, muitas pessoas acabam por aliciar as autoridades, para conseguirem um documento que lhes permita deixar aquele lugar, podendo assim tentar uma vida melhor noutra sítio, caso contrário, poderão ter de ficar a vida toda dentro do campo. As pessoas vivem numa situação desesperante, subordinadas as normas impostas pelo ACNUR que são diferentes das suas referências culturais criando desajustes.

No campo de refugiados IFO (campo oficial), verificamos que a morfologia urbana usada é também ortogonal, mas os quarteirões são organizados de uma forma mais orgânica. Esta organização pode estar interligada com as relações familiares, permitindo uma maior segurança e convívio dentro desses blocos ou pode ser por ocupação espontânea e posterior reordenamento, como assinala Iwansson (entrevistado em Março e Abril de 2016), dentro dos campos existem os dois tipos de organização.



Fig. 12 - (A e B) Vista aérea do campo de refugiados IFO, em Dadaab, Quênia. Foto: UN Photo/Evan Schneider, 29 Outubro 2014 (Adaptado, disponível em: [A] [http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/25128373361\\_cd1aefb622\\_o.jpg](http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/25128373361_cd1aefb622_o.jpg); [B] <http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/files/2014/10/609535.jpg>, consultado em 15 Março 2016).

## CHADE

No Chade<sup>83</sup>, com a continuação de conflitos República Centro-Africano (RCA) e no Sudão do Sul, e novos conflitos na Nigéria, contabilizaram-se no final do ano de 2015, cerca de 500.000 refugiados, sendo que 100.000 são da RCA e 380.000 são sudaneses. O primeiro campo foi construído em 2003<sup>84</sup>, depois dos conflitos na RCA. Existem cerca de 475.000 refugiados (últimos dados de 2015) e este ano prevê-se um ligeiro aumento da população refugiada, derivado a instabilidade da Nigéria.

Como a segunda e terceira geração de retornados provindos da RCA, que não tem raízes familiares, as pessoas deparam-se com a situação de apatriamento. A boa relação entre o Governo e o ACNUR tem permitido o apoio recíproco, para a emissão de cartões de identidade, embora muitas pessoas estejam ainda em espera.

Segundo o ACNUR (*ibid.*), o Governo possibilita que as pessoas possam trabalhar e tem desenvolvido esquemas de integração socioeconómicas tanto para os refugiados como para os retornados. A autorização do acesso a terrenos cultiváveis para a agricultura, tem promovido uma auto-sustentabilidade e confiança entre os elementos envolvidos.

Outro aspecto positivo tem sido a autorização do Estado e o seu interesse no assentamento dos refugiados com famílias de acolhimento, com possibilidade de frequentarem os seus serviços essenciais (comércio local). No início da recepção destas pessoas, os campos tinham problemas idênticos aos dos campos do Quênia, os refugiados sentiam-se numa prisão, mas estas mudanças têm contribuído para uma maior integração.



Fig. 13 - (A e B) Vista aérea do campo de refugiados sudanês, no campo Iridimi, Chade. Foto: UN Photo/Eskinder ; Tom Sponheim, 02 Junho 2004 (Adaptado, disponível em:

[A] [http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/24594767883\\_64ec7c106f\\_o.jpg](http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/24594767883_64ec7c106f_o.jpg);

[B] [http://solarcooking.wikia.com/wiki/Iridimi\\_Refugee\\_Camp](http://solarcooking.wikia.com/wiki/Iridimi_Refugee_Camp), consultado em 16 Março 2016).

A uma distância de 800 km de N+Djamena, no Chade, existe o campo de refugiados Iridimi, que aloja cerca de 15.000<sup>85</sup> pessoas, com uma tipologia urbana de carácter irregular, sem vias demarcadas. Passado algum tempo de estarem no campo

<sup>83</sup> Information about Chad. In UNHCR. Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/2533> . Consultado em 15 de Março de 2016.

<sup>84</sup> Global Report 2003 - Republic of Chad. In UNHCR. Disponível em: <http://www.unhcr.org/40c6d7700.html>. Consultado em 15 de Março de 2016.

<sup>85</sup> Growing up in a refugee camp. In UNHCR. Disponível em: <http://www.unhcr.org/42ef92c77.html>. Consultado em 16 de Março de 2016.

começaram a construir muros a volta do seu abrigo, e posteriormente as paredes com tijolos e revestidas com argila. Os abrigos são mais resistentes e dão um maior conforto as pessoas.

### REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

No antigo Zaire, actual República Democrática do Congo<sup>86</sup>, após diversos conflitos internos, e a concordância de albergar refugiados dos países limítrofes, contabilizavam-se no final do ano de 2015, cerca de 2.700.000<sup>87</sup> deslocados internos, e mais 160.000 refugiados.

Em 2012, depois do início dos conflitos entre o exército do Estado e os rebeldes M23, as populações foram obrigadas a fugir de suas casas, e a conceber acampamentos rápidos sem condições básicas (como água potável e comida), do que é exemplo o maior acampamento em *Kanyaruchinya*<sup>88</sup>. Construído sem auxílio de qualquer organização internacional, fica localizado junto a uma estrada perto da povoação onde antes residiam, como acontece numa grande maioria dos acampamentos, em que existe uma preocupação de localização. As pessoas são aconselhadas a deslocarem-se para acampamentos onde haja maior segurança, mas muitas arriscam em ficar perto das suas casas.

Estas pessoas deslocadas trabalham essencialmente do cultivo agrícola e pequenos negócios, estão muito ligadas ao local e não querem abandonar as suas casas. Desejam regressar o mais rapidamente possível ao seu local de origem, assim que acabem os conflitos.



Fig. 14 - (A e B) Vista aérea do campo *Mugunga III* para pessoas deslocadas internamente, na República Democrática do Congo. Foto: UN Photo/Sylvain Liechti, 18 Janeiro 2013 (Adaptado, disponível em: [A] [http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/24590921984\\_07e79fed87\\_o.jpg](http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/24590921984_07e79fed87_o.jpg); [B] <http://www.welthungerhilfe.de/en/project-congo-reconstruction.html>, consultado em 17 Março 2016).

<sup>86</sup> Information about D. Rep. of the Congo. In *UNHCR*. Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/4874>. Consultado em 16 de Março de 2016.

<sup>87</sup> Democratic Republic of Congo: Internally displaced persons and returnees. In *OCHA*. Setembro 2015. Disponível em: [http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/dr\\_congo\\_-\\_internally\\_displaced\\_persons\\_and\\_returnees\\_-\\_september\\_2015.pdf](http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/dr_congo_-_internally_displaced_persons_and_returnees_-_september_2015.pdf). Consultado em 16 de Março de 2016.

<sup>88</sup> 60 mil deslocados internos vivem em condições precárias em Kivu do Norte. In *UNHCR - ACNUR*. 08 Outubro 2012. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/60-mil-deslocados-internos-vivem-em-condicoes-precarias-em-kivu-do-norte/>. Consultado em 17 de Março de 2016.

Os abrigos maioritariamente são pequenos, revestidos de plásticos com paredes de palha e estruturas de suporte em madeira<sup>89</sup>, as pessoas dormem no solo, sujeitas a amplitudes térmicas desconfortáveis durante a madrugada. Informado desta situação, o ACNUR iniciou o processo de ajuda e auxílio internacional, disponibilizando melhores abrigos temporários e equipamentos domésticos básicos.

## SUDÃO

No Sudão, na região do Darfur, os conflitos entre o Norte e o Sul, originaram um enorme genocídio em 2003<sup>90</sup>, comandado pelo Estado por meio dos militares ou indirectamente por milícias, cifrado em 2.000.000 mortos, 1.000.000 de refugiados e 2.500.000 de deslocados internos. Actualmente depois da independência do Sudão do Sul e a intensificação de conflitos no Norte de 2013 e 2014, os deslocados internos voltaram a aumentar registando-se 2.250.000 pessoas nessa condição<sup>91</sup>. O Estado do Sudão do Sul, para além destes deslocados vindos do Norte do país, tem acolhido refugiados dos países limítrofes (Sudão), contabilizando aproximadamente 250.000<sup>92</sup> pessoas refugiadas.

O acampamento de Khor Abeche, em Darfur, é exemplo de um acampamento de deslocados internos (ver figura 15 e 16), concebido depois da crise humanitária. Integra dois tipos de ocupações: uma malha ortogonal organizada pela *United Nations-African Union Mission in Darfur* (UNAMID) e os abrigos dos deslocados internos organizados organicamente, aparentemente sem qualquer tipo de regra estabelecida.

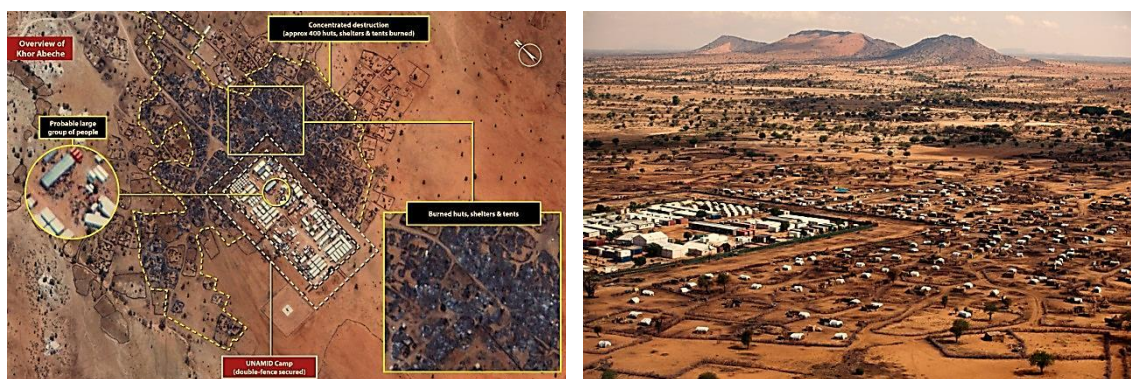


Fig. 15 – (A) Vista satélite de acampamento após incêndio. Foto: Digital Globe, 26 Março 2014; Fig. 16 – (B) Vista aérea de acampamento de pessoas deslocadas internamente em Khor Abeche, Darfur, Sudão. Foto: Albert Gonzalez Farran, UNAMID (03 Julho 2014). (Adaptado, disponível em: [A] <http://enoughproject.org/blogs/janjaweed-torches-south-darfur-idp-camp-next-unamid-base>; [B] [http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/24590921954\\_f71ddb4f86\\_o.jpg](http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/24590921954_f71ddb4f86_o.jpg), consultado em 18 Março 2016).

<sup>89</sup> Rwanda: Mugunga refugee camp. In *YouTube*. 21 Julho 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VcWnnLi1KAI>. Consultado em 16 de Março de 2016.

<sup>90</sup> Darfur: A história de um “genocídio”. In *Euronews*. 18 Fevereiro 2015. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2015/02/18/darfur-a-historia-de-um-genocidio/>. Consultado em 17 de Março de 2016.

<sup>91</sup> Information about Sudan. In *UNHCR*. Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/2535>. Consultado em 16 de Março de 2016.

<sup>92</sup> Mais de 2,25 milhões de pessoas encontram-se deslocadas pelo conflito no Sudão do Sul. In *UNHCR - ACNUR*. 07 Julho 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/mais-de-225-milhoes-de-pessoas-encontram-se-deslocadas-pelo-conflito-no-sudao-do-sul/>. Consultado em 18 de Março de 2016.

Em 2014, um incêndio em Khor Abeche atingiu 400<sup>93</sup> abrigos/tendas temporários. Os seus habitantes sofrem também da violência (agressões, feridos, mortos e sequestros) praticada pelas tropas e apoiantes do Estado. Note-se que no caso do incêndio o complexo da UNAMID tinha protegido as 3.000 pessoas do complexo ortogonal que não sofreram qualquer tipo de dano. Passados quatro meses dessa situação, registou-se que no acampamento viviam cerca de 4.000 pessoas. Estas, apoiadas pelos engenheiros da UNAMID, iniciaram a reconstrução dos antigos abrigos circulares que foram queimados, com paredes em tijolos de argila e coberturas tradicionais de colmo.<sup>94</sup>

O campo dispõe de uma escola, dois centros comunitários, zonas de higiene pessoal (latrinas), iluminação, torres de vigilância, um perímetro de segurança, numa área aproximada de 70.000<sup>95</sup> m<sup>2</sup>.

### 3.3.2 EXEMPLO NA AMÉRICA

#### HAITI

No Haiti, na zona de Porto Príncipe, depois do terramoto de magnitude 7.0 na escala de *Richter*, em 12 de Janeiro de 2010, 1.500.000 pessoas ficaram desalojadas, tendo que viver em abrigos temporários ou ocupações de espaços desabitados. Textos de Charles (2015)<sup>96</sup> dizem que o número baixou drasticamente para cerca de 80.000 pessoas e as “cidades rascunho” diminuíram proporcionalmente de 1.555 para 105 em cinco anos, Muitas pessoas foram alojadas na periferia, em espaços com acessos difíceis e longe do centro da cidade, porém, o Governo possui um programa para a construção de redes de acessos.

A construção destes bairros nas periferias, incentivada pelo Estado, visava melhorar a qualidade de vida, contudo, para uma maioria dos habitantes não foi isso que aconteceu, a deficiente gestão deste assunto, acabou por criar outros problemas. As construções nestes “bairros” são de péssima qualidade e ainda estão por terminar. Por outro lado, a sua localização periférica torna difícil o acesso ao trabalho e ao comércio. Num desses assentamentos em *Morne a Cabrit*, os abrigos têm uma área aproximada de 32 m<sup>2</sup>, construídos em chapas de zinco e estrutura de madeira, com redes básicas implementadas (electricidade e saneamentos); no entanto, a falta de

---

<sup>93</sup> Janjaweed Torches South Darfur IDP Camp Next to UNAMID Base. In *Enough Project*. 28 Março 2014. Disponível em: <http://enoughproject.org/blogs/janjaweed-torches-south-darfur-idp-camp-next-unamid-base>. Consultado em 19 de Março de 2016.

<sup>94</sup> IDP in UNAMID base in Khor Abeche. In *Flickr*. 06 Abril 2014. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/unamid-photo/13798442853/in/photostream/>. Consultado em 19 de Março de 2016.

<sup>95</sup> Unamid re-constructs ravaged Khor Abeche camp, South Darfur. In *Dabanga*. 23 Março 2014. Disponível em: <https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/unamid-re-constructs-ravaged-khor-abeche-camp-south-darfur>. Consultado em 19 de Março de 2016.

<sup>96</sup> Charles, J. (2015) Tens of thousands still living in tents 5 years after Haiti earthquake. In *Miami Herald*. 11 Janeiro 2015. Disponível em: <http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/haiti/article6005817.html>. Consultado em 20 de Março de 2016.

empregabilidade e a inexistência de comércio e equipamentos colectivos, criam outro problema, as pessoas não conseguem e não querem viver ali.<sup>97</sup>

O Governo poderia ter aproveitado para resolver o problema dos bairros ditos “informais” ao mesmo tempo que o dos abrigos temporários, mas as dificuldades socioeconómicas não ajudaram. Como alternativa foi proposto um modelo de autoconstrução, com financiamento internacional, que por um lado ajudou as pessoas, mas por outro, acabou com o negócio local, que é muito importante para a subsistência das famílias. Odnell David<sup>98</sup>, entende que para a comunidade conseguir sustentar-se é necessário que haja investimentos do Estado, das próprias pessoas e do sector privado, só assim é possível criar uma economia saudável e duradoura, que envolva todas as pessoas.

Outra solução proposta foi a do arrendamento pelo período de um ano, subsidiado pelo Governo e doadores privados, declara Gregoire Goodstein<sup>99</sup>, mas em alguns casos esta alternativa não funcionou, as pessoas preferiram continuar a viver nos acampamentos, pelo motivo de ter sido prometido uma habitação para todos. Como esta iniciativa não obteve os resultados esperados, a ONU por meio de uma organização associada, propôs criar trinta e seis habitações permanentes com a cláusula que cada família terá que receber, um refúgio ambiental pelo período de dois anos sem custos associados pelo uso do espaço.

A acrescentar a esta situação, segundo Castillo (2015)<sup>100</sup>, o País tem também a questão dos retornados<sup>101</sup> provindos da República Dominicana, que criam novos problemas. Dois motivos estão na origem desta movimentação: (i) o fluxo de imigrantes ilegais haitianos que viviam na República Dominicana; (ii) e a perda de identidade de dezenas de milhares de dominicanos de descendência haitiana por uma decisão do tribunal da República Dominicana, em 2013.

Resultante dessa situação, milhares de pessoas tiveram que deixar a República Dominicana e cidades improvisadas de abrigos temporários sem condições básicas, começaram a surgir novamente, gerando surtos de cólera derivado a falta de saneamento.<sup>102</sup> Foram identificados seis locais que registam este acontecimento, com

---

<sup>97</sup> Charles, J. (2015) *Tens of thousands still living in tents 5 years after Haiti earthquake*. In *Miami Herald*. 11 Janeiro 2015. Disponível em: <http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/haiti/article6005817.html>. Consultado em 20 de Março de 2016.

<sup>98</sup> Odnell David é Chefe da divisão de habitação do governo do Haiti para a unidade de construção de habitação e de edifícios públicos.

<sup>99</sup> Gregoire Goodstein é Chefe da Missão do Haiti da Organização Internacional para as Migrações (OIM).

<sup>100</sup> Castillo, M. (2015) *Tent cities sprouting in Haiti as migrants return from Dominican Republic*. In *CNN*. 30 Julho 2015. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2015/07/28/americas/haiti-migrants-tent-cities-dominican-republic/>. Consultado em 21 de Março de 2016.

<sup>101</sup> *Growing Number of Haitians Forced to Leave DR Are Living in Tent Cities with Little Resources*. In *Atlanta Black Star*. 30 Julho 2015. Disponível em: <http://atlantablackstar.com/2015/07/30/growing-number-haitians-moving-back-dominican-republic-living-tent-cities-little-resources/>. Consultado em 21 de Março de 2016.

<sup>102</sup> *In Exile - Deportations and violence have driven tens of thousands of people of Haitian descent from their homes in the Dominican Republic — while the world is silent*. In *the New York Times*. 13 Janeiro 2016. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2016/01/17/magazine/haitians-in-exile-in-the-dominican-republic.html>. Consultado em 22 de Março de 2016.

dificuldades de acesso a água potável e a alimentos, que só conseguem alcançar por meio das doações das organizações internacionais.

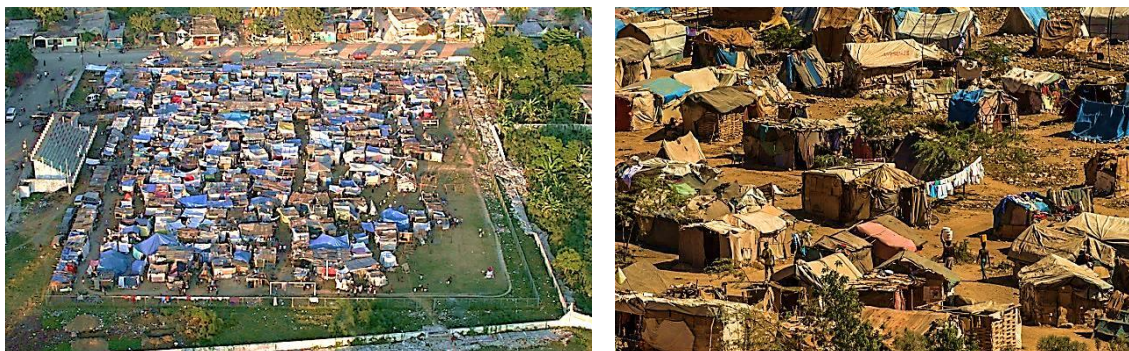


Fig. 17 – (A) Vista aérea de acampamento de refugiados ambientais, após terramoto e incertezas governamentais, em Porto Príncipe, Haiti. Foto: U.S. Marine Corps - Cpl. Theodore W. Ritchie/Released, 21 Janeiro 2010; Fig. 18 – (B) Vista aérea de acampamento, após a ameaça de deportação dos imigrantes ilegais na República Dominicana, em Parc Cadeau, Haiti. Foto: New York Times - Meredith Kohut, 05 Dezembro 2015 (Adaptado, disponível em:

[A] [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/68/US\\_Navy\\_100121-M-8752R-208\\_Earthquake\\_survivors\\_seek\\_shelter\\_in\\_a\\_soccer\\_stadium\\_in\\_Leogane\\_after\\_a\\_7.0\\_magnitude\\_earthquake\\_caused\\_severe\\_damage\\_in\\_and\\_around\\_Port-au-Prince,\\_Haiti\\_Jan.\\_12.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/68/US_Navy_100121-M-8752R-208_Earthquake_survivors_seek_shelter_in_a_soccer_stadium_in_Leogane_after_a_7.0_magnitude_earthquake_caused_severe_damage_in_and_around_Port-au-Prince,_Haiti_Jan._12.jpg);

[B] <http://www.nytimes.com/slideshow/2015/12/12/world/americas/haitian-migrants-in-limbo-along-the-border/s/20151205-HAITI-slide-UAA4.html>, consultado em 21 Março 2016).

### 3.3.3 EXEMPLOS NA ÁSIA

#### CHINA

Na China, na zona rural de *Sichuan*, o terramoto de magnitude 8.0 na escala de Richter, em 12 de Maio de 2008, provocou 80.000 mortes, 5.500.000 pessoas ficaram desalojadas, tendo que viver em abrigos temporários cedidos pelo Estado<sup>103</sup>. Presentemente a população vive com alguns obstáculos, mas a nível de alojamento encontra-se tudo restabelecido.

Relativamente aos abrigos temporários, após o terramoto foram erigidos em vários locais, cidades improvisadas com malha ortogonal, com mais de 4.5 km de distância. Cada abrigo alojava no mínimo dez pessoas, com revestimentos em lonas e estruturas metálicas, as amplitudes térmicas eram incómodas, durante o dia havia demasiado calor e a noite o oposto. As camas eram feitas com uma base de tijolos e madeiras por cima.

Após o terramoto foram identificados em *Longmen Shan*, elevados níveis de deslizamento que foram parcialmente ignorados. Passados dois anos, em 2010, com pluviosidade intensa ocorreram deslizamentos de terras, as barragens não conseguiram suportar a carga e colapsaram, resultando, a submersão e destruição de outras duas cidades. Segundo texto de Matt Schiavenza de 2013<sup>104</sup>, o Governo tomou medidas para não reconstruir a cidade antiga como homenagem as vidas perdidas, e elaborou um grande plano de construção de uma cidade nova a 10 km de

<sup>103</sup> Five years after the Wenchuan earthquake. Maio 2013. In *Go Nature*. Disponível em: <http://go.nature.com/TECoT5>. Consultado em 22 de Março de 2016.

<sup>104</sup> City in Ruins: The Legacy of Sichuan's Big Earthquake. In *The Atlantic*. 13 Maio 2013. Disponível em: <http://www.theatlantic.com/china/archive/2013/05/city-in-ruins-the-legacy-of-sichuans-big-earthquake/275838/>. Consultado em 22 de Março de 2016.

distância, para alojar as pessoas que viviam em abrigos temporários. Esse local actualmente já tem equipamentos colectivos, habitações e infra-estruturas.

Algumas pessoas durante esta transição (espaço temporário / permanente) conseguiram sobreviver economicamente, derivado ao que conseguiram resgatar dos destroços do seu pequeno comércio<sup>105</sup>, vendendo bens de primeira necessidade e outros. Mas muitas outras pessoas não tinham esses negócios e não tinham qualquer meio de subsistência, porque não havia trabalho. Como o Estado não ajudou com subsídios e só prestou pontualmente algum auxílio nos serviços sociais, estas pessoas passaram por múltiplas dificuldades.

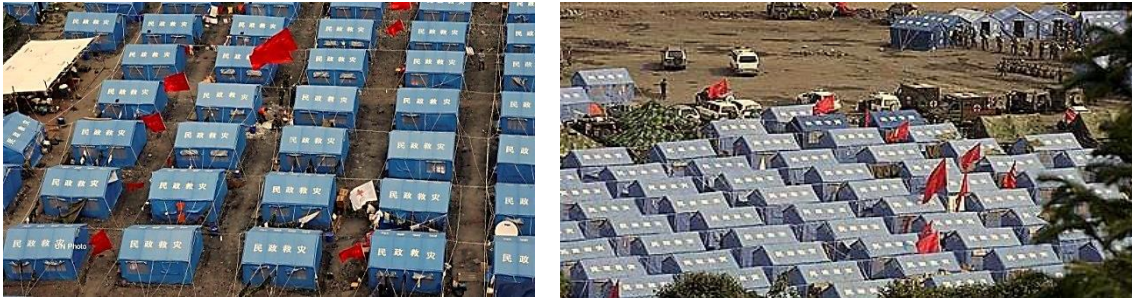


Fig. 19 – (A e B) Vista aérea de acampamento Yingxiu de refugiados ambientais, após terramoto de 2008, Wenchuan county, província de Sichuan na China. Foto (A): UN Photo/Evan Schneider; Foto (B): EPA, 24 Maio 2008; (Adaptado, disponível em: [A] [http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/25221585785\\_67de1faf96\\_o.jpg](http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/25221585785_67de1faf96_o.jpg); [B] <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/2020925/China-earthquake-3.3-million-tents-needed-for-the-homeless.html>, consultado em 23 Março 2016).

## FAIXA DE GAZA

A Faixa de Gaza, no Médio Oriente, junto ao mar mediterrâneo, é uma das zonas mais dramáticas no mundo, tanto pela sua história (Dumper; Stanley, 2007), como pelos conflitos de que tem sido palco. Em 1948, já contabilizava 35.000 refugiados, que fugiam do sul da Palestina. Segundo UNRWA, actualmente<sup>106</sup> existem 8 campos de refugiados com mais de 500.000 refugiados palestinianos, mais de um terço do total dos 1.260.000 refugiados palestinianos.

As questões sociais e económicas são problemáticas, cerca de 80% das pessoas necessitam de auxílio internacional. Os bloqueios e restrições na fronteira com o Estado israelita afectam diariamente a população, através do esgotamento do seu capital e a falta de dinâmica empresarial, numa sociedade altamente qualificada tanto tecnicamente como academicamente.

A falta de emprego é um dos maiores problemas, afectando todas as faixas etárias. A UNRWA a organização criada especificamente para esta zona, presta apoios na alimentação, saúde<sup>107</sup>, educação<sup>108</sup>, segurança social, microcréditos, entre outros.

<sup>105</sup> China earthquake: 3.3 million tents needed for the homeless. In *Telegraph*. 24 Maio 2008. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/2020925/China-earthquake-3.3-million-tents-needed-for-the-homeless.html>. Consultado em 22 de Março de 2016.

<sup>106</sup> UNRWA - Gaza Strip, Camp Profiles. In UNRWA. Disponível em: <http://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip/jabalia-camp>. Consultado em 23 de Março de 2016.

<sup>107</sup> Jabalia dispõem de 22 centros de saúde, seis centros de reabilitação comunitários e sete centros de programa para mulheres.

Também tem intervindo a nível social, com ajuda para os mais carenciados, divulgação da igualdade de géneros, melhoramento das capacidades dos estudantes, incentivação a criação de pequenos negócios, empreendedorismo, entre outros.

O maior campo de refugiados é *Jabalia*, sendo o quarto<sup>109</sup> maior do mundo, com cerca de 110.000 refugiados identificados, numa área reduzida de 1,4 km<sup>2</sup>. Com vinte escolas (dois turnos), um centro de distribuição alimentar e um centro de saúde. As habitações são idênticas às dos bairros “informais”, que foram ocupadas e construídas com materiais permanentes. Os maiores problemas são a falta de salubridade, electricidade instável (cortes) e falta de água potável (90% é contaminada).



Fig. 20 – (A e B) Vista aérea parcial de campo de refugiados *Jabalia*, nordeste de Gaza Strip, Faixa de Gaza. Foto: Thomas Coex, 31 Março 2011 (Adaptado, disponível em: [A] <http://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/partial-view-of-the-jabalia-refugee-camp-fotografia-de-not%C3%ADcias/111292601>; [B] <http://www.gettyimages.pt/detail/fotografia-de-not%C3%ADcias/partial-view-of-the-jabalia-refugee-camp-fotografia-de-not%C3%ADcias/111292677>, consultado em 23 Março 2016).

## JORDÂNIA

Na Jordânia<sup>110</sup>, existem 3 campos de refugiados, alojando 21% do total de refugiados, os restantes vivem em zonas urbanas. Os fluxos por causa dos conflitos na República Árabe Síria são intensos: cerca de 630.000 sírios<sup>111</sup> estão a viver em solo jordano, mais os palestinianos de Gaza e os cerca de 22.500 refugiados iraquianos, derivado a perseguições recentes (2014 e 2015).<sup>112</sup>

O Estado jordano não faz parte da convenção de 1951, todavia assinou um acordo com o ONU em 1998, para conceder abrigo temporário e proteger os refugiados enquanto a sua situação está a ser analisada. O ACNUR e o Estado jordano desenvolveram um entendimento benéfico para a protecção dos direitos humanos

<sup>108</sup> Jabalia dispõem de 245 escolas (230.000 alunos) e dois centros de formação profissional e técnica.

<sup>109</sup> Ten Largest Refugee Camps. In *The Wall Street Journal*. 06 Setembro 2013. Disponível em: <http://www.wsj.com/news/articles/SB10001424127887323932604579052742703621858#10>. Consultado em 23 de Março de 2016.

<sup>110</sup> Information about Jordan. In *UNHCR*. Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/2549>. Consultado em 24 de Março de 2016.

<sup>111</sup> Information about Jordan - 2016. In *UNHCR*. Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/2549?y=2016#year>. Consultado em 24 de Março de 2016.

<sup>112</sup> *Ibidem*.

destas pessoas, sem que haja documentos legais nacionais ou internacionais em vigor.

Apesar da frágil situação socioeconómica na Jordânia o país acolheu e apoiou os refugiados. Os sírios tiveram a possibilidade de inserir-se nas comunidades de acolhimento (áreas urbanas), com acesso a educação, saúde e outros serviços. Até 2014, os refugiados podiam deslocar-se e trabalhar, mas a partir desse ano o Governo deixou de conceder essas autorizações de deslocação, e tem dificultado a saída para fora dos campos, deteriorando-se as condições de vida dos refugiados.

Segundo dados<sup>113</sup> do ACNUR, cerca de 500.000 refugiados viveram e/ou vivem em comunidades de acolhimento, com poucos recursos e auxílios. Quem foi morar para grandes centros urbanos como a cidade de Amã, rapidamente desembolsou todas as suas poupanças, porque o nível de vida é muito oneroso, e como muitos não estavam autorizados a trabalhar, acabaram por viver em condições extremamente precárias. Em Agosto de 2015, o corte mensal dos alimentos fornecidos pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), com a possibilidade de perda total do fundo agravou a situação. Assustados com estes factos, muitos refugiados foram obrigados a regressar aos campos ou a tentar a travessia arriscada para a Europa

A maior parte das pessoas que vive nos campos de refugiados é constituída por crianças, tendo a maioria deixado de estudar, por não existirem escolas suficientes (um terço não vai à escola). Os jovens adultos e os adultos necessitam de formações académicas contínuas e possibilidades de alcançar emprego. Arianne Rummery do ACNUR<sup>114</sup>, entende que é necessário conseguir dispor de mais meios e oportunidades para melhorar as condições de vida dos refugiados, principalmente para as crianças e jovens adultos sírios que vivem este fenómeno, quer seja na Jordânia, Líbano, Turquia ou outro país.

A comunidade internacional, através do ACNUR, tem financiado estas intervenções nos campos de refugiados jordanos. Grande parte do orçamento anual do Estado jordano é investido nas necessidades básicas dos refugiados da Síria. Será necessário angariar mais doações monetárias para que as actividades, protecções e serviços, continuem a funcionar regularmente tanto nas comunidades de acolhimento como nos campos de refugiados.<sup>115</sup>

O Estado disponibilizou territórios seguros para que pudessem ser elaborados os campos de refugiados sírios, *Zaatari* e *Azraq*. O campo de *Zaatari* é o segundo maior campo do mundo e a quinta maior cidade da Jordânia, foi construído em Junho de

---

<sup>113</sup> Campo de refugiados de *Zaatari* na Jordânia completa três anos, com desafios para seus milhares de habitantes. In *UNHCR – ACNUR*. 28 Julho 2015. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/campo-de-refugiados-de-zaatari-na-jordania-completa-tres-anos-com-desafios-para-seus-milhares-de-habitantes/>. Consultado em 24 de Março de 2016.

<sup>114</sup> Jordan's *Zaatari* refugee camp turns 3, challenges for the future of the thousands living there. In *UNHCR*. 28 Julho 2015. Disponível em: <http://www.unhcr.org/en-us/news/briefing/2015/7/55b89a1a9/jordans-zaatari-refugee-camp-turns-3-challenges-future-thousands-living.html>. Consultado em 24 de Março de 2016.

<sup>115</sup> *Ibidem*.

2012, contabilizou cerca de 200.000<sup>116</sup> refugiados em Abril de 2013, actualmente regista-se um decréscimo com cerca de aproximadamente 80.000 pessoas que vivem neste campo de refugiados de *Zaatari*.<sup>117</sup>

A fase inicial do campo foi construída em nove dias, tendo-se registado problemas na rede eléctrica e inerentemente na iluminação. Os abrigos temporários eram todos em tendas do ACNUR, tendo posteriormente sido trocados por contentores prefabricados. A malha é ortogonal, com vias principais e secundárias, regista doze distritos<sup>118</sup>, numa área<sup>119</sup> total de 5,2 Km<sup>2</sup>. Os equipamentos colectivos não são suficientes para a quantidade de população que existe. Os saneamentos e a distribuição da água potável são temporários e escassos.

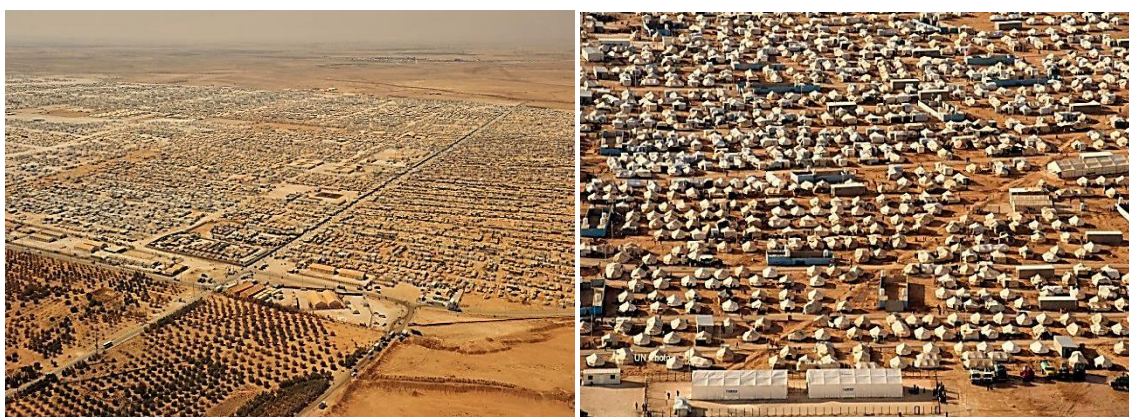


Fig. 21 – (A e B ) Vista aérea de campo de refugiados *Zaatari*, onde destaca-se a principal avenida, reconhecida pelos refugiados e trabalhos como “Champs Elysee”, em Mafraq, Jordânia. Foto (A): AP Photo/Mandel Ngan, Pool, 19 Setembro 2013; Foto (B): UN Photo/Mark Garten, 07 Dezembro 2012 (Adaptado, disponível em: [A] <http://www.businessinsider.com.au/syrian-refugee-camp-photos-2013-9> ; [B] [http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/24590922034\\_72a2efb4b6\\_o.jpg](http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/24590922034_72a2efb4b6_o.jpg), consultado em 24 Março 2016).

### 3.3.4 EXEMPLO ENTRE A EUROPA E A ÁSIA

#### TURQUIA

A Turquia, no ano de 2015, foi o país com maior número de refugiados, contando com 24<sup>120</sup> campos de refugiados, junto à fronteira com a República Árabe Síria. Acolheu cerca de aproximadamente 2.500.000 refugiados, dos quais, 90% sírios e os restantes de outras nacionalidades, mais os requerentes de asilo afegãos, iranianos e iraquianos, que aumentaram significativamente.

<sup>116</sup> Syria Regional Refugee Response - Inter-agency Information Sharing Portal. In *UNHCR*. Disponível em: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&region=77&country=107>. Consultado em 24 de Março de 2016.

<sup>117</sup> *Ibidem*.

<sup>118</sup> Syria Regional Refugee Response - Inter-agency Information Sharing Portal. REACH Zaatari camp General Infrastructure Map, Novembro 2015. In *UNHCR*. Disponível em: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&region=77&country=107>. Consultado em 24 de Março de 2016.

<sup>119</sup> Syria Regional Refugee Response - Inter-agency Information Sharing Portal. REACH Winterisation Assessment for Zaatari Camp, Outubro 2015. In *UNHCR*. Disponível em: <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&region=77&country=107>. Consultado em 24 de Março de 2016.

<sup>120</sup> Information about Turkey - 2015. In *UNHCR*. Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/2544?y=2015#year>. Consultado em 25 de Março de 2016.

A Turquia criou um sistema provisório de protecção internacional em 2014<sup>121</sup> para garantir um estatuto legal para os refugiados e apátridas. O ACNUR e o Estado turco, têm colaborado, no auxílio dos refugiados, em aspectos relacionados com a disponibilidade dos serviços e vários apoios. Com o acordo<sup>122</sup> de Março de 2016, entre a União Europeia e a Turquia, sobre os refugiados e migrantes ilegais, por cada travessia ilegal da Turquia para a Grécia, será reenviado para a Turquia um refugiado sírio, e outro sírio será reassentado da Turquia para a União Europeia. A eurodeputada Ana Gomes, considera que o regresso obrigatório dos refugiados em países europeus para a Turquia é “ilegal, imoral e impraticável”<sup>123</sup>, e infringe a carta europeia dos direitos humanos, pelo que não deverá acontecer (entrevistada em Abril de 2016).

A comunidade internacional, através do ACNUR, em 2010 financiou os campos de refugiados na Turquia e em 2015 financiou quase vinte vezes mais, a maior parte para os refugiados sírios e os restantes para outras nacionalidades<sup>124</sup>.

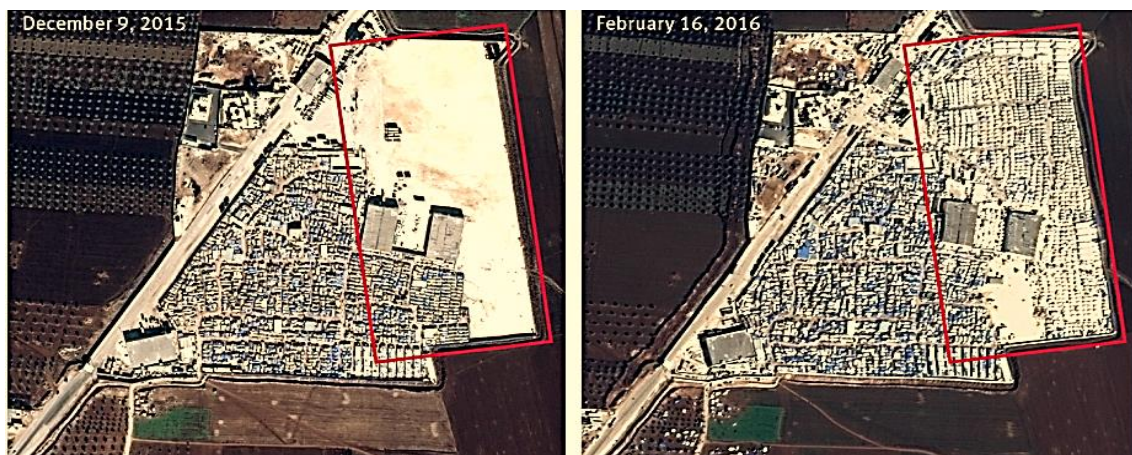


Fig. 22 – (A e B) Ocupação e construção de abrigos temporários em cerca de 2 meses, Bab al-Salama fronteira entre Turquia e Síria. Imagem satélite: CNES 2015 / Distribution Airbus 05, entre 9 Dezembro 2015 e 16 Fevereiro 2016, (Adaptado, disponível em: [A e B] <https://www.hrw.org/news/2016/02/18/syria-great-danger-civilians-azaz>, consultado em 25 Março 2016).

Estas imagens tomadas no espaço de dois meses e meio mostram a rapidez em que um campo de refugiados é construído. Em aproximadamente 73 dias, foi elaborado mais uma “cidade rascunho”, em malha ortogonal, com alguns serviços colectivos, junto a zona limítrofe de Bab al-Salam, entre a Turquia e a Síria.

A ONG turca Humanitarian Relief Foundation (IHH) e a associação de médicos independentes, foram os responsáveis por esta missão, que beneficia de um número

<sup>121</sup> Information about Turkey - 2014. In *UNHCR*. Disponível em: <http://reporting.unhcr.org/node/2544?y=2014#year>. Consultado em 25 de Março de 2016.

<sup>122</sup> ACNUR pede que Turquia e UE garantam direitos de refugiados e migrantes. In *ONUBR*. 1 Abril 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-pede-que-turquia-e-ue-garantam-direitos-de-refugiados-e-migrantes/>. Consultado em 25 de Março de 2016.

<sup>123</sup> Acordo UE-Turquia sobre refugiados é “ilegal, imoral e impraticável”. In *Jornal Público*. 03 Abril 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/mundo/noticia/acordo-ueturquia-sobre-refugiados-e-ilegal-imoral-e-impraticavel-1727974>. Consultado em 25 de Março de 2016.

<sup>124</sup> UNHCR - Global Appeal 2015 Update, Turkey. In *UNHCR*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/5461e60c52.html>. Consultado em 25 de Março de 2016.

extremamente reduzido de abrigos temporários (200) para acolher um fluxo de 50.000 refugiados sírios. Foi necessária uma resposta insuficiente, mas expedita, face à situação de risco dos refugiados sírios por motivos de conflito, em Aleppo.<sup>125</sup>



Fig. 23 – (A e B) Vista aérea na fase final de construção do campo de refugiados, *Bab al-Salama* fronteira entre Turquia e Síria. Foto: IHH Humanitarian Relief Foundation, 12 Fevereiro 2016, (Adaptado, disponível em: [A e B] <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/syria/12156063/Drone-footage-captures-makeshift-refugee-camp-now-home-to-thousands.html>, consultado em 25 Março 2016).

### 3.3.5 EXEMPLO NA EUROPA

#### GRÉCIA

A Grécia contabiliza<sup>126</sup> cerca de 43 locais de alojamentos em toda a zona territorial, tendo acolhido, de Janeiro a Maio de 2016, 44.165 refugiados, 49 % sírios, 25% Afegãos, 15% iraquianos e 11% de outras nacionalidades. Em 2015 contabilizava cerca de 850.000 pessoas vindas de travessias marítimas e em 2016 (1º semestre) cerca de 150.000 pessoas, das quais só cerca de 5% permaneceram no país.

Os campos de refugiados numa grande maioria acolhem poucas pessoas e são de pequenas dimensões, comparativamente com os outros casos de estudo. Os campos oficiais são controlados pelo Exército e apresentam as mínimas condições básicas, embora sejam precários. Os abrigos são em tendas convencionais do ACNUR, o espaço urbano numa maioria não está qualificado e o número de equipamentos são muito limitados, com posto de saúde, zonas administrativas (organização e ONG) e em alguns casos existem zonas desportivas e/ou parque infantil.

O caso mais complicado foi o acampamento não oficial de *Eidomeni*, “despejado” no início do segundo semestre de 2016. Contabilizava cerca de 8.000 refugiados, num descampado junto a uma linha de comboio e perto da fronteira com a Macedónia, onde existiam vários problemas de segurança e acolhimento, como confrontos entre a polícia e os refugiados e mesmo entre refugiados de nacionalidades diferentes. Os abrigos eram maioritariamente em tendas de campismo, o espaço urbano estava

<sup>125</sup> Refugee camp on the Syria-Turkey border, now home to thousands. In *Telegraph*. 13 Fevereiro 2016. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/syria/12156063/Drone-footage-captures-makeshift-refugee-camp-now-home-to-thousands.html>. Consultado em 25 de Março de 2016.

<sup>126</sup> Refugees/Migrants Emergency Response – Mediterranean, Greece factsheet. In *UNHCR*. 1 Janeiro a 31 Maio de 2016. Disponível em: <http://data.unhcr.org/mediterranean/download.php?id=1513>. Consultado em 10 de Junho de 2016.

desqualificado e os equipamentos temporários que existam eram para distribuição de comida, ONG e postos de saúde.



Fig. 24 – (A) Vista aérea de acampamento de refugiados, em *Eidomeni* na fronteira entre Grécia e Macedónia. Foto: Xinhua / Barcroft Media, 18 Março 2016; Fig. 25 – (B) Vista de aglomerado urbano, em *Eidomeni* na fronteira entre Grécia e Macedónia (Adaptado, disponível em: [A] <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/greece/12198057/Migrants-on-Greece-Macedonia-border-refuse-to-give-up-hope-despite-EU-Turkey-deal.html>, consultado em 12 Maio 2016; [B] Autor, 05 Maio 2016).



Fig. 26 – (A e B) Vista de aglomerado urbano e abrigo temporário, em *Eidomeni* na fronteira entre Grécia e Macedónia. (Autor, 05 Maio 2016).

### 3.4 ANÁLISE DE ELEMENTOS BÁSICOS E FINANCEIROS

Pretende-se com a análise que se segue referente à tabela 2 compreender os fenómenos estudados nos países, através de dados referentes às necessidades básicas e custos financeiros gerais e dos abrigos e infra-estruturas.

O número total da população é muito diversificado, estando relacionado com antigos e novos conflitos, como é o caso do Sudão onde o número de deslocados é mais elevado. Os países com assentamentos mais antigos apresentam melhores resultados, contrariamente ao caso da Turquia, que apresenta condições muito débeis no acesso ao ensino primário e cuidados primários de saúde, devido ao enorme fluxo de refugiados sírios nestes últimos anos. Os valores financeiros analisados serviram para entender os orçamentos e despesas globais e os orçamentos e despesas aplicadas nos abrigos e infra-estruturas. Concluindo-se que o valor disponível para os abrigos e infra-estruturas é reduzido (1/18).

**Tabela 2: Dados<sup>127</sup> populacionais e financeiros (US Dólares) de Países de acolhimento em 2015**

Descrição:	Países:	Unidades	Quênia	Chade	R.D. Congo	Sudão	Faixa de Gaza	Jordânia	Turquia	Grécia
Total População Deslocada		peessoa	615.112	474.478	2.701.921	3.735.966	1.258.559	689.053	2.754.540	100.000***
Base***		%	58	50	70	53*	100	100	100	100**
Abrigos Vulneráveis, (2013)		%	45	50	44	40*	-	75	-	5**
Acesso Ensino Primário		%	40	53	100	-	100	65	25	100**
Cuidados Primários de Saúde		%	80	100	95	70	-	90	50	100**
Orçamento Inicial Abrigos e Infra-estruturas		USD	25.587.120	5.712.242	24.799.236*	13.688.926	150.000.000	100.116.351	16.671.963	123.287.329**
Despesas Finais Abrigos e Infra-estruturas		USD	5.479.141	4.262.264	3.892.543*	7.561.084	-	8.810.246	6.075.476	-
Orçamento Inicial Totais		USD	251.196.114	171.278.787	196.120.069*	171.322.797	224.707.000	328.877.516	336.385.753	466.836.326**
Despesas Finais Totais		USD	101.036.382	75.373.437	82.897.935*	70.933.603	-	208.743.090	82.079.687	-
Carência Económica		%	60	56	58	59	-	37	76	-
Valor Aplicado Abrigos e Infra-estruturas		%	5	6	5	11	67	4	7	26

(Autor, 2016). \* Dados de ACNUR 2014; \*\* Dados de ACNUR 2016; \*\*\* Pontuação medida pelo desenvolvimento e apreciação das famílias que vivem em condições adequadas, segundo critério do ACNUR.

O gráfico seguinte indica que o orçamento entre 2010 e 2014 teve um aumento para o dobro do valor, e as despesas registaram só um aumento de três quartos. A verba disponível para os abrigos e infra-estruturas em 2015 foi cerca de \$181.225.000 (5,5% do valor total de despesas). O aumento gradual da carência económica que o ACNUR enfrenta para os cuidados básicos acentuou-se, sendo no ano de 2015 em mais de metade. Concluindo-se que existe uma dependência com o financiamento e os recursos que ficam disponíveis.

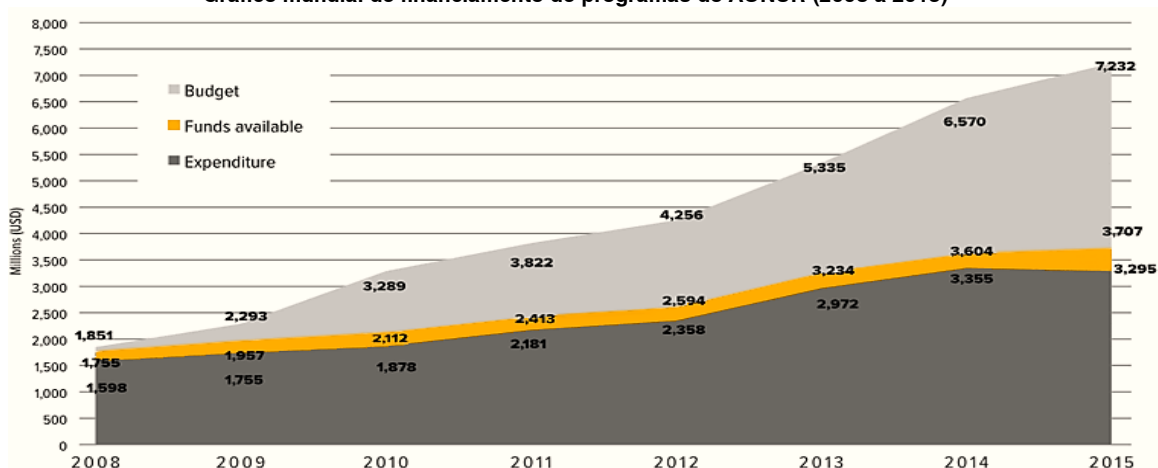
**Gráfico mundial de financiamento de programas do ACNUR (2008 a 2015)**

Fig. 27 – Orçamento inicial, fundos disponíveis e despesas finais do ACNUR, de 2008 a 2015. In UNHCR. (Adaptado, disponível em: <http://www.unhcr.org/574ed5574.html>, consultado em 30 de Maio de 2016)

<sup>127</sup> Dados, disponíveis em: Quênia - <http://reporting.unhcr.org/node/2537?y=2015#year>; R.D. do Congo - <http://reporting.unhcr.org/node/4874?y=2015#year>; Chade - <http://reporting.unhcr.org/node/2533?y=2015#year>; Sudão - <http://reporting.unhcr.org/node/2535?y=2015#year>; Jordânia - <http://reporting.unhcr.org/node/2549?y=2015#year>; Gaza - [http://www.unrwa.org/sites/default/files/2014-2015\\_programme\\_budget\\_blue\\_book.pdf](http://www.unrwa.org/sites/default/files/2014-2015_programme_budget_blue_book.pdf); Turquia - <http://reporting.unhcr.org/node/2544?y=2015#year>; Grécia, <http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/RRMRP%20Europe%20Jan.-Dec%202016%20-%20Revision%20May%202016.pdf>. Consultado 4 de Junho 2016.

### 3.5 PARÂMETROS URBANÍSTICOS

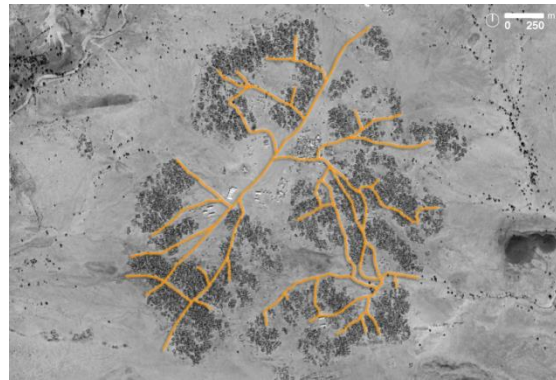
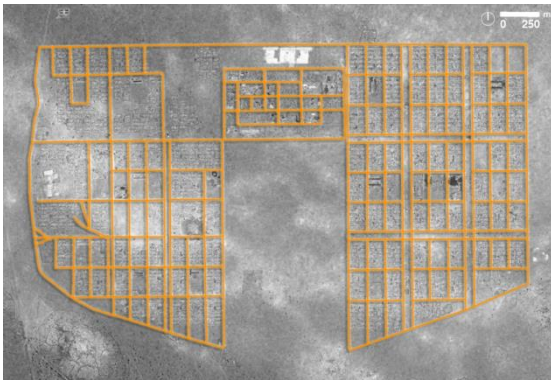


Fig. 28 – (A) Campo de refugiados IFO 2, no Quênia, 24 Dezembro 2013; Fig. 29 – (B) Campo de refugiados *Iridimi*, no Chade, 22 Novembro 2014 (Adaptado [A e B] Google Earth<sup>128</sup>).

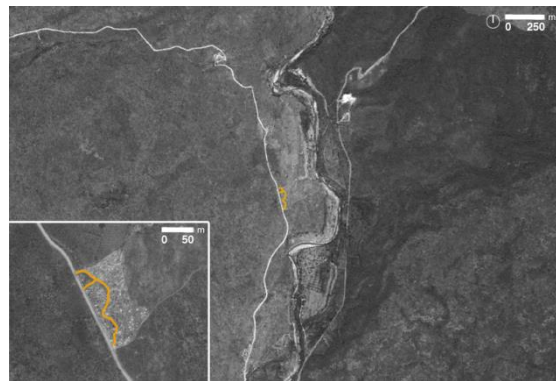


Fig. 30 – (B) Acampamento *Mugunga*, na R.D. Congo, 12 Outubro 2014; Fig. 31 – (B) Acampamento *Parc Cadeau*, no Haiti, 3 Outubro 2015 (Adaptado [A e B] Google Earth).



Fig. 32 – (A) Campo de refugiados *Jabalia*, na Faixa de Gaza, 14 Junho 2007; Fig. 33 – (B) Campo de refugiados *Zaatari*, na Jordânia, 28 Julho 2014 (Adaptado [A e B] Google Earth).

A observação dos seis casos de estudo, conclui-se que as malhas ortogonais ou híbridas (*IFO2*, *Jabalia*, *Zaatari*) acolhem mais pessoas e são planeadas para facilitar o desempenho da infra-estrutura. As malhas orgânicas são implementadas sem recursos nem planeamento e dificultam o seu desempenho. Observa-se que em média os casos apresentados terão aproximadamente **19 anos** desde a data de abertura ou início, indicando uma longa permanência para situações temporárias.

<sup>128</sup> Mapas retirados do Google Earth. Version 7.1.5.1557. 2015. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Consultado em 4 de Junho de 2016.

**Tabela 3:**<sup>129</sup> Cálculo aproximado de parâmetros urbanísticos em campo e acampamentos

Campos:	Unidades	IFO 2	Iridimi	Mugunga	Parc Cadeau	Jabalia	Zaatari
Abertura / Início dos Campos	data	07 / 2011	03 / 2004	- / 1994	- / 2015	- / 1948	06 / 2012
População Acolhida	peessoa	46.334	19.400	5.397	820	110.000	79.335
Área de Solo (As)	ha	750	250	33	1	140	520
Área de Construção (ΣAc)	m2	770.880	414.642	88.489	3.614	1.176.470	887.051
Densidade Populacional (P)	hab. / ha	62	78	164	820	786	153
Índice de Ocupação do Solo (Io)	%	10	17	27	36	84	17
Área por Pessoa	m2	162	129	61	12	13	66

(Autor, 2016)

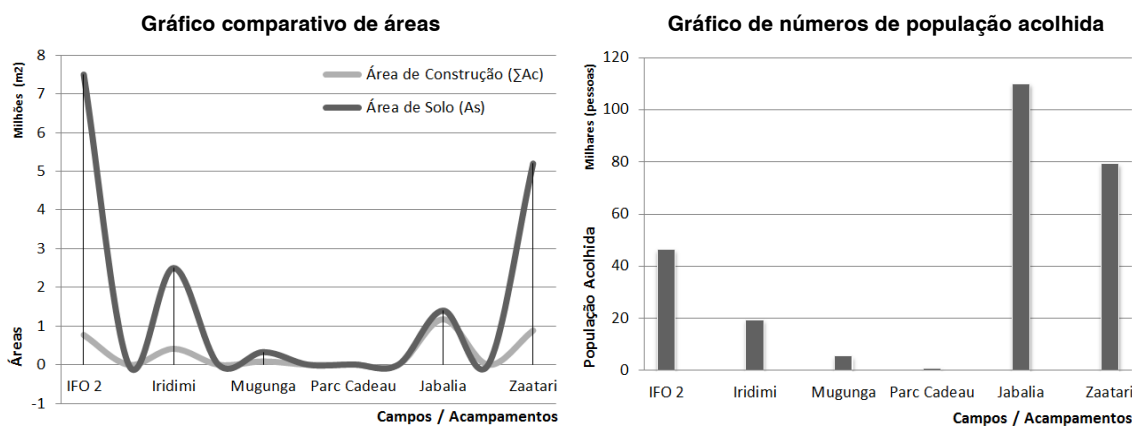


Fig. 34 – (A) Comparativo de áreas e (B) Número de população acolhida (Autor, 2016).

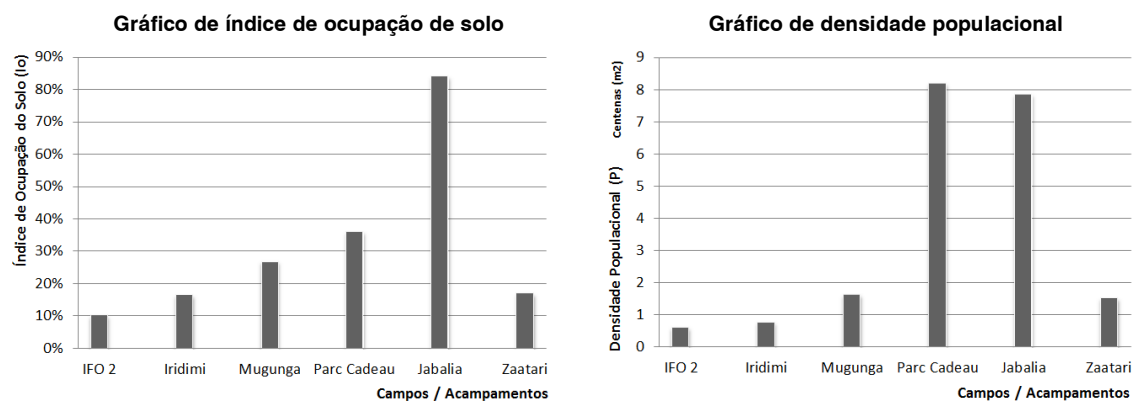


Fig. 35 – (A) índice de ocupação de solo e (B) Densidade populacional (Autor, 2016).

<sup>129</sup> Número de pessoas em campo e acampamentos, Disponíveis em: IFO2 - <http://data.unhcr.org/horn-of-africa/settlement.php?id=22&country=110&region=3>. 31 Maio de 2016; Iridimi - <http://iridimi.blogspot.pt/camp-data.html>; Mugunga - <http://natarajasfoot.blogspot.pt/2015/04/drc-part-iii-mugunga.html>; Parc Cadeau - <http://www.nytimes.com/2016/01/17/magazine/haitians-in-exile-in-the-dominican-republic.html>; Jabalia - <http://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip/jabalia-camp>; Zaatari - <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&country=107&region=77>. 1 Junho de 2016. Consultados 4 de Junho 2016.

O campo IFO 2, embora tenha a maior área de solo (750 ha), regista o valor mais baixo de densidade populacional ( $\approx 62$ ) e índice de ocupação do solo (10%). Identificando três situações: (i) possibilidade de recepção de um enorme fluxo de deslocados; (ii) apropriação do espaço desocupado: (iii) ou planeamento de espaço exagerado.

O campo de *Iridimi* e acampamento de *Mugunga* são desarticulados entre as zonas de abrigos, criando maior extensão na rede de acessos e por subsequência maior distância para os equipamentos.

O acampamento em *Parc Cadeau*, com a dimensão de um campo de futebol (1 ha) é o que apresenta a maior densidade populacional (820), sendo um exemplo de um acampamento pequeno espontâneo sem infra-estruturas e apoio Institucional.

O campo de refugiados urbano de *Jabalia* é o campo que acolhe o maior número de pessoas (110.000), com o maior índice de ocupação do solo (84%) e o segundo valor mais elevado de densidade populacional ( $\approx 788$ ). As pessoas vivem concentradas numa área de solo densa (140 ha), sem possibilidade de expansão horizontal.

O campo de *Zaatari* apresenta uma rede de acessos demasiado extensa, comparativamente com a ocupação do solo.

Apesar de os campos e acampamentos serem heterogéneos, consegue-se entender que existe uma disparidade nas densidades populacionais e no índice de ocupação do solo, entre os maiores campos e os de menores dimensões. Conclui-se que os campos deverão ter uma área de implantação inferior, idêntica aos dos aglomerados não planeados para maximizar o uso do espaço, e uma malha organizada como acontece nos aglomerados planeados para facilitar o funcionamento da estrutura urbana.

### 3.6 TESTEMUNHOS

Os testemunhos concretos que a seguir se apresentam foram recolhidos em campos e acampamentos de refugiados visitados na Grécia em Maio de 2016. Estes relatos identificam problemas e a debilidade em que se encontram os refugiados contribuem para reflectir sobre algumas questões intersubjectivas.

#### REFUGIADOS

Ammar com 24 anos, de nacionalidade Iraniana, foi despejado de um prédio urbano desqualificada onde vivia com 4 familiares e mais 66 refugiados, na praça *Victoria Square* em *Ática*. A polícia disse-lhes que tinham que sair dali e não prestou mais informação nenhuma. A família só tinha dinheiro para estar num hotel durante 2 dias, depois não sabiam o que iam fazer.

Slava com 18 anos, de nacionalidade Síria, estava a viver num abrigo da fundação Ikea e ACNUR, com duas famílias num total de 8 pessoas, em *Nea Ethniki - Eko Gas Station* na *Macedônia Central*, num acampamento junto a uma bomba de combustível num campo não oficial onde os recursos eram escassos. Ela não se importava de ali estar porque era temporário, estava com a família toda e queriam ir para a Alemanha,

mas não sabia quando, porque não tinham a documentação de aceitação de asilo resolvida e não sabiam como resolver esse assunto. Em relação ao abrigo comentou que era melhor que os outros, mas não era confortável não tinham privacidade e à noite era muito frio.

Samir com 21 anos, de nacionalidade Síria, encontra-se a viver uma antiga base militar, em *Veria na Macedônia Central*, e estava a trabalhar como voluntário na ajuda das crianças mais jovens, mas em desabafo indicou que estava insatisfeito e não sabia quanto mais tempo iria estar ali, era numa povoação pequena e distante de tudo, os transportes para o centro eram escassos. Os edifícios em que viviam eram permanentes e tinha qualidade, comparativamente com os abrigos temporários, mas à noite eram muito frios. Outra questão é que as pessoas não tinham acesso a internet dentro da antiga base militar o que era importante para conseguirem comunicar com a família e amigos.

### VOLUNTÁRIOS

Mari de nacionalidade Alemã, voluntária numa ONG que apoia as crianças com actividades lúdicas, encontrava-se em *Nea Ethniki - Eko Gas Station na Macedônia Central*, mas antes já tinha estado em *Eidomeni*, e transmitiu que era muito difícil ajudar as crianças todas porque existiam muitas e como não tinham escola estavam o tempo todo sem actividades.

Kyriaki de nacionalidade Grega, coordenadora de uma ONG para auxílio social aos jovens em *Eidomeni na Macedônia Central*, expressou que ultimamente havia muitos problemas de segurança e conflitos entre os refugiados, como o campo não era oficial e todos queriam atravessar a fronteira para a Macedónia, era difícil controlar os ânimos das pessoas, no entanto, prestavam apoio as pessoas que conseguiam, mas como não havia uma organização a gerir o espaço era difícil coordenar as equipas.

Rouigui de nacionalidade Grega, voluntária do ACNUR, no campo de refugiados de *Diavata na Macedônia Central*, informou e esclareceu numa reunião, algumas questões relacionadas com o campo, como por exemplo: o número de pessoas são de 8 em média por tenda, os saneamentos ainda são temporários mas estavam a pensar elaborar saneamentos permanentes, actualmente a sua manutenção e feita semanalmente por uma empresa certificada de limpezas. Os abrigos não são munidos de electricidade e como alternativa fornecem um aparelho portátil para emissão de luz (lanterna), por abrigo. As crianças ainda não tinham escola mas iriam ter no próximo ano lectivo em escolas gregas. A alimentação é composta por 3 refeições diárias normais, mais distribuição de fruta e águas, onde existe um menu diferente para as pessoas como cuidados de saúde como diabetes, gravidez, idosos, entre outros.

### OBSERVAÇÕES DIRECTAS

Nos catorze campos e acampamentos de refugiados (*Alexandreia, Cherso, Diavata, Eidomeni, EKO Gas station, Eleonas, Evzonoi - BP Gas station, Giannitsa, Nea Kavala, Veria, Victoria Square, Pieria - Camping Nireas, Pieria - Ktima Iraklis, Pieria - Petra Olybou*) era visível a preocupação dos refugiados em relação ao seu futuro. Para uma

grande maioria um dos seus desejos era a instalação na Europa junto dos seus familiares. Em conversas realizadas demonstraram simpatia, humildade e respeito.

Muitos dos campos foram abertos entre 2015 e 2016, em locais afastado dos centros populacionais, com condições básicas e espaços urbanos desqualificados, à excepção do campo de *Veria*, numa antiga base militar, conforme referido anteriormente. Os abrigos são diversificados, como tendas convencionais familiares, contentores e abrigos Ikea. Os postos de distribuição, instalações sanitárias e zonas de duchas são temporários, tal como os saneamentos e electricidade. Algumas tendas maiores (40 m<sup>2</sup>) que não são ocupadas servem de espaços para as crianças brincarem por não existirem outros locais.

São realizados acompanhamentos médicos, mas nem sempre em postos/centros de saúde. O acesso a WI-FI está apenas disponível em alguns dos campos. Pequeno comércio ou mercado apenas foi observado em *Alexandreia* e *Eidomeni*.

As actividades da maioria dos adultos e crianças são muito reduzidas, os refugiados passam o dia a vaguear e socializar com outros refugiados no campo ou na cidade/vila mais perto. Caso existam espaços adequados praticam actividades desportivas ou de lazer, como jogos de futebol ou tabuleiro.

Os bens básicos, como comida e pequenos utensílios, são fornecidos pelas organizações e voluntários, gerando dependência face aos responsáveis do espaço, militares e polícias, em campos oficiais. Os acampamentos não oficiais podem ser mais inseguros, instáveis e precários, no entanto muitas pessoas permanecem voluntariamente nesses lugares pois sentem-se mais à vontade por não serem controladas. Em conversa com alguns militares conseguiu-se entender que estão preocupados com este novo fenómeno na Grécia, e também com a crise financeira que pode agravar-se ainda mais com estes problemas.

Embora se tenha observado alguns actos discriminativos por comentários xenófobos, numa generalidade a população grega é acolhedora e têm ajudado os refugiados.

### **3.7 SÍNTESE REFLEXIVA**

Os campos de refugiados ou de deslocados pretendem ser uma resposta provisória para a aglomeração de pessoas deslocadas involuntariamente dos seus países ou regiões de origem. O seu estatuto de provisório e temporário impede o seu desenvolvimento como aglomerado urbano e cria uma conexão desarticulada entre espaço público e privado. Como mostram os casos apresentados, os contextos e as causas são diferenciados bem como o país e o território de acolhimento, a extensão e as soluções espaciais e sociais, os apoios e a sustentabilidade ou a falta dela. Existe uma diferença relevante entre os refugiados de conflitos, como os casos de Quênia, Chade, R. D. Congo, Sudão, Faixa de Gaza e Jordânia, e os refugiados ambientais como no Haiti ou na China, devido a ser um problema interno e sem apoio do estatuto da convenção de 1951.

A localização perto dos centros urbanos é um dos factores que conta para a sua sustentabilidade, os campos afastados tornam-se a longo prazo semelhantes a uma prisão, derivado ao facto de estarem numa área limitada e sem acesso a serviços e equipamentos públicos básicos. É o caso dos campos do Quénia, Sudão, entre outros exemplos onde as pessoas vivem subordinadas e obedientes por estarem a mercê de doações e dependência de terceiros. Criar emprego é um factor “chave” na resposta deste problema, mas existem outros factores cruciais, como as infra-estruturas básicas, a habitação, educação, saúde entre outros. O caso do Chade em que o Estado autorizou o cultivo das terras pelos refugiados e retornados, proporcionou a criação de alguma confiança recíproca e acima de tudo a subsistência alimentar, parecendo ser uma solução adequada.

Outro aspecto importante que deve ser acautelado e revisto é o acesso das crianças ao ensino. Segundo Guterres<sup>130</sup>, dois terços das crianças refugiadas frequentam o ensino primário, um terço o ensino secundário e meramente 1% o ensino superior.

A vulnerabilidade das mulheres e crianças também é preocupante. A molestação sexual e as violações são frequentes e por vezes são vistas como uma forma de acesso a comida para a família ou para protecção dos filhos, mas muitas crianças são também vítimas de violações e abusos sexuais. Estas violações são por vezes cometidas pelos próprios funcionários, como aconteceu num campo de refugiados da Turquia.<sup>131</sup>

Os aglomerados urbanos são planeados maioritariamente em malha ortogonal, por quatro motivos fundamentais: (i) celeridade de ocupação; (ii) a rapidez de construção; (iii) os meios disponíveis; (iv) e o custo de execução. Todavia existem exemplos em que é aplicado outro tipo de malhas, como por exemplo a malha orgânica implementada no Chade e no Sudão ou o caso atípico na Faixa de Gaza em zona urbana com características híbridas. Estas situações podem estar relacionadas com falta de planeamento inicial e/ou ausência de um poder centralizador e com iniciativa das comunidades.

Em termos das dimensões de área por família, são variáveis, mas em geral, como mostra a recolha fotográfica e observação nos campos visitados – são inferiores ao indicado no manual de referência: o *handbook* (Corsellis; Vitale, 2005: 386) atribui 200 m<sup>2</sup> por família incluindo abrigo e espaço público. A dimensão da família é também variável em relação ao que é definido: uma família tem entre 4 a 6 pessoas e uma comunidade é composta por 16 famílias por (Corsellis; Vitale, 2005: 379). Um dos maiores problemas dos campos é a falta de qualidade do espaço urbano e a falta de previsão de crescimento e desenvolvimento. Em nenhum dos casos analisados o espaço urbano oferece alguma qualidade urbana, a excepção dos centros da Faixa de Gaza que têm características mais urbanas, como edificações permanentes,

---

<sup>130</sup> Informação prestada na Conversa no quadro do PS 21 com António Guterres e Rui Tavares, na Sede do Partido Socialista em 19 Maio de 2016.

<sup>131</sup> Mais de 30 crianças sírias violadas em campo de refugiados turco. *In Diário de Notícias*. 12 Maio 2016. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/mais-de-30-criancas-sirias-violadas-em-campo-de-refugiados-turco-5170471.html>. Consultado em 5 de Junho de 2016.

equipamentos, serviços e pequeno comércio, vias pavimentadas, alguns espaços verdes, praças e outros. Contudo, a sua dependência mantém-se.

Tendo em conta o investimento que tem sido feito pela comunidade internacional, privados e pelos vários países nestes campos, considera-se que esse investimento ganharia em ser canalizado para a criação de condições para uma melhor e mais sustentável organização espacial que proporcione uma melhor qualidade de vida, e também em que os refugiados sejam co-autores da produção do seu campo. Trata-se afinal de conceber estes campos como embriões de aglomerados urbanos sustentáveis e participados garantindo as condições mínimas para uma vida mais equilibrada: rede de acessos, espaços verdes, espaços agrícolas, equipamentos qualificados e em que os refugiados ganhem o direito à cidadania e a um território condigno. As infra-estruturas eléctricas, abastecimento de água e saneamento devem ser repensados com recurso a tecnologias alternativas como o biogás, os painéis solares ou outras.

## 4º CAPÍTULO

### ABRIGOS TEMPORÁRIOS PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

#### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O ser humano está constantemente em interacção com o ambiente que o rodeia, na procura de uma correspondência entre as necessidades de sobrevivência e de protecção e a obtenção de níveis de conforto, utilizando os recursos que encontra para construir uma 'pele', um abrigo, que lhe proporcione bem-estar (Kother *et al.*, 2006: 219).

Numa primeira fase o abrigo visa responder à necessidade primária de protecção, mas posteriormente tem de responder a questões de segurança e de higiene e depois a questões de conforto espacial e qualitativo. Neste processo, o espaço vai sofrendo transformações organizacionais e tecnológicas, que acompanham o desenvolvimento das sociedades e dos meios tecnológicos, e se reflectem em respostas arquitectónicas.

#### ABRIGOS TEMPORÁRIOS

De forma objectiva, um abrigo temporário de emergência é um espaço que permite dar protecção, segurança, dignidade, privacidade, orientação e identidade para os seres humanos (Babister; Kelman, 2002: 4-5). A relação das pessoas com o meio ambiente e os elementos envolventes do abrigo devem ser pensados para proteger o homem da forma mais acertada construtivamente.

Quando os abrigos são aplicados em climas quentes é necessário ponderar uma maneira de controlar a intensidade da exposição solar projectada nas superfícies, que pode ser reduzida através de ensombramentos para evitar temperaturas elevadas no interior. Outra questão a ponderar é a prevenção de doenças, por exemplo aplicando em climas quentes uma rede mosquiteiro para assegurar que não existe contacto com insectos portadores de doenças como a malária.

Nos climas onde as temperaturas são mais baixas, é recomendado adequar o abrigo para recolher a maior quantidade de energia provinda da exposição solar, bem como garantir uma boa ventilação para eliminar as condensações que ocorrem no interior do abrigo provindas de uma fonte de calor natural (lume). Caso não seja tomada esta medida podem ocorrer doenças respiratórias ou até mortes por inalação de fumos tóxicos.

O abrigo deve também conferir segurança e privacidade que contribuem para a obtenção da dignidade. A privacidade é algo que se compreende pelo controlo que a pessoa tem entre o interior/exterior e privado/colectivo, que pode ser resolvido através da uma barreira acústica e de um "tecido" que impossibilite o contacto visual entre interior/exterior por exemplo. É importante fazer estas divisões para baixar os níveis de *stress* que possam ocorrer.

A identidade pode estar mais relacionada com questões culturais, onde a forma e materialidade transmite um carácter identitário e íntimo entre a pessoa e o abrigo, se

uma pessoa está habituada a viver num espaço circular e é obrigada a ir viver para um espaço quadrangular, isso pode ter influências no seu reconhecimento, Para ajudar a superar esta questão sugere-se que sejam feitas alterações nas fachadas por meio de aplicação de materiais como tintas ou revestimentos que oferecem uma personalidade com que a pessoa pode se identificar.

## HISTÓRIA

Sabemos que os nossos antepassados viviam em cavernas quando precisavam de um abrigo, e com o avançar dos tempos, com diferentes condições climáticas e distintas zonas geográficas, foram obrigados a adaptar-se e a construir, como refere Kronenburg (1995: 15), abrigos temporários ou permanentes consoante a necessidade. Com o aparecimento da agricultura e domesticação de animais, o homem permanece mais tempo no mesmo local e cria assentamentos humanos e abrigos permanentes.

Todavia nem todos os povos se sedentarizaram. É o caso de algumas tribos índias, povos nativos norte-americanos, que permaneceram nómadas (Andrist, 1964: 19), vivendo em acampamentos e abrigos temporários funcionais, confortáveis, reutilizáveis e adaptados culturalmente aos seus costumes.

O abrigo constituía uma das necessidades básicas do homem e não era pensado como um direito. A questão da habitação surge na sequência da revolução industrial e da concentração e expansão urbana que lhe está associada. Depois da segunda guerra mundial, face ao grande número de desalojados e refugiados e de cidades destruídas, a comunidade internacional viu-se forçada a tomar diversas medidas para salvaguardarem os direitos dos homens, entre os quais o direito a uma habitação condigna e o direito a um abrigo básico.

O abrigo é reconhecido, em 1948, pela *Universal Declaration of Human Rights*<sup>132</sup> (UDHR), como um direito fundamental, como referido no seu:

### “Artigo 25

*(1) Toda a pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, **habitação**, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência fora do seu controle.”<sup>133</sup>*

A *first international emergency settlement conference* foi realizada no final do século XX, em 1996, e definiu que o

*“acesso ao abrigo básico, contextualmente adequado é um direito humano essencial. Isso aplica-se a comunidades urbanas desenraizadas, bem como*

<sup>132</sup> The Universal Declaration of Human Rights. In *United Nations*. 10 Dezembro 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Consultado em 10 de Maio de 2016.

<sup>133</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos, Assembleia Geral das Nações Unidas. In *Unesco Brasil*. 10 Dezembro 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> . Consultado em 10 de Maio de 2016.

*para assentamentos rurais, embora os padrões de abrigo contextual e culturalmente apropriados podem diferir consideravelmente.*<sup>134</sup>

Atendendo a estes direitos e princípios deve-se ter em consideração na concepção da intervenção a situação geradora da necessidade, o tipo de espaço disponível, urbano ou rural, o clima e a cultura local. Cada povo utiliza o espaço e os materiais de maneira distinta com uma identidade própria que deve ser tida em conta na concepção de novos abrigos.

Outras questões que deve se ter em consideração, são os acessos a água potável, instalações sanitárias, fornecimento de alimento e cuidados médicos (Kronenburg, 1998: 83). O abrigo deverá ainda ter a capacidade de resistir as vivências dos seus residentes, e estimular a sua sociabilidade e condições de saúde. Uma solução adequada deverá contribuir positivamente para uma redução no número de problemas relacionados com propagação de doenças da população.

## **4.2 TENDAS, CONTENTORES E OUTROS**

### **(ABRIGOS TEMPORÁRIOS FORNECIDOS PELAS ORGANIZAÇÕES E DOADORES)**

Os campos de refugiados têm diversos abrigos temporários, mas maioritariamente são utilizados 5 modelos, que foram desenhados para receber um número de pessoas que na maior parte dos casos estará sobrelotado (ver tabela 4).

Dois desses<sup>135</sup> modelos são as tendas convencionais (ver figuras 36 e 37) fabricadas na Índia e Paquistão, e armazenadas em 3 locais que o ACNUR definiu, Dinamarca, Emirados Árabe Unidos e na África do Sul. A solução é constituída por 2 camadas de poliéster, sendo no interior permeável ao vapor e no exterior impermeável, no pavimento é aplicado uma lona de polietileno e a estrutura é feita em varas de fibra de vidro ou metal. São fornecidos ainda cordas e fixadores para colocar no solo.

Outro modelo é o contentor pré-fabricado (ver figura 38), que é muito mais dispendioso rondando entre os 3.000 € e 4.000 €. É sempre doado pelos Estados ou entidades privadas, e a sua construção consiste, em *sandwichs* revestidas com isolamento termo-acústico, estrutura de aço, caixilharias e porta de alumínio ou PVC. São geralmente pousados em blocos pré-fabricados de cimento ou outro tipo de materiais, para nivelamento, escoamento das águas pluviais e acesso as redes de drenagem de águas residuais e distribuição de água (quando existem).

O modelo remanescente é o abrigo elaborado pelo IKEA Foundation com a parceria do ACNUR (ver figura 39), o seu custo é inferior a 1.000 € menor do que o contentor prefabricado mas quase o dobro do valor das outras tendas convencionais. A sua construção é mais resistente, confortável e pode ser reutilizada, a sua durabilidade é

---

<sup>134</sup> Tradução livre do autor. No original "Access to basic, contextually appropriate shelter is an essential human right. This applies to uprooted urban communities as well as to rural settlements although the contextually and culturally appropriate shelter standards may differ considerably." (UW/DMC, 1996: 152).



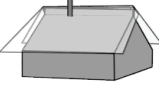
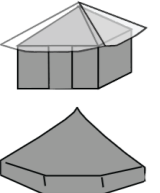
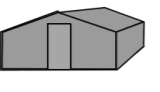
<sup>135</sup> Shelter - Alternatives to Camps. In UNHCR. Disponível em: <http://www.unhcr.org/pages/49c3646cf2.html>. Consultado em 15 de Maio de 2016.

estimada em 3 anos<sup>136</sup>, enquanto as tendas convencionais duram no máximo duas estações e é difícil serem reutilizadas devido ao seu estado de degradação.

O abrigo do IKEA é composto por um ensombramento em rede metálica que reflecte o calor diurno e mantém-no à noite (que na prática não é fornecido ou aplicado). A cobertura e as paredes são em plástico leve semi-rígido e no pavimento é aplicado uma lona de plástico. A estrutura é feita de perfis metálicos unidos por nós do mesmo material.

A possibilidade de captação de energia através de um painel solar, permite que exista electricidade no interior do abrigo e que possam ser efectuados carregamentos eléctricos nos aparelhos telefónicos pessoais. Outra vantagem desta solução acaba por ser a facilidade de distribuição, como o IKEA é uma empresa internacional têm várias lojas espalhadas pelos cinco continentes e caso existam necessidade de fornecimento conseguem dar uma resposta expedita.

**Tabela 4: Características das tendas convencionais usadas pelas organizações.**

Type	Family Tent	Lightweight Emergency Tent (LWET)	Ridge tent	Centre pole tent	Frame tent or transitional shelter
					
Details	Ridge tent with raised walls and extended fly sheet at ends	Tunnel tent with fibre glass poles and synthetic covering	Metal poles form ridge with cotton based canvas flysheet	Canvas tent with one large pole in the centre May have poles to raise walls	Solid metal frame tent with synthetic covering material
Covered area	16 m <sup>2</sup> plus two vestibules	15-21 m <sup>2</sup>	12-16 m <sup>2</sup>	12-24 m <sup>2</sup>	12-28 m <sup>2</sup>
Weight	55 kg	42-60 kg	75-85 kg	50-120 kg	50-120 kg

(Adaptado de IASC, 2008: 48, tabela)

Outros materiais são ainda fornecidos em separado, como lonas de polietileno, folhas de poliéster, têxteis, entre outros, para o caso de situações em que seja necessário cobrir alguma área por exemplo. As organizações ou o Estado anfitrião, também puderam fornecer materiais para situações mais prolongadas, normalmente num sistema controlado e de autoconstrução.

<sup>136</sup> IKEA renova tendas para refugiados e recebe primeira encomenda. In *Diário das Notícias*. 31 Março 2015. Disponível em: <http://www.dn.pt/globo/interior/ikea-renova-tendas-para-refugiados-e-recebe-primeira-encomenda-4485595.html>. Consultado em 16 de Maio de 2016.

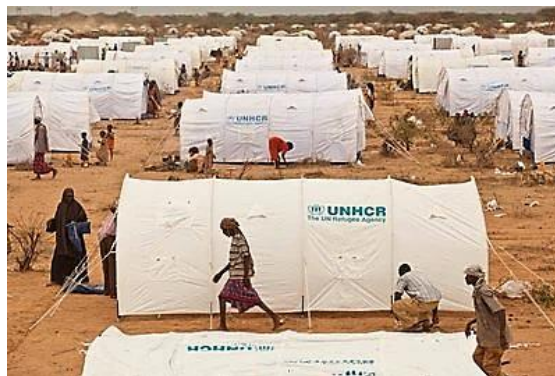


Fig. 36 – (A) Tenda modelo 1 do ACNUR, em acampamento em Katerini na Grécia; Fig. 37 – (B) Tenda modelo 2 do ACNUR, em Dadaab, Quênia. Foto: ACNUR / B.Bannon, 11 Agosto 2011 ( [A] Autor, 04 Maio 2016; [B] disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-transfere-refugiados-somalis-para-novos-campos/>, consultado em 16 Maio 2016).



Fig. 38 – (A) Contentores em campo de refugiados, Eleonas na Grécia; Fig. 39 – (B) Abrigos IKEA Foundation e ACNUR, em campo de refugiados, Salónica na Grécia ([A] Autor, 06 Maio 2016; [B] Autor, 07 Maio 2016).

Relativamente as questões térmicas, sabemos que estes modelos não são os mais eficientes, a temperatura de conforto não é atingida, com amplitudes térmicas que podem variar 30º a 40º, entre o pico diurno e nocturno, como acontece no deserto<sup>137</sup>. O ACNUR, descreve no *handbook* dos abrigos familiares (OCHA, 2004), que as tendas, registam temperaturas reduzidas à noite, especialmente se tiverem água visível no pavimento, que provocará humidades e fungos que podem originar doenças.

Comparativamente com o contentor, as temperaturas durante o dia também registam valores elevados, mas à noite os valores são mais amenos.

A solução que uma grande parte dos refugiados está a usar para ultrapassar este fenómeno, é a bombagem de ar climatizado mecânica. Lechner (2008: 55-70) afirma, que esta situação poderia ser vencida, com a criação de condições ambientais e humanas para proporcionar uma zona de conforto adequada. Por outro lado, Moe (2010: 35-40) descreve, que a melhor solução talvez seja utilizar medidas defensivas pelo desenho e com uso de materiais reciclados e reutilizados, em que as soluções mecânicas ou tecnologicamente avançadas, estão colocadas de parte, devido aos recursos disponíveis para um campo de refugiados.

<sup>137</sup> Geography - Characteristics and climate of deserts. In BBC. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/schools/gcsebitesize/geography/ecosystems/desert\\_rev1.shtml](http://www.bbc.co.uk/schools/gcsebitesize/geography/ecosystems/desert_rev1.shtml). Consultado em 17 de Maio de 2016.

Baseado num estudo<sup>138</sup> realizado por planos psicométricos para o Médio Oriente, foram evidenciadas algumas formas passivas que puderam equilibrar as variações de temperatura no interior. Simplificando, a melhor solução para baixar as temperaturas seria pelo método de evaporação directa, no entanto existem outras soluções passivas que também apresentam alguma eficácia, como o *shade nets*<sup>139</sup> e ventilação adequada.

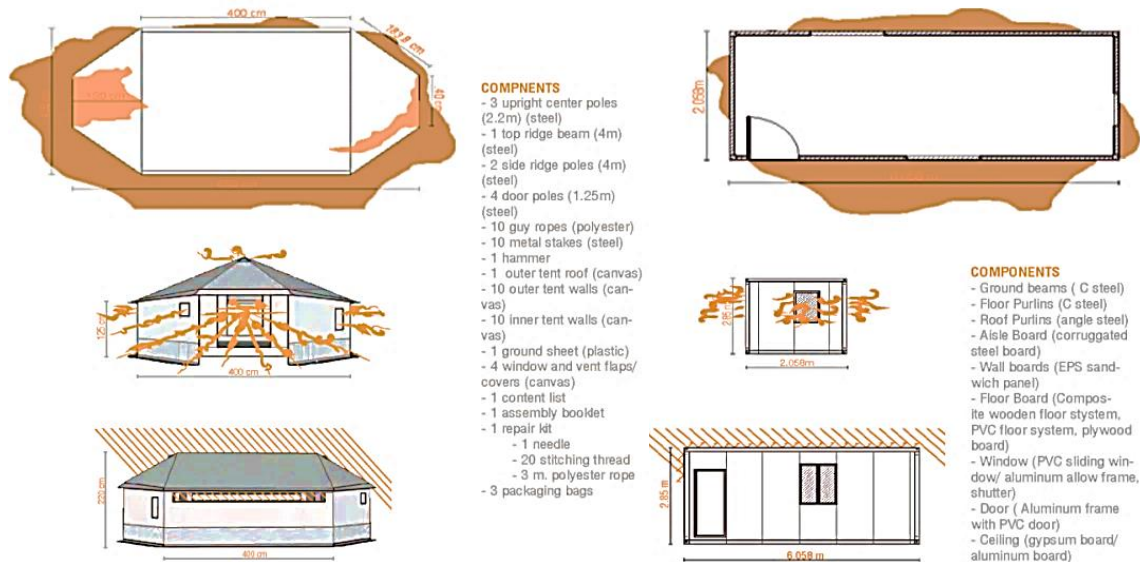


Fig. 40 – (A e B) Características e materiais de tenda tipo e contentor, Outubro 2010 (Adaptado, disponível em: [A e B] <https://rnh3bc.files.wordpress.com/2013/10/shelters.png>, consultado em 17 Maio 2016).

Para aumentar as temperaturas nocturnas o melhor método é não desperdiçar a massa de calor gerada no interior do abrigo durante o dia, outra hipótese para elevar as temperaturas baixas é através da retenção térmica por meio de materiais com elevada inércia, que durante o dia depositam a energia e a noite a libertam. Com a aplicação destes métodos, poderá criar-se uma zona de conforto interior com maior qualidade e de baixos custos.

No que diz respeito à resistência destas soluções, à excepção dos contentores as restantes soluções são de fraca resistência, embora a solução do IKEA tenha trazido melhorias significativas, ainda não atingiu os resultados pretendidos.

Com condições climatéricas adversas como nevões intensos, as tendas convencionais acabam por colapsar derivado ao excesso de peso e cargas laterais excessivas. Outra situação que poderá acontecer no caso de existirem temperaturas muito elevadas, são os revestimentos das paredes e cobertura da solução do IKEA, que acabaram por empenar e soltarem-se derivado a comportamentos físicos que estão subjacentes aos materiais plásticos leves semi-rígidos.

<sup>138</sup> Creating Comfort; the design of refugee shelters through innovation. In Rachel Himes. 09 Outubro 2013. Disponível em: <https://rnh3bc.wordpress.com/2013/10/09/creating-comfort-the-design-of-refugee-shelters-through-innovation/>. Consultado em 17 de Maio de 2016.

<sup>139</sup> Shade nets: use and deployment in humanitarian relief environments, 1ª Edition 2006. In humanitarian Response. Disponível em : <https://www.humanitarianresponse.info/system/files/documents/files/Shade%20nets.pdf>, Consultado em 29 de Maio de 2016.



Fig. 41 – (A) Abrigo em campo de refugiados no Afeganistão; (B) Colapso de abrigo no Afeganistão. Fotos: European Commission DG ECHO, 13 Janeiro 2015 (Adaptado, disponível em: [A e B] <http://fotospublicas.com/frio-atinge-campo-de-refugiados-no-afeganistao/>, consultado em 17 Maio 2016).

### 4.3 ABRIGOS VERNACULARES, COM MATERIAIS “IN LOCO”

Os abrigos vernaculares têm a capacidade de adequar-se e conceber respostas para os problemas relacionados com os obstáculos inerentes, como por exemplo, condições climáticas, escassez de materiais disponíveis, espaço disponível, entre outros. Estes conhecimentos provêm do passado e de diversas tentativas/erros, que são transmitidos de geração em geração e têm sofrido aperfeiçoamento devido aos avanços tecnológicos e outros.

Estes abrigos (ver figuras 42 e 43) são construídos “*in loco*” com materiais locais, como troncos de árvores, arbustos, colmo e materiais encontrados no local, desde plásticos, papelões, cobertores, entre outros. O custo de construção é muito baixo e as condições habitacionais são bastante precárias, no entanto, acabam por cumprir a mínima função de dar alguma protecção.



Fig. 42 – (A) Futuro abrigo temporário, no campo de refugiado IFO 2, em Dadaab, Quênia. Foto: AP Photo/Rebecca Blackwell, 11 Julho 2011. Fig. 43 – (B) Abrigo improvisado no campo de refugiados de Dagahaley, em Dadaab, Quênia. Foto: Oli Scarff/Getty Images, 19 Julho 2011 (Adaptado, disponível em: [A] <http://sharingtheworldtogether.blogspot.pt/2011/07/famine-in-east-africa.html>; [B] <http://www.gagdaily.com/sad/3187-displaced-people-at-dadaab-refugee-camp-as-severe-drought-continues-to-ravage-east-africa.html>, consultado em 18 Maio 2016).

Estas situações podem acontecer devido à falta de distribuição de *kit's* para os recém-chegados, questões culturais, diversificação de usos ou ainda determinação individual. Muitas pessoas preferem viver neste tipo de abrigos do que nas tendas

facultadas pelas organizações humanitárias, em alguns casos a construção vernacular adquire um conforto muito superior ao das tendas convencionais. A imposição de uma forma ou tipologia também é um problema, as pessoas podem estar habituadas a viver em um modelo de casa correspondente ao seu modelo cultural que não se adapta ao que lhes é oferecido.



Fig. 44 – (A) Crianças junto a abrigo feito com materiais encontrados no campo de refugiados de Dagahaley, em Dadaab, Quênia. Foto: Nenna Arnold/MSF, 08 Dezembro 2011; Fig. 45 – (B) Refugiada da Somália lava a roupa, junto a abrigo feito com materiais encontrados no campo de refugiados de Dagahaley, em Dadaab, Quênia. Foto: Oli Scarff/Getty Images Europe, 20 Julho 2011 (Adaptado, disponível em: [A] <http://www.msf.org/article/sixty-years-governments-still-failing-refugees>; [B] <http://www.zimbio.com/pictures/Jh1ng3RVqDx/Refugees+Flock+Dadaab+Famine+Grips+Somalia/cZSVq6Uaq-Z>, consultado em 18 Maio 2016).

#### 4.4 ESPAÇO PÚBLICO E OUTRAS SOLUÇÕES

Um dos problemas que encontramos numa grande maioria destes locais é a deficiente qualidade dos espaços públicos ou inexistência da sua qualificação. Por exemplo, as ruas e vias poderiam ter um tratamento mais cuidado e uma boa rede de drenagens para evitar propagação de doenças. A falta de espaços verdes qualificados numa grande parte dos campos é também um problema, por três motivos: (i) o primeiro é que poderia dar alguma subsistência através do cultivo das terras e ao mesmo tempo do aproveitamento das energias de biomassa para o aquecimento e cocção de alimentos; (ii) o segundo motivo é que dada à inexistência desses espaços e produtos as pessoas vão à procura em outro local, que possivelmente pertencerá à comunidade local e gerará possíveis conflitos entre os intervenientes envolvidos; (iii) o terceiro e último é a possibilidade das pessoas poderem desfrutar desses locais para lazer e socialização.



Fig. 46 – (A) Percurso entre abrigos, em campos de refugiados sírios na Turquia. Foto: EU 2016, 10 Fevereiro 2016 ; Fig. 47 – (B) Aglomerado de abrigos em campos de refugiados Neo Kavala na Grécia (Adaptado, disponível em: [A]

[http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/European-Parliament-09022016\\_4-1.jp](http://fotospublicas.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2016/02/European-Parliament-09022016_4-1.jp), consultado em 19 Maio 2016; [B] Autor, 05 Maio 2016).

Outra questão de salientar são as vedações periféricas que se encontram em grande parte vandalizadas e não cumprem a sua função inicial, muitas delas são usadas como estendal para secagem de roupa.

A ocupação de edifícios inacabados pode ser uma solução de recurso, como aconteceu no Iraque, em *Erbil* (ver figura 48). Após perseguição de extremistas do Estado Islâmico, foram colocados contentores em diferentes pisos de edifício inacabado e como já estavam construídas as circulações verticais não existia problema de acessibilidade. Todas as pessoas têm acesso a saneamentos, água potável e electricidade, no piso térreo existe um pequeno parque infantil e bancos corridos para os adultos poderem repousar. O acesso à torre encontra-se todavia descuidado e com resíduos sobrantes de embalagens e produtos.

Nos subúrbios de *Lahore*, no Paquistão, a situação ainda é mais problemática (ver figura 49): muitos refugiados afegãos foram obrigados a ir viver para um bairro muito precário. As famílias dependem das vendas dos produtos que recolhem e seleccionam na lixeira, e os abrigos são cobertos por camadas de tecidos e plásticos, as vias públicas apresentam uma enorme quantidade de lixo.



Fig. 48 – (A) Edifício inacabado, em Erbil, Iraque. Foto: Mazur/ Catholic Church England and Wales, 13 Abril 2015; Fig. 49 – (B) Favela nos subúrbios de Lahore, Paquistão. Foto: Zohra Bensemra / Reuters, 12 Janeiro 2015 (Adaptado, disponível em: [A] <http://fotospublicas.com/imagens-mostram-a-o-campo-de-refugiados-e-a-cidade-de-erbil-no-iraque/>; [B] [http://avax.news/fact/Daily\\_Life\\_in\\_a\\_Slum\\_on\\_the\\_Outskirts\\_of\\_Lahore\\_Pakistan.html](http://avax.news/fact/Daily_Life_in_a_Slum_on_the_Outskirts_of_Lahore_Pakistan.html), consultado em 19 Março 2016).

## 4.5 NOVAS SOLUÇÕES

Várias soluções têm sido propostas para tentar colmatar problemas e melhorar a qualidade do abrigo. Muitas delas poderiam dar uma resposta mais adequada, no entanto, muitas não passam do protótipo. Isto deve-se ao incumprimento de alguns requisitos essenciais ou então pela falta de interesse imediato ou de lucro das empresas investidoras ou das organizações.

Apresenta-se algumas destas soluções inovadoras recentes, para se entender os seus conceitos, especializações, métodos construtivos e custos finais.

*SPHERE*

A *sphere*<sup>140</sup> é um projecto arquitectónico elaborado por Felix Stark, baseado no conceito de pátio romano. Os materiais podem ser reciclados caso assim o entendam, é constituído por um abrigo que pode conter até dezanove unidades, que originam um círculo, em que cada unidade terá uma dimensão de 3m de comprimento e 1,8m de pé direito. O centro desse círculo é um espaço de sociabilidade. Cada uma das unidades pode hospedar até três pessoas, sendo possível alterar para acomodar um maior número, quando é o caso de uma família.

Os materiais empregados para o abrigo, consistem numa “pele” interior permeável ao vapor, uma “pele” exterior impermeável em lona resistente ao desgaste, varas estruturais em fibra de vidro e plástico. O custo de construção teoricamente é idêntico ao das tendas convencionais fornecidas pelo ACNUR. Nesta solução o espaço comum circular interior é interessante, mas poderá gerar situações de *stress* caso existam desentendimentos entre famílias ou pessoas vulneráveis. No entanto, para comunidades com laços de sociabilidade ou para organizações como a Cruz Vermelha está solução deverá funcionar.

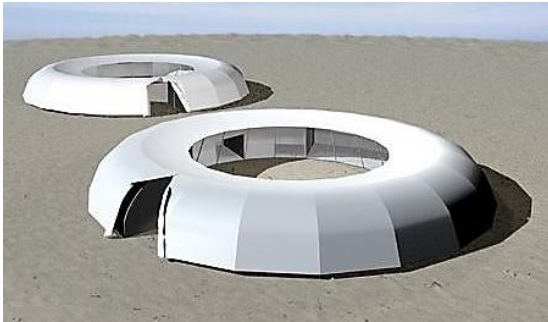


Fig. 50 – (A e B) Proposta e execução de solução arquitectónica “sphere”. (Adaptado, disponível em: <http://www.igreenSpot.com/the-sphere-by-felix-stark/>, consultado em 27 Maio 2016).

*RE : BUILD*

A organização Pilosio Building Peace, juntamente com os arquitectos Pouya Khazaeli e Cameron Sinclair, criaram uma solução arquitectónica designada de *RE : BUILD*<sup>141</sup>, em que o conceito está mais direccionado para um abrigo temporário de alta qualidade, que pode ser utilizado em diferentes usos, tais como, escolas, centros de saúde, habitação ou outros. A dimensão desta escola é de 16m x 16m e 2,30m de pé direito. O sistema construtivo é bastante eficiente, com malhas metálicas com diferentes espaçamentos, fixas a uma estrutura em tubos metálicos que posteriormente serão preenchidas com materiais locais como britas, granulados, areias ou terras, criando uma parede mais resistente e compacta. Na cobertura serão criados espaços verdes que termicamente funcionam melhor. O custo de construção para esta solução é um pouco mais elevado, cerca de 27.000 €.

<sup>140</sup> The Sphere by Felix Stark. In *IgreenSpot*.. Disponível em: <http://www.igreenSpot.com/the-sphere-by-felix-stark/>. Consultado em 27 de Maio de 2016.

<sup>141</sup> These Schools for Refugee Children in Jordan are Built Using Scaffolding and Sand. In *Archdaily*. 27 Junho 2015. Disponível em: <http://www.archdaily.com/770749/escuelas-modulares-de-andamios-y-arena-permiten-educar-a-los-ninos-refugiados-en-jordania>. Consultado em 27 de Maio de 2016.

Está solução ou alguma idêntica parece ser a melhor resposta, devido à utilização de materiais locais, sustentabilidade, custo/benefício, resistência e níveis de conforto.



Fig. 51 – (A e B) Solução arquitectónica “RE: BUILD”. Fotos: Pilosio Building Peace, 27 Julho 2015 (Adaptado, disponível em; <http://www.archdaily.com/770749/escuelas-modulares-de-andamios-y-arena-permiten-educar-a-los-ninos-refugiados-en-jordania>, consultado em 27 Maio 2016).

### WEAVING A HOME

A *Weaving a Home*<sup>142</sup> é um projecto elaborado pela arquitecta/designer Abeer Seikaly, baseado no conceito dos abrigos temporários das tribos nómadas. A sua dimensão é de 5,00m de diâmetro e 2,40m de pé direito, construído com membranas plásticas resistentes e tecidos, num modelo tridimensional *tensegrity*, que pode ser reutilizado. A solução é de simples montagem sobre um eixo central e incorpora um tanque de água, bateria eléctrica para ser abastecida por energia solar. A possibilidade de abertura e fechamento consoante a estação do ano, permitirá nas épocas de temperatura mais elevada uma ventilação do ar e nas épocas de temperatura mais baixa uma redução das perdas de calor. O custo ou estimativa para a execução da proposta não está publicado.

O design, usos de tecnologias e novos métodos construtivos, são uma mais-valia nesta solução, contudo, como até ao momento ainda não passou do protótipo é difícil de constatar as vantagens na prática. Quando se desenha uma solução desta natureza deve-se ter em conta a possibilidade das pessoas poderem circular em pé dentro de todo o abrigo, o que não acontece nesta situação.

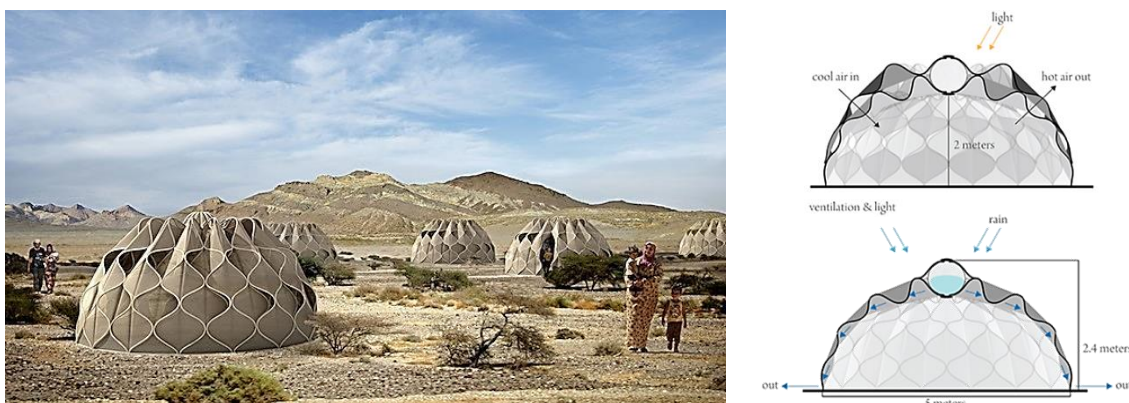


Fig. 52 – Proposta de projecto “Weaving a Home” (Adaptado, disponível em; <http://www.abeerseikaly.com/weavinghome.php>, consultado em 28 Maio 2016).

<sup>142</sup> Weaving a Home. In Abeer Seikaly. Disponível em: <http://www.abeerseikaly.com/weavinghome.php>. Consultado em 28 de Maio de 2016.

## CROSS HANDS TEAM

O *Cross Hands Team*<sup>143</sup> foi um projecto realizado pelas arquitectas, Ângela Pinto, Carla Pereira e Joana Lacerda, fundamentado no conceito da “flexibilidade” tanto interior como exterior e na personalização pelos moradores dos próprios abrigos para que possam sentir que “é o início de uma nova casa, de uma nova vida e tenham um espírito de pertença”.

No campo de refugiados está completado a criação de praças para a implementação de programas com distintos usos, como escolas, cantinas comunitárias, instalações sanitárias comunitárias, centros psicológicos, armazéns de ONG e mercados de troca. As instalações sanitárias, cozinha comunitárias, estufa, zona de lavadouros e lixos estão disponíveis para cada conjunto de dez abrigos.

Os abrigos familiares, hospedam três pessoas e foram criados para a adaptação a diferentes temperaturas entre as estações no Médio Oriente, contemplam espaços de estar e dormir, com uma dimensão de 7,5m x 3m, que poderá ampliar ou reduzir a área pelo método harmónio, e ter mais capacidade.

A “pele” exterior é composta por uma grelha que posteriormente será completada pelos habitantes, com materiais que conseguem alcançar no local, como latas, plantas, terras, garrafas e outros. Foi também considerada uma arca multifuncional, que servirá de arrumação, mesa ou banco. O custo para a construção deste abrigo familiar é de cerca de 670 €.

Esta proposta, do ponto de vista urbano e arquitectónico aponta soluções para algumas lacunas que existem actualmente e devem ser resolvidas nos campos de refugiados. Propõe usos que estão em défice e um maior envolvimento dos habitantes na habitação. O conceito flexibilidade permite a adaptação do espaço consoante as necessidades.



Fig. 53 – (A e B) Proposta urbana e arquitectónica da equipa “*Cross Hands Team*”, 30 Outubro 2014 (Adaptado, disponível em; <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/14251/arquitectas-portuguesas-desempregadas-querem-ajudar-refugiados-da-siria>, consultado em 28 Maio 2016).

<sup>143</sup> Arquitectas portuguesas desempregadas querem ajudar refugiados da Síria. In *Jornal Público*. 30 Outubro 2014. Disponível em: <http://p3.publico.pt/cultura/arquitectura/14251/arquitectas-portuguesas-desempregadas-querem-ajudar-refugiados-da-siria>. Consultado em 28 de Maio de 2016.

## 4.6 SÍNTESE REFLEXIVA

Os abrigos temporários são uma questão complexa. Os abrigos convencionais, incluindo a solução IKEA Foundation, respondem a alguns objectivos, como protecção, segurança, e uma certa privacidade e dignidade, contudo, não respondem aos requisitos de orientação e identidade, que são da mesma relevância que os restantes. O abrigo deve contribuir para afastar as emoções de stress que as pessoas possam ter vivido e deve ajudar a visualizar um objectivo no seu horizonte; deve também promover a ponte com a sua cultura, forma, materialidade e espaço para que a pessoa possa adoptar aquele lugar como sendo seu. Neste sentido, os abrigos vernaculares são os que melhor correspondem a estes conceitos.

Os aspectos mais técnicos também requerem melhorias, como por exemplo alcançar uma melhor temperatura de conforto, através de energia solar passiva preferencialmente, uma vez que as condições térmicas e acústicas são extremamente reduzidas. A segurança contra fumos tóxicos e incêndios também deve ser acautelada pelos materiais e ventilações adequadas.

Outra questão é a sobrelotação do abrigo e por subsequência o espaço que cada pessoa ocupa: no *handbook* (UNHCR, 2007) é de 3,5 m<sup>2</sup> a área mínima por pessoa, mas na realidade talvez possamos apontar para aproximadamente um terço (1/3) desse valor. Se considerarmos que cada abrigo tem 20 m<sup>2</sup> e existem em média oito pessoas por abrigo, como apurado na Grécia, a área útil é de 2,5 m<sup>2</sup> por cada pessoa.

Finalizando este tema, as novas soluções, sugerem o que deverá ser melhorado, como é o caso do projecto *RE: BUILD* e o seu processo construtivo e materialidade, *Weaving a Home* com o seu design, usos de novas tecnologias e novos métodos construtivos, e o projecto *Cross Hands Team* com a proposta de autoconstrução na “pele” exterior e melhoramentos nos espaços públicos e equipamentos.

## 5º CAPÍTULO

### PROPOSTA

As restrições associadas à temporalidade, ao espaço desqualificado, dependência, discriminação, falta de integração, problemas de acesso ao trabalho e educação, são dos principais problemas nos campos de refugiados. As intervenções de diversos organismos que trabalham sobre esta matéria, como o ACNUR, Shelter Centre, Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA), Norwegian Refugee Council (NRC) mostram que uma proposta de intervenção tem que incidir numa totalidade dos conteúdos envolvidos ao longo do tempo.

Neste sentido, a proposta foi elaborada a partir de um *timeline* / linha do tempo (ver apêndices B e C), dividido em diferentes sectores. Disseca-se mais pormenorizadamente o domínio disciplinar da arquitectura e urbanismo, mas referindo-se também outros campos disciplinares interligados entre si.

Considera-se que o melhor resultado desta proposta incide com a planificação temporal das acções a implementar. O principal contributo desta proposta está relacionada com a mudança de uma ocupação provisória para uma ocupação permanente e posteriormente para a sua inexistência ou persistência. Com esta abordagem, em vez de campos de refugiados passam a produzir-se cidades instanciadas, de modelos distintos, mas seguindo os mesmos princípios conceptuais geracionais.

#### 5.1 LINHA DE TEMPO

##### ARQUITECTURA / URBANISMO

Acompanhando a directriz do *timeline*, o planeamento começa pela indicação das restrições e acordos entre o Estado de acolhimento e a comunidade internacional do local para instalação. Após a primeira etapa ficar resolvida é iniciada a fase do desenho da malha urbana (exemplos dos modelos conceptuais propostos, ver figuras 55 e 58), que deve-se adequar ao terreno e aos recursos naturais existentes. A fase seguinte consiste na construção de vias de acesso e limites de lotes familiares. Subsequentemente inicia-se um estudo de viabilidade de métodos mais eficazes para as construções e montagem de infra-estruturas permanentes, como abastecimentos de água, saneamentos, rede eléctrica (painéis solares) e de telecomunicações, a serem aplicados na fase seguinte. Na fase final concluem-se as centrais de tratamentos. Caso exista viabilidade de execução deverá recorrer-se ao biogás, caso contrário, deve ser aplicado o método convencional de estações de tratamento de águas residuais domésticas (ETAR) e estações de tratamento de águas (ETA).

No planeamento também está incluído o processo **evolutivo** do espaço público, com a criação de espaços verdes e florestação para responder aos três motivos identificados (ver subcapítulo 4.4): (i) subsistência; (ii) conflitos; (iii) lazer. As vias

rodoviárias devem ter um pavimento devidamente nivelado para aplicação futura de um tapete betuminoso (por exemplo), tal como os passeios e ruas pedonais para assentamento de lajetas prefabricadas (por exemplo). Deve-se colocar valetas para drenagem de águas pluviais e residuais, para evitar propagação de doenças. A vedação do aglomerado deve ser abolida, eliminando-se o carácter de prisão. Equipamentos e mobiliários urbanos devem ser colocados sequencialmente em espaços de lazer, como bancos de jardim, caixotes de lixo, mesas de merendas, entre outros, que serão construídos pelos próprios habitantes.

O estudo ou o desenvolvimento extensivo de abrigos não faz parte do objectivo do trabalho, apenas se tenciona indicar os faseamentos, estratégias e detalhes que podem ser precavidos e executados. Defendendo-se que os habitantes acolhidos nesse espaço, são os que podem encontrar as melhores soluções para o seu assentamento e abrigo defende-se o recurso ao método Participatory Approach for Safe Shelter Awareness (PASSA)<sup>144</sup>. Defende-se aplicar o método em todos os espaços que façam falta à comunidade, quer sejam abrigos, mobiliários ou equipamentos e na sua transformação.

O faseamento é realizado de acordo com o diagrama temporal (ver figura 60), onde inicialmente os saneamentos, abastecimentos de água e eléctrica serão temporários e numa fase final permanentes.

Na estratégia da execução dos abrigos algumas medidas de protecção, segurança, privacidade, dignidade, orientação e identidade devem ser tidas em consideração. Como por exemplo sugere-se: acautelar-se a segurança derivado a fumos tóxicos ou incêndios que possam acontecer; estabelecer-se distâncias mínimas para permitir a ventilação natural e dessa forma evitar intoxicações e propagação de incêndios; garantir-se a privacidade por causa dos níveis de *stress* pelo contacto interior/exterior ou individual/colectivo; considerar barreiras acústicas entre interior/exterior e “peles” flexíveis e adaptáveis para aliviar o contacto interior/exterior e individual/colectivo; a qualidade/conforto do ponto de vista térmico, deve ter implicações no desenho do abrigo, como isolamentos, ensombramentos e dimensionamento do volume e vão consoante as diferentes zonas geográficas.

Os equipamentos e espaços de lazer, como escolas, postos de saúde, parques infantis, espaços desportivos, religiosos ou outros, devem ser realizados numa fase inicial, mesmo que temporários são extremamente necessários. Na fase posterior deve-se começar a conceber os equipamentos e espaços permanentes por uma ordem de prioridades, como escolas e postos de saúde em primeiro, depois espaços administrativos, industriais, comerciais, religiosos e lúdicos. Construídos com equipas e empresas especializadas localmente e pelos refugiados, proporcionará rendimentos económicos para a comunidade de acolhimento e para os refugiados.

A construção das habitações deve ser planeada, em sistemas combinados através de processos e soluções industrializadas e a autoconstrução, sendo o sistema de

---

<sup>144</sup> PASSA, Participatory Approach for Safe Shelter Awareness 2011, *In IRFC*. Disponível em: <http://www.ifrc.org/PageFiles/95526/publications/305400-PASSA%20manual-EN-LR.pdf>. Consultado em 29 de Maio de 2016.

autoconstrução o que mais deve ser utilizado.

No caso de não existir interesse por parte do país de acolhimento em manter aquela cidade, após o possível regresso dos refugiados ao seu país de origem ou por não existir uma aceitação daquele produto no mercado, todos os materiais devem ser recicláveis ou reaproveitados para aplicação em outro local.

## EDUCAÇÃO

A educação deve ser melhorada, derivado ao elevado número de crianças e à falta de condições de ensino. As escolas devem ser criadas consoante o número de jovens que existam e o método de ensino deve ser adequado, numa perspectiva de aprender para depois ensinar.

Parques infantis e actividades extras curriculares devem ser criados, em locais seguros e protegidos, para que as crianças possam ter a possibilidade de brincar e aprender. A monotorização dos voluntários e funcionários das organizações deve ser supervisionada para evitar possíveis contactos com pedófilos ou sequestradores.

A educação dos adultos e a aprendizagem da língua do país de acolhimento bem como a melhoria ou aprendizagem de novas profissões são também requisitos da cidade instanciada. As práticas do Barefoot College de aprendizagem de técnicas sustentáveis devem ser aplicadas. Numa fase inicial, aprendem-se os princípios e técnicas para posteriormente, se produzirem os equipamentos, como painéis solares, aparelhos eléctricos, tanques reservatórios de água, entre outros. Esta prática deverá dar suporte financeiro às pessoas que pretendam trabalhar nestas actividades.

## SAÚDE

Muitas destas pessoas quando chegam a um país de acolhimento não falam a língua nativa e nessa fase é necessário criar uma plataforma (aplicação) de tradução de triagem que permita que o paciente escreva a causa do seu mau estar. Os traumas psicológicos de diversas espécies devem ter um acompanhamento adequado tanto como os problemas físicos.

O fornecimento de medicamentos também é uma questão que deve ser salvaguardada, pois existem muitas pessoas com problemas de saúde, como deficiências motoras, doenças hereditárias, doenças ocasionais entre outras. A proposta pretende dar resposta a alguns problemas, criando um espaço de tradução no centro de saúde antes das consultas e vários postos de saúde para atendimento diferenciados (crianças, mulheres, homens e idosos).

O intuito final da solução é que as pessoas paguem os seus tratamentos, através do seu esforço laboral e de retribuição de verbas monetárias. No entanto, isso deve ser ajustado de caso para caso, dependendo da doença do paciente.

## TRABALHO

Muitas das pessoas que encontram-se nas condições actuais (campo de refugiados), não podem trabalhar derivado a impedimentos políticos ou desigualdades laborais, que terão de ser alterados. Devem ser emitidos certificados de acordo com as habilitações das pessoas, para que haja possibilidade de trabalharem em

comunidades locais e na cidade onde vivem. A criação de pequenas e médias empresas devem ser incentivadas. Cita-se um exemplo de sucesso que aconteceu no Haiti após o desastre natural: dois jovens Jean-Ronel Noel e Alex Georges, criaram uma empresa de energia solar<sup>145</sup> que treinou e empregou 22 jovens problemáticos da favela *Cité Soleil*, transformando-os em técnicos qualificados e afastando-os da criminalidade<sup>146</sup>.

## INCLUSÃO E COMUNICAÇÃO

O contacto com familiares e amigos são essenciais para a inclusão, e o acesso ao WI-FI pode ser uma solução, porque actualmente as vias de comunicação e informação maioritariamente passam pelas novas tecnológicas.

A convivência com a comunidade local também deve ser promovida para a interacção e partilha de conhecimentos e aptidões, mas para isso é necessário que numa fase inicial as pessoas aprendam a língua do país de acolhimento a sua cultura e costumes.

A proposta pretende criar uma cidade inclusiva e integrada, e não uma ilha desconectada da população local, sendo necessário que exista uma vontade recíproca, e nesse aspecto é difícil de estimar-se o seu funcionalismo na prática.

## MOBILIDADE

A rede de transportes públicos é indispensável para a deslocação destas pessoas e deve ser solicitado algumas paragens junto destes espaços, porque apenas uma minoria possui transporte pessoal. Outra questão que deve ser precavida é a eventual mobilidade das pessoas entre locais com as mesmas características, pelo facto de existirem diferentes actividades profissionais ou de lazer, tal como existem entre duas cidades diferentes.

## ECONOMIA

As doações pela comunidade internacional tem vindo a ser reduzida nestes últimos anos, derivado a problemas internos relacionados com a economia capitalista e corrupções em grande escala, traduzindo-se em cortes principalmente pelo programa alimentar mundial<sup>147</sup>.

Para eliminar a dependência de fundos internacionais numa fase final do programa aposta-se na auto-sustentabilidade. Segundo estudo elaborado por Legrain<sup>148</sup>, se se investir **um euro** nos refugiados num prazo de **cinco anos** o investimento pode gerar

---

<sup>145</sup> Solar Power Brings Light to Quake-Darkened Haiti. In *National Geographic*. 31 Março 2010. Disponível em: <http://news.nationalgeographic.com/news/2010/03/100331-solar-light-haiti/>. Consultado em 1 de Junho de 2016.

<sup>146</sup> O Sol também está presente à noite. In *Inter Press Service*. 22 Setembro 2015. Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2010/05/economia/destaques-o-sol-tambem-esta-presente-a-noite/>. Consultado em 1 de Junho de 2016.

<sup>147</sup> RTP - Grande Entrevista (IX) - Episódio 1 António Guterres. In *RTP Play*. 06 Janeiro 2016. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p2234/e219989/grande-entrevista>. Consultado em 11 de Fevereiro de 2016.

<sup>148</sup> Refugees work: A humanitarian investment that yields economic dividends. In *Tent - Open*. 18 Maio 2016. Disponível em: [http://static1.squarespace.com/static/55462dd8e4b0a65de4f3a087/t/573cb9e8ab48de57372771e6/1463597545986/Tent-Open-Refugees+Work\\_VFINAL-singlepages.pdf](http://static1.squarespace.com/static/55462dd8e4b0a65de4f3a087/t/573cb9e8ab48de57372771e6/1463597545986/Tent-Open-Refugees+Work_VFINAL-singlepages.pdf). Consultado em 2 de Junho de 2016.

cerca de **dois euros** em benefícios económicos, alcançados por vencimentos laborais, impostos e circulação económica, o que significa uma rentabilidade a médio prazo.

Comparando a proposta “cidade instanciada” e as soluções actuais nos campos de refugiados, no período de dez anos, os custos da proposta serão superiores aos das soluções actuais, mas a sua qualidade será muito superior, porque a habitabilidade e vivência espacial, qualidade de vida, e valorização do terreno, aumentarão exponencialmente. Esta proposta traduz-se assim numa maximização para todos os intervenientes, criando uma optimização do espaço, bem como dos lucros humanos e económicos.

## CULTURA E RELIGIÃO

A criação de espaços de lazer e cultura é fundamental para um equilíbrio humano, como referia nomeadamente a antiga carta de Atenas (1933). Propõe-se assim criar espaços lúdicos como cinemas, teatros, campos desportivos, parques infantis, zonas verdes entre outros. A proposta contempla a execução desses espaços mediante o número de pessoas e os seus hábitos culturais.

A crença e a prática religiosa são proporcionadores de equilíbrio e desequilíbrio, e devem ser tidas em consideração nesta equação devendo adaptar-se locais religiosos, consoante o tipo de religiões que existirem.

As diferenças culturais devem ser bem acolhidas. A religião pode sensibilizar e promover uma aceitação junto da comunidade local.

*"Se o fenómeno migratório coloca um problema cultural sério, ao qual não podemos deixar de responder, o acolhimento pode ser uma ocasião propícia a uma nova compreensão e abertura de horizontes, tanto para quem é acolhido, que tem o dever de respeitar os valores, as tradições e as leis da comunidade que o acolhe, como para esta, chamada a valorizar tudo o que cada imigrante pode oferecer"* (Papa Francisco, 2016)<sup>149</sup>

## GESTÃO E SEGURANÇA

A gestão do espaço e o policiamento deverá ser realizada inicialmente por uma organização delegada pela ONU e não pelo Estado de acolhimento, por serem equipas especializadas nesta matéria e também para não prejudicar a segurança das pessoas da comunidade local devido ao desvio do seu policiamento para outro local.

Numa fase intermédia a gestão administrativa do assentamento deverá ser delegada gradualmente aos próprios refugiados, como nos campos de Saara Ocidental (Herz, 2012: 154-87).

Estas medidas são essenciais para promover uma boa relação e cooperação entre o Estado de acolhimento e a organização gestora, sem diminuir os recursos de ambas

---

<sup>149</sup> Papa pede à Europa para continuar a acolher refugiados. *In Jornal Notícias*. 11 Janeiro 2016. Disponível em: <http://www.jn.pt/mundo/interior/papa-pede-a-europa-para-continuar-a-acolher-refugiados-4973785.html>. Consultado em 3 de Junho de 2016.

as partes. Mas sabendo que cada País tem diferentes políticas, existem muitas divergências nesta matéria e esta solução pretende dar uma resposta alternativa.

#### ASILO EM TERCEIRO PAÍS

O asilo em um terceiro país, para algumas pessoas é um sonho que acaba num pesadelo, nos *“muros que nos separam”* (JRS, 2010: 20-38). Um projecto europeu *Detention of Vulnerable Asylum Seekers* (DEVAS), refere vários problemas em instalações de acolhimento, como problemas de higiene em instalações sanitárias e cozinhas, sensação de prisão derivado a ambiente isolado, insatisfação de alimentação, níveis de stress elevados e aproveitamento de empresas gestoras para fazerem negócio<sup>150</sup> à custa da miséria dos outros, como aconteceu em Itália pelos centros de migrantes. Esta corrupção mafiosa de desvios de capitais e falta de salubridade deve ser punida e supervisionada pelo Estado acolhedor e por Instituições internacionais.

Outro tópico importante sobre este tema está relacionado com a integração das pessoas na sociedade, cultura e costumes de forma a evitar-se a guetização de espaços que por subsequência cria isolamento e lugares inseguros.

Nesse seguimento, deverá ter-se em consideração, as vantagens de acolher e dinamizar espaços urbanos desocupados ou aldeias e vilas com pouca população ou desertificadas, solução que pode ser aplicado em muitos países da União Europeia.

Segundo Guterres<sup>151</sup>, é necessário organizar, receber, controlar e distribuir melhor estas pessoas, e a *“reinstalação é uma ótima resposta, mas há pessoas que só querem é regressar a casa”*. Melhorando o controlo e o acolhimento, a distribuição poderá ser desnecessária, uma vez que existirá um local alternativo num país limítrofe, e não distante de casa, num terceiro país.

## 5.2 MODELO E ZONAS CONCEPTUAIS

Os modelos conceptuais são a resposta obtida de acordo com as especificações na linha do tempo e indicadores do projecto Esfera (2011) e padrões do ACNUR (ver Anexo A). As soluções urbanas são baseadas em propostas já testadas em outros registos, como por exemplo, as cidades coloniais em que era necessário dar uma resposta expedita (Rocca, 2002) ou as cidades jardim (Howard, 1996 [1902]) com várias distribuições para permitir uma melhor qualidade de vida e organização espacial. Nestes modelos não é pretendido que exista uma ampliação do espaço por causa da segurança e do conceito de comunidade/vizinhança, quando a lotação ficar completa deverá ser criado outro modelo idêntico, tal como acontece nas cidades satélites de Howard. Os abrigos numa fase inicial serão colocados de uma forma

<sup>150</sup> Quando os migrantes em Itália se tornam um negócio. In *Euronews*. 04 Abril 2016. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2016/04/08/quando-os-migrantes-em-italia-se-tornam-um-negocio/>. Consultado em 3 de Junho de 2016.

<sup>151</sup> RTP - Grande Entrevista (IX) - Episódio 1 António Guterres. In *RTP Play*. 06 Janeiro 2016. Disponível em: <http://www.rtp.pt/play/p2234/e219989/grande-entrevista>. Consultado em 11 de Fevereiro de 2016.

organizacional, no entanto, posteriormente poderão ser dispostos de outra forma, consoante a evolução e vontades/necessidades das pessoas.

Foram elaborados dois tipos modelos: um de malha ortogonal, e outro de malha radiocêntrica que se descrevem a seguir.

### MALHA ORTOGONAL

Na solução conceptual de malha ortogonal com um total de 90 ha (45 m<sup>2</sup>/p x 20.000 pessoas), alcançou-se 38,63 m<sup>2</sup> por pessoa, 258,84 habitantes por hectare e ocupação do solo em cerca de aproximadamente 28 %. A divisão (percentual) foi distribuída por oito grandes grupos: Zonas de serviço 4%; Abrigos temporários 39%; Equipamentos e Espaços de lazer 5%; Possibilidades de expansão 4%; Espaços verdes 2%, Espaços agrícolas 17%, Zonas empresariais 4%, Rede de acessos 25%.

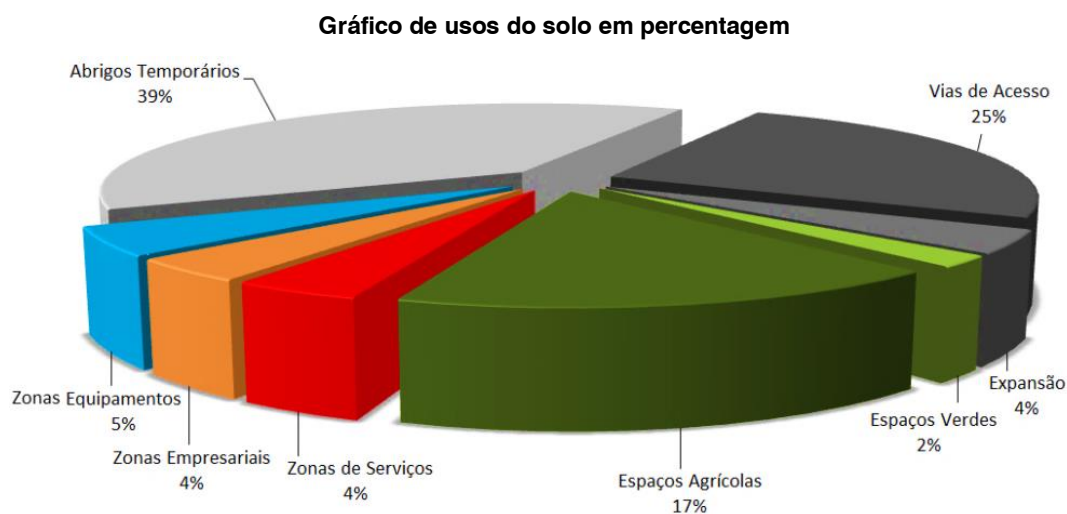


Fig. 54 - Percentagem de usos do solo em malha conceptual ortogonal (Autor: 2016).

As vias principais são dimensionadas com 30m de largura, segundo descrição de arquitecto Per Iwansson em Hagadera, visa permitir uma melhor rede de acessos e drenagens (ver apêndice G). As secundárias com 15 e 9m e as terciárias com 6 e 2,5m.

Os equipamentos e serviços são colocados na zona central do assentamento, para permitir uma maior centralidade e facilitar as deslocações entre si:

- O comércio e mercado local são localizados no centro circular, zona de confluência das vias principais.
- As escolas (crianças e adultos), postos de saúde (físico e mental), zonas religiosas (diversas) e comunicação são situados na primeira zona, junto aos espaços verdes.
- Os restantes equipamentos e serviços são posicionados na segunda zona adjacente dos abrigos familiares, estando organizados consoante os tipos de usos.
- A organização gestora fica próximo das ONG, os espaços lúdicos adjacente aos desportivos e aos parques infantis, a zona de distribuição próximo das zonas de mercado e a zona empresarial junta tanto empresas internacionais como locais.

A zona agrícola é localizada entre as zonas habitacionais e o cinturão verde ou *buffer zone*, por uma estratégia de aproximação com as habitações. O cinturão verde é a

ultima zona e serve para estancar o crescimento da cidade e produzir florestação para benefício das pessoas.



Fig. 55 – Modelo de malha conceptual ortogonal (Autor, 2016).

A zona modelo, divide-se por quatro zonas com três distritos e treze grandes conjuntos de comunidades (ver figura 56). Por cada zona habitacional estimam-se 5.824 pessoas (máximo de quatro por abrigo) em 1.456 abrigos num total de 23.296 pessoas e 5.824 abrigos. Podendo ser planeadas 364 latrinas e depósitos de água, num total de 1.456 unidades, que serão colocados numa fase inicial.

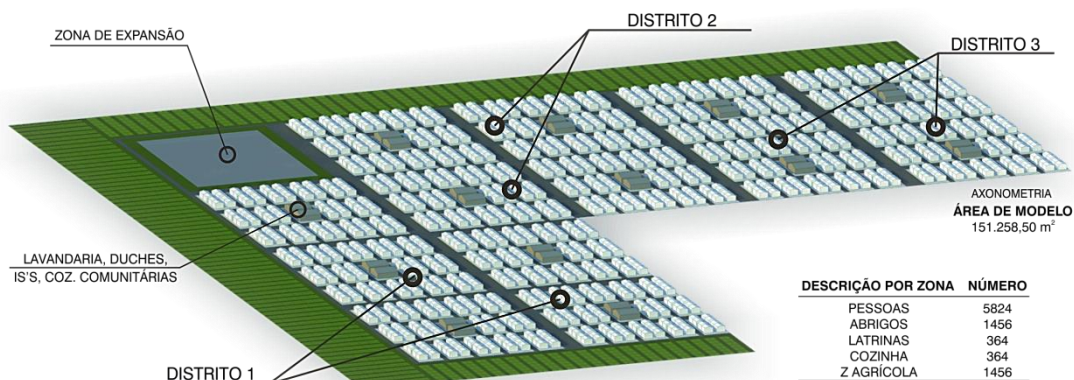


Fig. 56 – Pormenor de modelo de zona ortogonal (3 distritos) (Autor, 2016).

Numa fase inicial, no centro de cada comunidade é colocado um equipamento para lavagens de roupa, duchas, instalações sanitárias e cozinhas comunitárias, que posteriormente poderá ser transformado numa praça por exemplo.

Em caso de remoção do equipamento, os materiais podem ser reutilizados nas bolsas de expansão, que estão localizadas em cada canto da malha. O espaço deve ser apropriado pela comunidade para diferentes usos que entendam ser pertinentes ou necessários no local.

A zona agrícola está repartida pelo número total de abrigos, mas a esse valor pode ser adicionado o valor da comunidade, caso seja mais apropriado criar uma horta comunitária.

Tabela 5: Estimativa orçamental da solução ortogonal <sup>152</sup>

Itens	Descrição	Unidades	Quantidades	Valor Global (€)	% Valor Global	
<b>Solução Ortogonal</b>						
Encargos	Urbanização	Movimento de Terras	m3 solo	243.000	2.430.000	6,08
		Infra-estruturas	m2 solo	225.000	15.750.000	39,40
		Áreas Verdes	m2 solo	18.000	540.000	1,35
		Áreas Agrícolas	m2 solo	153.000	1.530.000	3,83
	Edificado	Abrigos	un abc	5.824	10.774.400	26,95
		Equipamentos Públicos	m2 abc	40.500	6.075.000	15,20
		Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	28.800	2.880.000	7,20
Total dos Custos				39.979.400 €	100%	
Provetos	Arrendamento Anual	Abrigos	un abc	5.824	698.880	65,12
		Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	28.800	374.400	34,88
		Total de Receitas de Arrendamento			1.073.280 €	100%
	Venda	Abrigos	un abc	5.824	10.774.400	55,50
		Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	28.800	8.640.000	44,50
Total de Receitas de Vendas				19.414.400 €	100%	
Saldo (custos - receitas de vendas)				20.565.000 €	100%	
Valor dividido pelo tempo de execução do Programa (10 anos)				2.056.500 €	10%	

(Autor, 2016).

Mediante estimativa, os custos mais elevados são despendidos nas infra-estruturas e nos abrigos com 66,35%, contudo, estes valores puderam ser reduzidos, caso exista desobstruções morfológicas e alternativas nas escolhas dos materiais.

Os arrendamentos pagam o projecto total num período de 40 anos e as vendas dos abrigos, espaços de comércio, indústria e serviços, aferem valores que baixaram o investimento para cerca de metade.

Os custos totais devem ser parcelados durante um período de 10 anos, conforme planeado no *timeline*, possibilitando um autofinanciamento da cidade. De acordo com os resultados analisados (tabela 2), estes valores actualmente são possíveis de serem financiados, embora tenha que existir um desvio elevado do valor total por País.

#### MALHA RADIOCONCÊNTRICA

Na solução conceptual de malha radioconcêntrica a divisão (percentual) foi distribuída por seis grandes grupos, num total de 90 ha, com 67,32 m<sup>2</sup> por pessoa, 148,53 habitantes por hectare e ocupação do solo em cerca de aproximadamente 20%.

Na totalidade de 100%, cerca de aproximadamente consiste em: Zonas de serviço 4%; Abrigos temporários (dois grupos) 29%; Equipamentos e Espaços de lazer 4%; Possibilidades de expansão 5%; Espaços verdes 5%; Espaços agrícolas 11 %; Zonas empresariais 5%; Rede de acessos 37% (valor muito elevado, devido à forma e funcionalidade do modelo).

<sup>152</sup> Os dados apresentados são de acordo com os padrões Portugueses e os valores inscritos nesta tabela são aproximações ao mercado Português.

Gráfico de usos do solo em percentagem

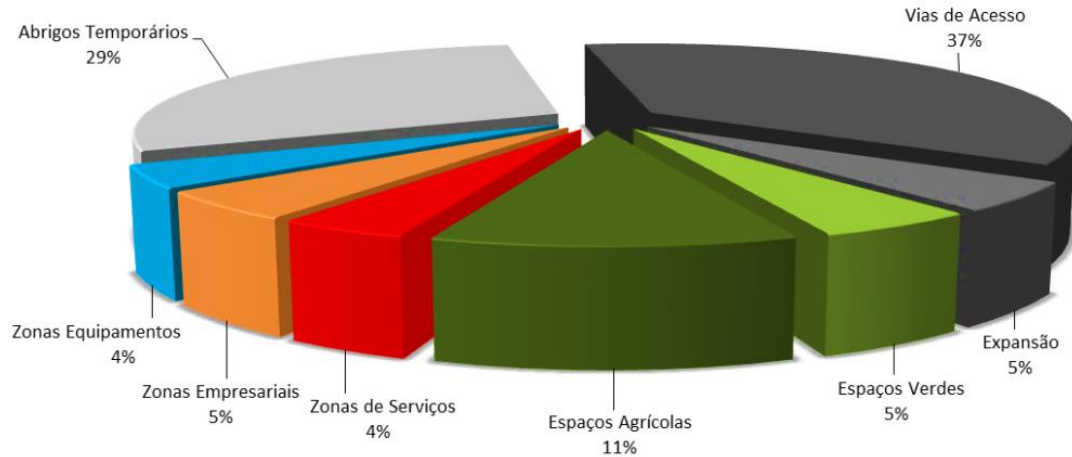


Fig. 57 - Percentagem de usos do solo em malha conceptual radioconcêntrica (Autor: 2016).

As vias principais são dimensionadas com a mesma largura de 30m, as secundárias com 20, 15 e 9m e as terciárias com 6 e 2,5m.

Os serviços, zonas religiosas (diversas) e comunicação são colocados na zona central da planta, para permitir uma maior centralidade e facilitar as deslocações entre si. O comércio e o mercado local são localizados depois dos serviços.

As escolas (crianças e adultos), parques infantis, postos de saúde (físico e mental), espaços desportivos, ONG e espaços verdes são colocados entre as zonas de habitação.

A zona empresarial internacional e local e os mercados são situados entre as zonas habitacionais e o cinturão verde.

A zona agrícola fica entre as zonas empresariais e o *buffer zone*, por uma estratégia de localização laboral. O cinturão verde estabelece a última zona e serve para estancar o crescimento da cidade e produzir florestação para benefício das pessoas.

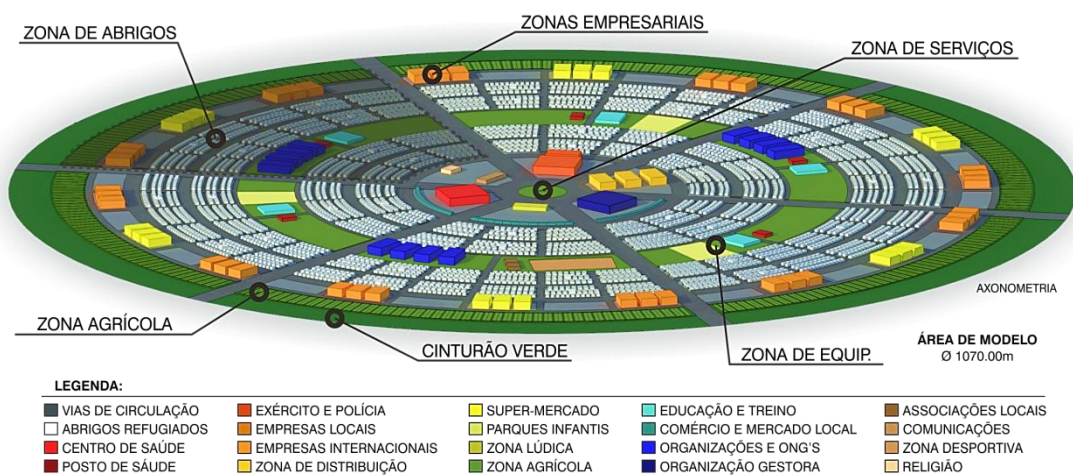


Fig. 58 - Modelo de malha conceptual radioconcêntrica (Autor, 2016).

A zona modelo, divide-se por seis zonas com três distritos e quatro grandes conjuntos de comunidades (ver figuras 59). Por cada zona habitacional são estimadas 2.228 pessoas (máximo de quatro por abrigo) num total de 13.368 pessoas e 557 abrigos

numa totalidade de 3.342. São planeadas 202 latrinas e depósitos de água num total de 1.212 unidades, colocados numa fase inicial.



Fig. 59 - Pormenor de modelo de zona radioconcêntrica (3 distritos) (Autor, 2016).

Numa fase inicial, no centro de cada comunidade é colocado um equipamento para lavagens de roupa, duches, instalações sanitárias e cozinhas comunitárias, que posteriormente poderá ser transformado numa praça, tal como acontece no modelo ortogonal.

Tanto na zona empresarial como na zona de equipamentos/espacos verdes existe a possibilidade de expansão pela comunidade para diferentes tipos de usos, caso seja pertinente implementar no local.

A zona agrícola também é repartida pelo número total de abrigos podendo-se adicionar o valor da comunidade, caso seja mais apropriado criar uma horta comunitária.

Tabela 6: Estimativa orçamental da solução radioconcêntrica <sup>153</sup>

Itens	Descrição	Unidades	Quantidades	Valor Global (€)	% Valor Global	
<b>Solução Radioconcêntrica</b>						
Encargos	Urbanização	Movimento de Terras	m3 solo	378.000	3.780.000	8,11
		Infra-estruturas	m2 solo	333.000	26.640.000	57,18
		Áreas Verdes	m2 solo	45.000	1.350.000	2,90
		Áreas Agrícolas	m2 solo	99.000	990.000	2,12
Encargos	Edificado	Abrigos	un abc	3.342	6.182.700	13,27
		Equipamentos Públicos	m2 abc	36.000	5.400.000	11,59
		Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	22.500	2.250.000	4,83
		Total dos Custos				46.592.700 €
Proveitos	Arrendamento Anual	Abrigos	un abc	3.342	401.040	57,83
		Comércio, Indústria e Serviços	m2 abc	22.500	292.500	42,17
	Total de Receitas de Arrendamento				693.540 €	100%
	Venda	Abrigos	un abc	3.342	6.182.700	47,81
Comércio, Indústria e Serviços		m2 abc	22.500	6.750.000	52,19	
Total de Receitas de Vendas				12.932.700 €	100%	
Saldo (custos - receitas de vendas)					33.660.000 €	100%
Valor dividido pelo tempo de execução do Programa (10 anos)					3.366.000 €	10%

(Autor, 2016).

<sup>153</sup> Os dados apresentados são de acordo com os padrões Portugueses e os valores inscritos nesta tabela são aproximações ao mercado Português.

A estimativa indica que somente nas infra-estruturas existe um custo de 57,81 pelo que se tomarão medidas para baixar o valor, através de alterações na rede de acessos.

Os custos totais deveram ser parcelados da mesma forma da solução ortogonal, e o valor continua a ser possível de ser financiado, embora se registre o mesmo problema percentual dos fundos.

### 5.3 DIAGRAMA TEMPORAL

O diagrama apresentado pretende explicar a possível execução dos abrigos familiares do programa por fases e num determinado período, e pode ser entendido por:

- Fornecimento de abrigos temporários convencionais pelos Estados ou organizações responsáveis. Duração do período de execução de três meses;
- Iniciação de montagem estrutural permanente com materiais da primeira fase e novos materiais doados. O revestimento do pavimento, paredes e cobertura será feito com as lonas ou plásticos fornecidos na fase anterior e adaptados à nova forma pretendida. Duração do período de execução de dois meses;
- Adição de revestimento interior permanente à estrutura, com materiais locais ou materiais doados. O revestimento exterior manter-se-á como na fase transacta. Duração do período de execução de oito meses;
- Finalização da construção de paredes permanentes, e aproveitamento das lonas ou plásticos para impermeabilizações. Duração do período de execução de doze meses;
- Conclusão do abrigo com cobertura e pavimento térreo, com materiais do local ou fornecidos por Estados ou organizações. As fachadas dos abrigos deverão ser personalizadas pelos habitantes, com pinturas ou materiais que entendam. Duração do período de execução de 96 meses;

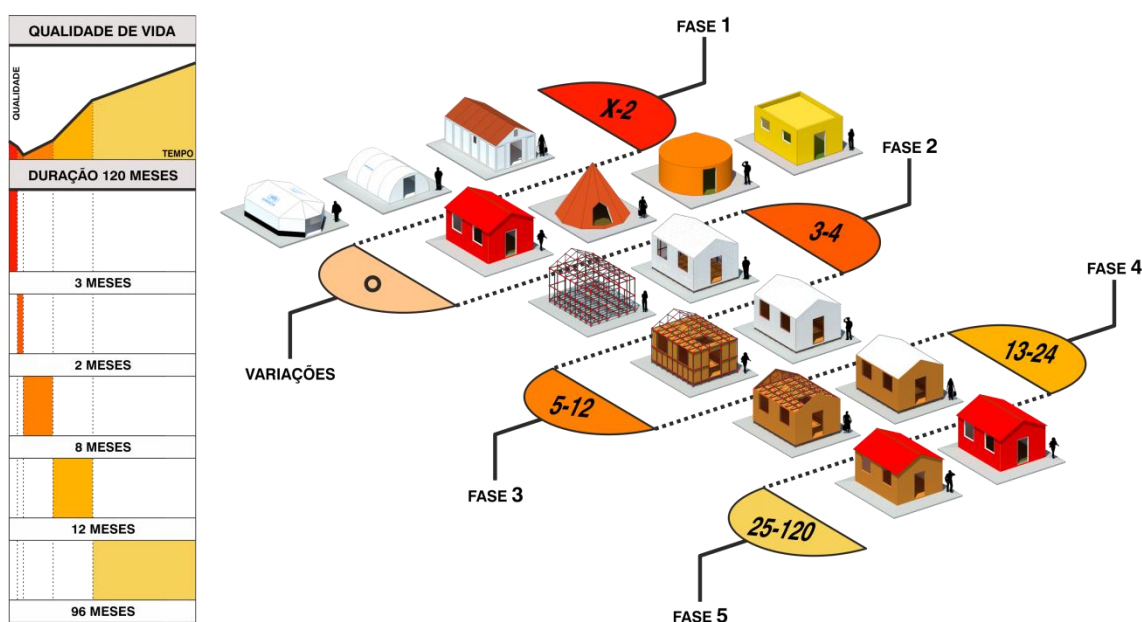


Fig. 60 – Diagrama temporal de execução de programa (Autor, 2016).

As variações são exemplos de algumas formas de abrigos que poderão ser empregados pelas pessoas no período antecedente à fase dois. Este critério é importante por causa das dissemelhantes zonas geográficas, condições climáticas, culturas e costumes das comunidades.

No caso de chegada de pessoas depois do início do faseamento deve-se começar pela implementação da segunda fase, visto não existir necessidade de montar um abrigo para ser desmontado de seguida.

## 5.4 EXPANSÕES E DETALHES DE ABRIGOS

### EXPANSÃO

Estes estudos são meramente conceptuais, onde pretende-se identificar um espaço flexível e adaptável a prováveis ampliações que podem acontecer, simultaneamente durante os faseamentos ou posteriormente consoante o tipo de fase ou vontade das pessoas. Os abrigos embora sejam conceptuais, entende-se que seja necessário identificar algumas dimensões como o abrigo com 20m<sup>2</sup>, 5m<sup>2</sup> por pessoa. As latrinas e instalações sanitárias com 4m<sup>2</sup> e as cozinhas igualmente com a mesma dimensão.

Este tipo de modelo é de característica linear, mas poderiam ser apresentados outros modelos com atributos concêntricos, dispersos ou híbridos (ver apêndice D), com ocupações no espaço diferentes, mas com desempenho espaciais “idênticos” ao exemplo demonstrado.

Na solução um, na fase inicial seriam fornecidos dois depósitos de água e elaboradas duas latrinas por um conjunto de oito famílias. Na fase intermédia seria executada individualmente as cozinhas, latrinas e instalações sanitárias por cada abrigo, e os depósitos seriam deslocados para outro local. Na fase final existiria a possibilidade de ampliação de um piso superior, que permitia a duplicação da área útil.

Na solução dois, a fase inicial teria a utilização dos mesmos recursos da primeira solução, com a ressalva que os abrigos são geminados em pares. Na fase precedente poderia agrupar-se os abrigos em um único abrigo, para corresponder às necessidades de uma família com um número maior de pessoas ou ainda comunidades alternativas.

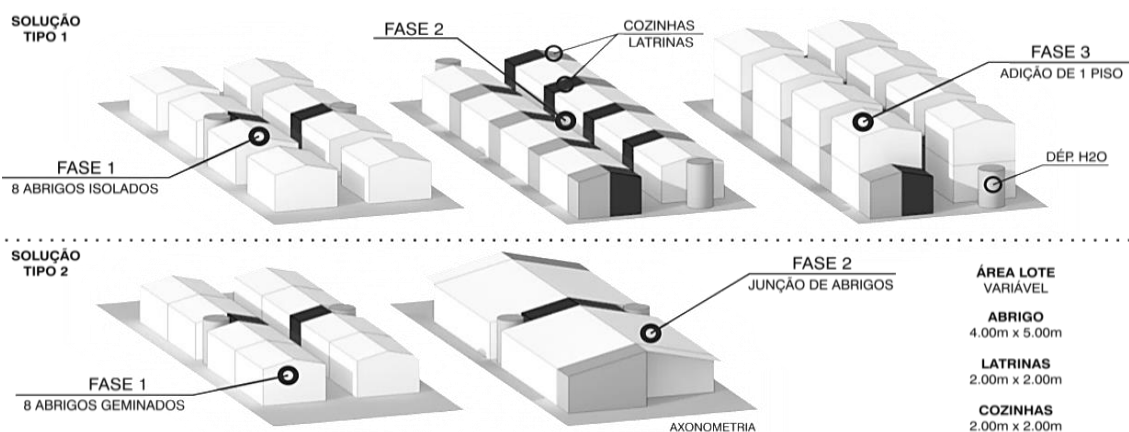


Fig. 61 – Esquema de 2 tipos de conjuntos possíveis para os abrigos (Autor, 2016).

A análise dos detalhes consiste em abranger distintas zonas geográficas no mundo e utilizar soluções de baixo custo e predominantemente com o uso de materiais locais. A solução construtiva será idêntica em todos os detalhes à exceção dos materiais utilizados.

O primeiro detalhe é elaborado com materiais mais apropriados para países desenvolvidos que tenham fácil acesso ao mercado de construção e a produtos obtidos por processos industrializados, mas de custo reduzido. A solução é composta da seguinte forma:

- Cobertura em chapas de fibrocimento sem partículas de amianto. A evitar o uso de chapas metálicas para prevenir possíveis problemas de oxidação e corrosão.
- Paredes, pavimentos e tectos em placas de aglomerado de partículas de madeira longas e orientadas OSB e/ou placas de aglomerado de cimento e madeira VIROC. Recomenda-se posteriormente a aplicação protectora de verniz ou tinta de diferentes especificações consoante o tipo de superfície (exterior/interior) a ser aplicado.
- Isolamentos térmicos em poliestireno extrudado XPS com uma espessura mínima nunca inferior a 40mm.
- Impermeabilizações concebidas através do reaproveitamento de materiais existentes impermeabilizantes utilizados nas fases anteriores, de acordo com o diagrama temporal dos abrigos.
- Estruturas executadas em perfis de aço galvanizado ou fibra de vidro GFRP ou ainda pela fabricação de peças por intermédio do processo *contour crafting* WASP 3D.

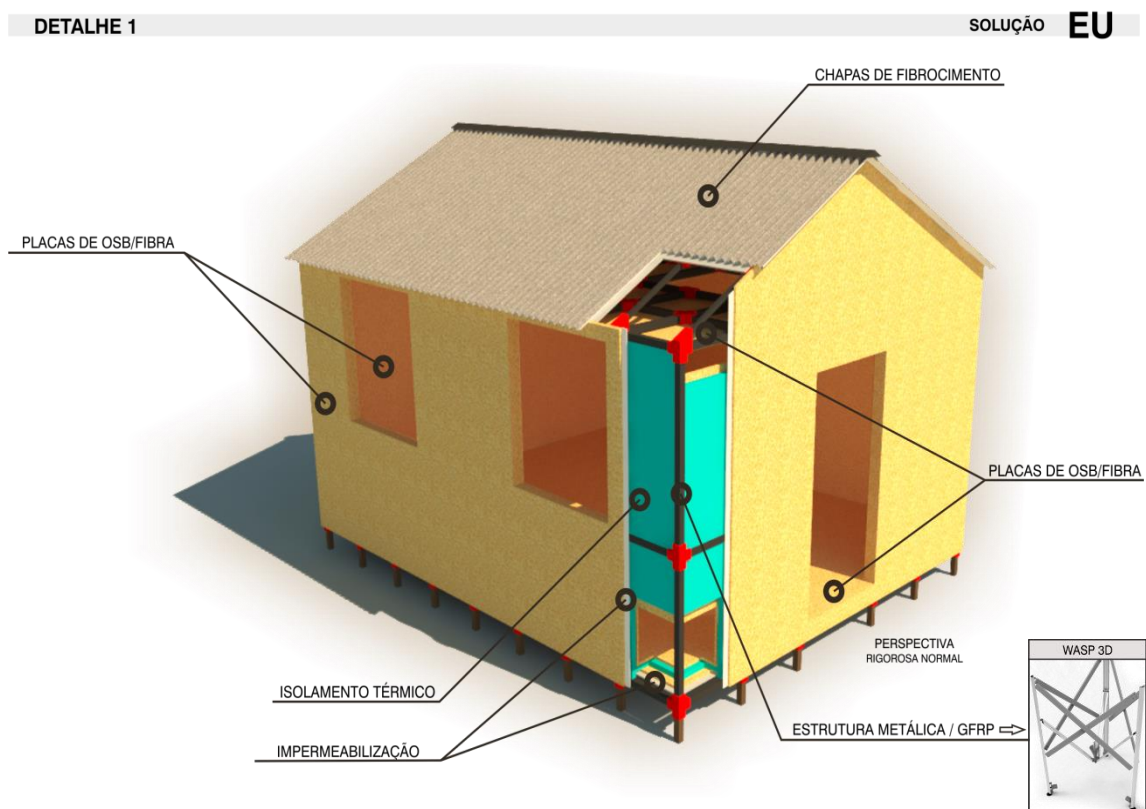


Fig. 62 - Detalhe construtivo 1 de abrigo da solução EU (Autor, 2016).

O segundo detalhe é elaborado com materiais direccionados para países onde exista algum acesso a produtos e materiais de construção e também onde não existam muitos recursos naturais. A solução é constituída da seguinte forma:

- Cobertura idêntica ao primeiro detalhe.
- Paredes em rede de malha solta e malha electrosoldada (malhasol) em ambas as faces, posteriormente preenchidas com britas, grânulos de poliestireno expandido devidamente compactadas, idêntico à proposta RE: BUILD.
- Pavimentos e tectos com a mesma solução do primeiro detalhe.
- Isolamentos térmicos obtidos pelos materiais de preenchimento das paredes e pavimentos, como britas e grânulos de poliestireno expandido.
- Impermeabilizações adquiridas através do mesmo processo do primeiro detalhe.
- Estruturas executadas com as mesmas soluções do primeiro detalhe.

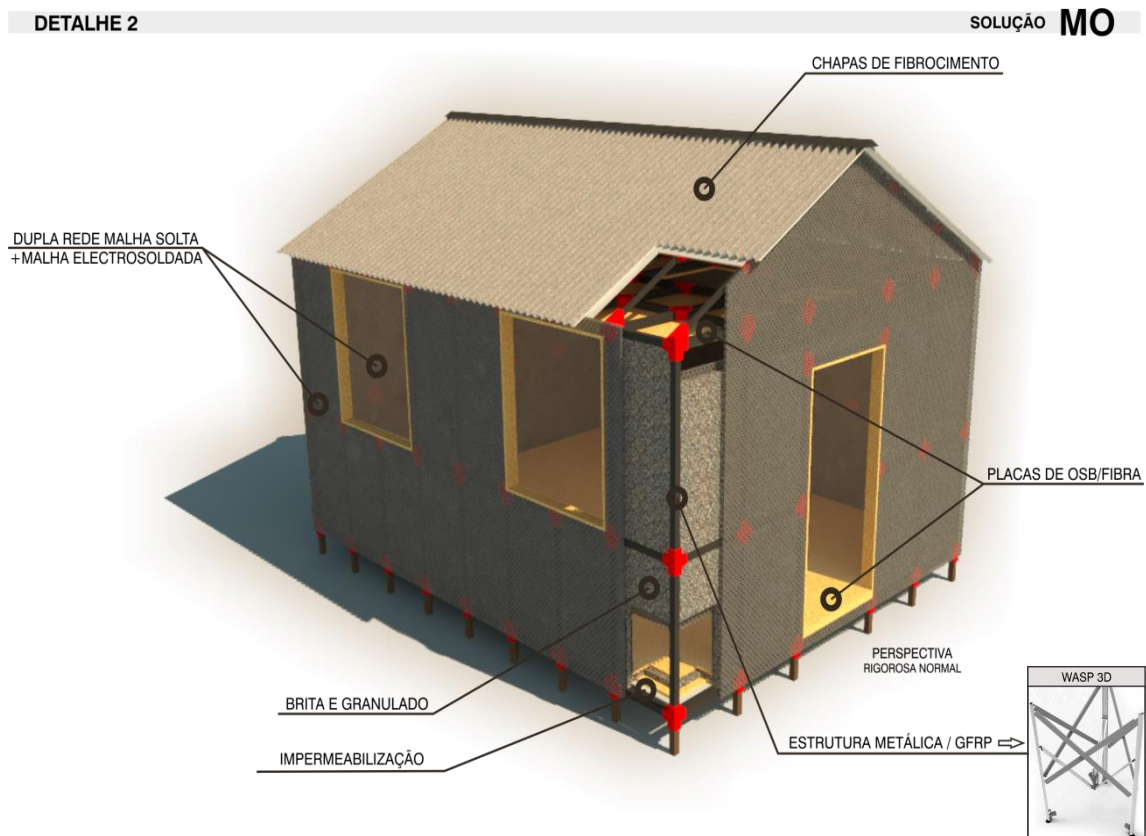


Fig. 63 – Detalhe construtivo 2 de abrigo da solução MO (Autor, 2016).

O terceiro detalhe é concebido com materiais direccionados para os países onde exista a facilidade de acesso aos recursos naturais e dificuldade de acesso a produtos e materiais de construção, que neste caso são as canas de bambu, um material local (onde exista) de baixo custo. A solução é composta da seguinte forma:

## PROPOSTA

- Cobertura em canas de bambu natural, devidamente tratadas por processo de “cura” (fogo ou água) e fixadas à estrutura e entre si. Recomenda-se posteriormente a aplicação protectora com verniz por exemplo.
- Forro exterior da parede em canas de bambu natural, devidamente tratadas e fixadas à estrutura e entre si. Recomenda-se posteriormente à aplicação protectora como nas coberturas.
- Forro interior (opcional) em madeira local, por processos manuais de fabrico, incluindo tratamentos e protecções da madeira, contra fungos xilófagos e outros.
- Pavimentos e tectos (opcional) em madeira local, por processos manuais de fabrico, incluindo tratamentos e protecções da madeira, contra fungos xilófagos e outros.
- Isolamentos térmicos obtidos pelas canas de bambu que têm um excelente comportamento térmico, derivado a bolsa de ar entre a camada externa e interna. (Barboza; Barbitato; Silva, 2008: 122).
- Impermeabilizações adquiridas através do mesmo processo dos detalhes anteriores.
- Estruturas executadas em madeira local, por processos manuais de fabrico e tratadas contra fungos xilófagos e outros.

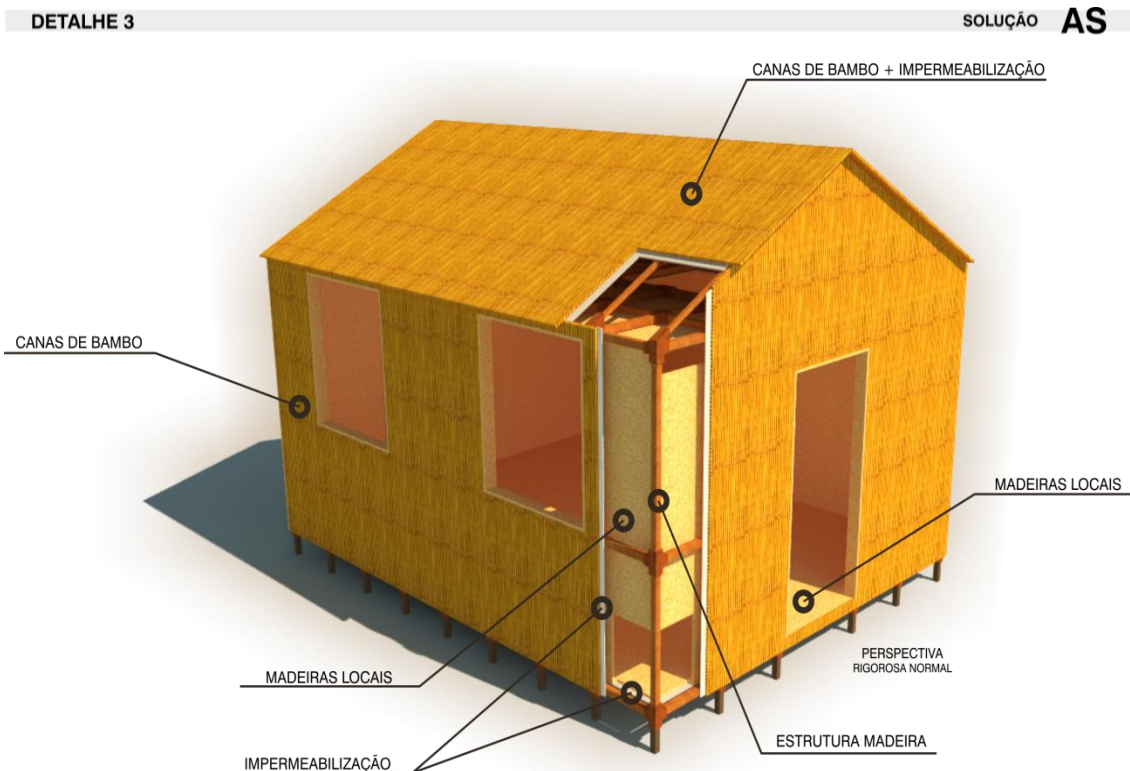


Fig. 64 – Detalhe construtivo 3 de abrigo da solução AS (Autor, 2016).

O quarto detalhe é elaborado por materiais direccionados para os países onde exista facilidade de acesso aos recursos naturais, como as argilas e madeiras locais (onde exista) de baixo custo e dificuldade de acesso a outros produtos e materiais de construção. A solução é constituída da seguinte forma:

- Cobertura de colmo (palha) preenchendo a superfície total nos planos aplicados, incluindo adição após colocação do colmo em materiais orgânicos, como solo argiloso ou estrume.
- Paredes estruturadas em malha com madeiras locais e barro ordinário com palha (adobe / taipa). Revestimento final com camada de argila.
- Pavimentos e tectos (opcional) com a mesma solução do terceiro detalhe.
- Isolamentos térmicos obtidos pelo adobe / taipa que atinge um excelente comportamento térmico.<sup>154</sup>
- Impermeabilizações adquiridas através do mesmo processo dos detalhes anteriores.
- Estruturas executadas com a mesma solução do terceiro detalhe.

## DETALHE 4

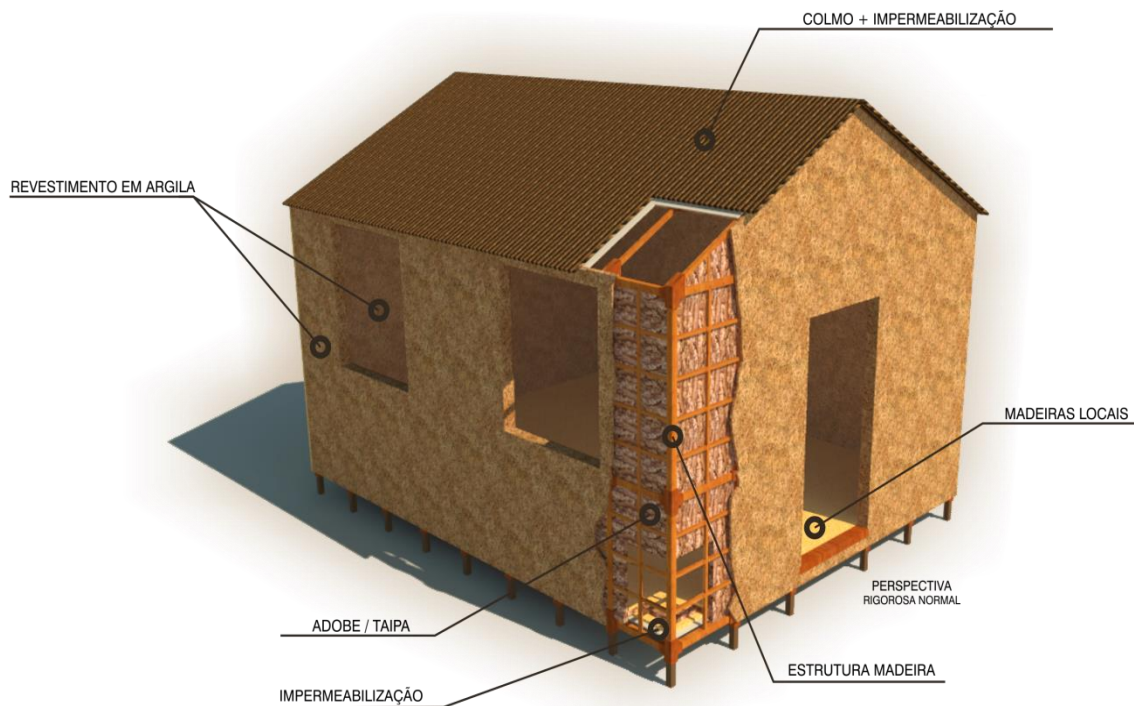
SOLUÇÃO **AF**

Fig. 65 – Detalhe construtivo 4 de abrigo da solução AF (Autor, 2016).

<sup>154</sup> Paredes - Departamento de Engenharia Civil, Arquitectura e Georrecursos. In *Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa*. 04 Abril 2016. Disponível em: <http://www.civil.ist.utl.pt/~joaof/tc-cor/17%20Paredes%20-%20COR.pdf>. Consultado em 10 de Junho de 2016.

COEFICIENTE DE TRANSIÇÃO TÉRMICA DE SOLUÇÕES<sup>155</sup>

$$R = \frac{\text{"espessura"}}{\lambda}$$

$$U = 1/(R_{si} + \sum_j R_j + R_{se})$$

$$R_{si} = 0,04 \mid R_{se} = 0,13 \text{ (Santos; Matias, 2006: I.3)}$$

## SOLUÇÕES ACNUR

$$\lambda = 0,5 \text{ (Polietileno de Alta densidade)} + \lambda = 0,17 \text{ (Cloreto de polivinilo)}$$

$$R_t = 0,005/0,5 \cong 0,1 \text{ m}^2 \cdot \text{°C/W} \text{ (ver figuras 36-37)}$$

$$R_t = 0,005/0,17 \cong 0,029 \text{ m}^2 \cdot \text{°C/W} \text{ (ver figura 39)}$$

$$U = 1/(0,04 + 0,1 + 0,13) \cong 3,703 \text{ W/m}^2 \cdot \text{°C} \text{ (ver figuras 36-37)}$$

$$U = 1/(0,04 + 0,029 + 0,13) \cong 5,025 \text{ W/m}^2 \cdot \text{°C} \text{ (ver figura 39)}$$

## SOLUÇÃO EU

$$\lambda = 0,13 \text{ (OSB)} + \lambda = 0,04 \text{ (XPS)} + \lambda = 0,13 \text{ (OSB)}$$

$$R_t = 0,018/0,13 + 0,04/0,04 + 0,018/0,13 \cong 1,277 \text{ m}^2 \cdot \text{°C/W}$$

$$U = 1/(0,04 + 1,277 + 0,13) \cong 0,783 \text{ W/m}^2 \cdot \text{°C}$$

## SOLUÇÃO MO

$$\lambda = 50 \text{ (Aço)} + \lambda = 2 \text{ (Brita)} + \lambda = 0,06 \text{ (grânulos leves P.E.)}$$

$$R_t = 0,005/50,00 + 0,05/2,00 + 0,02/0,06 \cong 0,358 \text{ m}^2 \cdot \text{°C/W}$$

$$U = 1/(0,04 + 0,358 + 0,13) \cong 1,894 \text{ W/m}^2 \cdot \text{°C}$$

## SOLUÇÃO AS

$$\lambda = 0,195 \text{ (Bambu)} + \lambda = 0,025 \text{ (Gás Ar)} + \lambda = 0,13 \text{ (OSB)}$$

$$R_t = 0,035/0,195 + 0,02/0,025 + 0,018/0,13 \cong 1,118 \text{ m}^2 \cdot \text{°C/W}$$

$$U = 1/(0,04 + 1,118 + 0,13) \cong 0,776 \text{ W/m}^2 \cdot \text{°C}$$

## SOLUÇÃO AF

$$\lambda = 0,04 \text{ (Argila)} \times 2 + \lambda = 1,1 \text{ (Abode / Taipa)} + \lambda = 0,13 \text{ (Madeira densa)}$$

$$R_t = 0,02/0,04 + 0,04/1,1 + 0,005/0,13 + 0,02/0,04 \cong 1,075 \text{ m}^2 \cdot \text{°C/W}$$

$$U = 1/(0,04 + 1,075 + 0,13) \cong 0,803 \text{ W/m}^2 \cdot \text{°C}$$

O coeficiente de transmissão térmica com menor resultado é o que tem melhor isolamento, que neste caso é a solução número 3 - AS. Os resultados das soluções ACNUR são muito distintas para qualquer das soluções propostas, sendo cinco vezes superior o valor mais baixo entre as tendas ACNUR e as soluções propostas.

Uma parede *standard* (dois tijolos cerâmicos furados de 11cm, mais isolamento XPS 40mm e caixa-de-ar de 30mm), contabiliza cerca de aproximadamente  $0,60 \text{ W/m}^2 \cdot \text{°C}$ .

<sup>155</sup> ( $\lambda$ ) dos materiais consultado em: Santos, P.; Matias, L. (2006: i.2-11).

## 5.5 SÍNTESE REFLEXIVA

A proposta apresentada visa ultrapassar diversas dificuldades relacionadas com a qualidade de vida e o bem-estar dos refugiados.

Numa primeira fase foi necessário entender as restrições inerentes, como dificuldades em trabalhar, mobilidade, acesso à educação, saúde, espaços de lazer, espaços públicos e outros.

Posteriormente com o levantamento cuidadoso desses dados desenvolveu-se um *timeline* / linha do tempo, que define um programa de implementação de soluções a serem aplicadas, com intuito de alcançar um espaço auto-sustentável e independente. A solução que existe actualmente está comprovada ser ineficiente a períodos de média/longa duração como são os casos dos conflitos. No entanto para que a solução apresentada seja posta em prática é necessário que exista um entendimento entre a comunidade internacional e o país de acolhimento

Esse entendimento pode ser comprovado pela criação de mais-valias, como por exemplo, doações financeiras pela comunidade internacional, arrendamento e requalificação de espaços, aumento de taxa de natalidade, mão-de-obra qualificada, conhecimentos partilhados e aumento de PIB a médio prazo.

Os modelos e zonas conceptuais foram projectados com uma área total semelhante, mas com geometrias distintas para a obtenção de resultados diferentes para exemplificar que é possível criar outras formas sem desrespeitar o conceito inicial, uma vez que na prática é provável que existam limitações que vão alterar o desenho, como condições morfológicas, climáticas, financeiras, culturais e outras.

Embora a solução ortogonal tenha uma densidade populacional e construtiva superior, o seu custo deverá ser inferior derivado à forma geométrica ortogonal e rapidez nos processos de trabalhos.

A solução radioconcêntrica por outro lado poderá permitir uma melhor qualidade de vida, mais espaços verdes e diferentes possibilidades de expansões. Os equipamentos públicos e centralidade de serviços e comércio são mais distantes das zonas habitacionais, mas estão mais perto entre si. As zonas industriais e agrícolas permitem uma melhor rede com o exterior sem existir necessidade de deslocações para o centro da cidade.

Ambas as soluções têm mais-valias, mas uma vez que a contenção de custos e necessidade de uma resposta rápida são indispensáveis, a solução ortogonal poderá ser a mais indicada, mas poderá não ser a correcta. A qualidade de vida a médio prazo pode ser afectada, derivado a menor áreas de expansão e reduzidos espaços verdes (ver gráficos de usos de solo) e ainda possíveis problemas de tráfego e túneis de ventos, por exemplo.

Nas estimativas apurou-se que caso seja financiado \$ 150.000.000 anuais (ver subcapítulo 3.4) para abrigos e infra-estruturas, consegue-se construir em soluções

ortogonais aproximadamente 66 cidades<sup>156</sup> para acolher cerca de aproximadamente 1.540.000 pessoas (\$ 97 por pessoa). Para soluções radioconcêntricas o número é mais reduzido, cerca de 40 cidades<sup>157</sup> para alojar cerca de aproximadamente 530.000 pessoas (\$ 283 por pessoa).

O diagrama temporal identifica as diferentes fases propostas para a execução do abrigo permanente e ressalva que existem diferentes tipos de materialidades que podem ser executadas com um desperdício mínimo de materiais.

Não se trata de um modelo rígido pois se está num contexto de incerteza em que tudo deve ser adaptado, consoante o número de pessoas, comunidades, interesses, entre outros. Indicam-se dados de característica linear que puderam servir como referência, para um desenvolvimento do espaço.

Os detalhes construtivos identificam possíveis métodos e materiais com melhor comportamento térmico que podem ser aplicados em diferentes locais no mundo e comprovam a sua exequibilidade independente da solução escolhida.

---

<sup>156</sup> Câmbio de moeda (Euro 2.056.500 € / 3.366.000 € – USD \$ 2.266.450 / \$ 3.709.630). *In OANDA*. 28 Junho 2016. Disponível em: <https://www.oanda.com/lang/pt/currency/converter/>. Consultado em 28 de Junho de 2016.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

## CONCLUSÃO

### CONCLUSÕES FINAIS

Este trabalho teve como objectivo a busca de uma solução para a problemática dos refugiados e perceber se a arquitectura ou o urbanismo poderiam dar essa resposta, tanto para as questões da actualidade como para futuros desenvolvimentos.

A recolha e análise de informação sobre o tema permitiram um maior conhecimento sobre a problemática na generalidade, e mostraram o desinteresse da maioria dos países desenvolvidos na procura de soluções e os interesses geradores dos conflitos que não querem saber da vida das pessoas refugiadas.

O capítulo do enquadramento histórico descreve por um lado as origens do problema e os vários conflitos registados nos dois últimos séculos a criação de leis e medidas pela comunidade internacional para proteger as vítimas desses conflitos / desastres naturais.

No capítulo da cidade, estudos teóricos de Lefebvre, Harvey, Agier e outros, defendem o **direito à cidade** e ao **habitat** digno que têm vindo a ser reconhecidos pela comunidade internacional e pelos Estados por intermédio de conferências, cartas e agendas. A releitura dos paradigmas arquitectónicos e urbanísticos permitiu compreender o seu contributo na resolução dos problemas da cidade de forma mais ou menos equilibrada e sustentável, com suporte em soluções espaciais e morfológicas operativas para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Neste procurou-se entender o alcance de diferentes conceitos como a cidade jardim de Howard ou a cidade moderna, racionalista e funcional da carta de Atenas de 1933, ou a cidade coerente da Carta de Atenas de 1998/2003, entre outros.

A aproximação à cidade marginal, permitiu compreender que os bairros ditos “informais” têm similitudes com os campos e acampamentos onde são acolhidos os refugiados. As precárias condições habitacionais, traduzem a sujeição de quem lá vive aos interesses económicos dominantes, embora seja numa menor escala que nos campos de refugiados.

As referências aos retornados e aos reassentamentos identificaram possíveis vantagens para o Estado de acolhimento em acolher as pessoas refugiadas, valorizando os seus conhecimentos e aptidões adquiridas, profissionais, sociais, culturais e humanas. Importa também compreender as suas diferentes situações e necessidades. Alguns refugiados não querem ir para um terceiro país e preferem permanecer num país limítrofe perto do seu País de origem, onde as questões de discriminação e integração por parte das comunidades locais não serão tão “violentas”.

No terceiro capítulo estudaram-se diferentes situações nos campos e acampamentos e compreendeu-se os problemas relacionados com a falta de qualificação de espaços urbanos e habitação. As condições básicas estão por resolver, os problemas de salubridade e saneamentos são precários, a falta de equipamentos e espaços de

lazer imperam, a mendigação e dependência são um problema transversal em todos os casos consultados. Como excepção identificou-se o caso de *Elbeyli* na Turquia que apesar da sua dependência, mostra alguma qualidade de vida, e o caso de Sichuan na China, na sequência do desastre natural, onde passado cinco anos as pessoas voltaram à “normalidade” numa nova cidade.

Tendo em conta o investimento efectuado pela comunidade internacional e pelos países de acolhimento onde existem campos de refugiados, entende-se que esse esforço financeiro poderia ser aplicado para a criação de espaços sustentáveis que permitisse uma melhor qualidade de vida. Garantindo as mínimas condições para uma, vida auto-suficiente com vias de acesso, espaços públicos, espaços verdes, espaços agrícolas, equipamentos qualificados, entre outros.

Esta reflexão geral permitiu responder à questão inicial sobre o contributo da arquitectura e do urbanismo para minorar este problema. A proposta elaborada a partir de modelos conceptuais que se inspiram em paradigmas anteriores constitui uma resposta à questão de partida.

Afloraram-se outras respostas como a reconstrução da cidade pós conflito e a instalação dos refugiados em locais urbanos devolutos ou aldeias/vilas com pouca população ou desabitadas.

A criação de **idades instanciadas**, que aqui se propõem constitui uma alternativa quer para às pessoas refugiadas que actualmente vivem em condições miseráveis e desumanas, quer para a população do país de acolhimento que se opõe a receber os refugiados no seu País ou ainda Estados limítrofes de acolhimento que estão com problemas de gestão nas actuais soluções (campos de refugiados).

Compreender o problema como um todo, constitui a base do trabalho. Durante esse processo houve alguma desmotivação, devido à dificuldade de pensar num problema desta escala, que no entanto, não foi impeditiva para responder e delinear-se uma estratégia de actuação.

As análises documentais, entrevistas e conversas, observações directas e a prática das pessoas no local, permitiram compreender o fenómeno em múltiplas dimensões. Com a análise de todos estes dados retiraram-se algumas conclusões e considerou-se que afinal a ambição inicial se podia transformar numa resposta assertiva.

Procurou-se a melhor forma de abordar e resolver o problema. Por exemplo, aperfeiçoar o abrigo temporário de acordo com as características indicadas pelas organizações ou Estados, não será suficiente para dar comodidade para quem tem que viver em condições “temporárias” durante anos. Ressaltam nos campos, a falta de condições de salubridade, saneamentos e abastecimentos de água, os deficientes espaços públicos e equipamentos e ainda os problemas de inclusão e interacção.

Estas questões conduziram a um percurso que aposta na permanência de média/longa duração, num espaço com segurança e qualidade de vida. Trata-se de pensar o espaço, na linha de um urbanismo operativo e evolutivo de resposta rápida e com soluções auto-sustentáveis, qualificadas, com espaços públicos, espaços agrícolas, espaços verdes, equipamentos, serviços e trabalho para atender às

necessidades das pessoas. Em suma de criar as condições para o direito à cidade e para uma permanência duradoura.

De acordo com estes dados a habitação, também tem que ser alterada e pensada para acompanhar a nova concepção urbana. Todavia considerou-se que não havia necessidade de definir o abrigo, apenas o faseamento, as construções da comunidade e os tipos de detalhes possíveis para comprovar a sua exequibilidade. A função da definição do abrigo pertence aos seus futuros habitantes segundo o processo de autoconstrução e de acordo com o manual "PASSA"<sup>158</sup>.

A proposta apresentada constituiu uma alternativa viável, aos actuais campos de refugiados, provando ser uma mais-valia para os refugiados e para o país de acolhimento. Os cálculos realizados mostram que num período de dez anos, com um financiamento anual de cerca de 5.737.635.000 € para abrigos e infra-estruturas, é possível colmatar o número total de deslocados (65 milhões), sendo necessário criar 2790 cidades instanciadas de modelos ortogonais, com um custo de 88 € por pessoa.

As vantagens identificadas são: melhoria da qualidade de vida, independência, requalificação e rentabilização do espaço arquitectónico e urbano, conhecimentos partilhados, mão-de-obra qualificada, multiculturalidade, redução de investimento pela comunidade internacional a médio prazo, aumento do PIB a médio prazo no país de acolhimento.

As limitações deste trabalho estão na falta de um estudo prático experimental da solução. A dependência com outros sectores também poderá ser um problema para que a proposta alcance os resultados apresentados.

O aprofundamento desta pesquisa requer por um lado uma maior recolha e análise de dados de documentos, publicações e de visitas aos campos, e por outro, verificar a exequibilidade para o desenvolvimento do modelo na prática, em diferentes contextos e zonas geográficas.

Este tema requer ademais grande discussão ao nível disciplinar e entre várias disciplinas quer para aprofundamento dos mecanismos de solução que terá de atender às suas várias dimensões quer para maior sensibilização para a problemática nomeadamente no meio dos arquitectos e urbanistas. Neste sentido como contribuição para a discussão do tema na Faculdade de Arquitectura, colaborou-se, no quadro do Gestual, na organização de um seminário interdisciplinar sobre o tema, onde se apresentou e colocou à discussão os conteúdos desta dissertação (ver apêndice L).

---

<sup>158</sup> PASSA, Participatory Approach for Safe Shelter Awareness 2011, *In IRFC*. Disponível em: <http://www.ifrc.org/PageFiles/95526/publications/305400-PASSA%20manual-EN-LR.pdf>. Consultado em 29 de Maio de 2016.

## BIBLIOGRAFIA

## REFERÊNCIAS

ACNUR (2000) **A situação dos refugiados no mundo, Cinquenta anos de acção humanitária**. Almada: A triunfadora – Artes gráficas, 345.

Agiar, M. (2015a) O direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**. Volume XXI, n.3, 483-98.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (2015b) **Migrações, descentramento e cosmopolitismo. Uma antropologia das fronteiras**. São Paulo/ Maceió: Unesp/Ufal, 323

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (2014a) **Da etnografia das margens à antropologia da cidade**. In conferência no Colégio Brasileiro de Altos Estudos CBAE/UFRJ, 17 Outubro 2014. No quadro do programa da cátedra francesa do consulado da França. Rio de Janeiro: UERJ, Departamento de Antropologia.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (2014b) **Un monde de camps**. Paris: La Découverte, 350

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (2011) **Antropologia da cidade. Lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 216

Anders, G. (2007) **Abrigos Temporários de caracter emergencial**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / Área de Concentração: Design e Arquitetura) São Paulo: FAU/USP, 119

Andrist, R. K. (1964) **The long death: the last days of the Plains Indian**. Nova Iorque: Collier Macmillan, 371

Ascher, C. (2001 [1983]) **International Organizations**. 3ª Edição. Londres: Routledge, 204

Ascher, F. (2004) **Les Nouveaux Principes de L'Urbanisme**. Paris: Editions de L'Aube, 109

Arendt, H. (1998 [1949]) **Origem do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 3ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 565

Augé, M. (2005 [1992]) **Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Tradução de Miguel Serras Pereira. 1ª Edição. Lisboa: 90º, 104

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (1994) **Le sens des autres**. Paris: Fayard, 204

Babister, E.; Kelman, I. (2002) The emergency shelter process with application to case studies in Macedonia and Afghanistan. **Jornal of Humanitarian Assistance**. Janeiro 2002. 1-64

Barata Salgueiro, T.; Ferrão, J. (Coord.) (2005) **Geografia de Portugal, Sociedade, Paisagens e Cidades**. Volume II. Lisboa: Circulo dos Leitores, 419

Barboza, A.; Barbitato, J.; Silva, M. (2008) Avaliação do uso de bambu como material alternativo para a execução de habitação de interesse social, **Ambiente Construído**, Porto Alegre, volume VIII, n. 1, 115-29

Broadbent, G. (1990) **Emerging concepts in urban space design**. Londres: Van Nostrand Reinhold, 380

Borja, J.; Muxí, Z. (2003) **El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía**. Barcelona: Electa, 415

- Castells, M. (2003) **A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume I. A sociedade em rede**. Lisboa: Gulbenkian, 716
- Corsellis, T.; Vitale, A. (2005) **Transitional Settlement: Displaced Populations**. Oxfam: Oxford, 386
- Davis, M. (2006) **Planet of Slums**. 1 Edição. Londres; Nova Iorque: Verso, 228
- De Auria, V. (2010) **Human Settlements: Formulations and (re)calibrations**. Amsterdão: SUN Academia, 171
- Dickinson, R. (1951) **The West European city. A Geographical interpretation**. Londres: Routledge & Paul, 580
- Dumper, M.; Stanley, B. (2007) **Cities of the Middle East and North Africa: A Historical Encyclopedia**. Oxford: ABC-CLIO. 439
- Ferrão, J. (2015) **Governança democrática metropolitana: como construir a "cidade dos cidadãos"?**. In Ferreira, A.; Rua, J.; Mattos, R. (Orgs.) Desafios da metropolização. 1. Edição. Rio de Janeiro: Consequência, 209-21
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (2003) **Intervir na Cidade: Complexidade, Visão e Rumo**. In Portas, N.; Domingues, Á.; Cabral, J. (Eds.), *Políticas Urbanas, Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 218-25
- Frechaut, M. (2009) Amnistia Internacional, Notícias 04, Dossier: **O Mundo dos Migrantes**, Portugal, Abril/Maio/Junho, 17
- Hall, P. (2002) **Cities of Tomorrow**. 3ª Edição. Oxford: Wiley-Blackwell, 576
- Hartmann, J.; Laue, F.; Lorenz, P.; Misselwitz, P. (Eds.) (2013) Camp Cities. **Dialog 112/113 - A Journal for Planning and Building in a Global Context**, 1-2/2013, 1-100
- Harvey, D. (2012) **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Londres; Nova Iorque: Verso, 216
- Herz, M. (2012) **From Camp to City: Refugee Camps of the Western Sahara**. Zurique: Lars Muller Publishers, 511
- Holborn, L. W.; Chartrand, P.; Chartrand, R. (1972) **Refugees: A Problem of Our Time: The Work of the United Nations High Commissioner for Refugees 1951-1972**. Volume II. Methuen: Scarecrow, 1525
- Hollifield, J. F. (2015 [2000]) **The Politics of International Migration: How Can "We Bring the State Back In"?**, In Brettel, C.; Hollifield, J. F. (Eds.) *Migration Theory: Talking across Disciplines*. 3ª Edição. Nova Iorque: Routledge, 227-68.
- Howard, E. (1996 [1902]) **Cidades-Jardins de amanhã**. Tradução Aurélio Lagonego. São Paulo: Hucitec, 211
- IASC (2008) **Selecting NFIs for Shelter**. Geneva: IASC Emergency Shelter Cluster, 90
- Jackson, I. (1991) The 1951 Convention relating to the Status of Refugees: A universal basis for protection. **International Journal of Refugee Law**, Oxford University Press, v. 3, n. 3, 403-13
- Jones, R. (2016) **Violent Borders: Refugees and the Right to Move**. Londres; Nova Iorque: Verso, 224
- JRS, Portugal (2010) **Muros que nos separam, detenção de requerentes de asilo e migrantes irregulares da EU**. Prior Velho: Paulinas, 208

Jubilut, L. (2007) **O Direito Internacional dos Refugiados e a sua aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 137

Kanashiro, M. (2004) Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma especial de sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 9. Editora UFPR. 33-7.

Koolhaas, R. (2006) **La Ciudad Genérica**. Barcelona: Gustavo Gilli, 62

Kother, B.; Ferreira, M.; Bregatto, P. (Orgs.) (2006) **Arquitetura & urbanismo: Postura, Tendências e Reflexões**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 390

Kronenburg, R. (1998) **Transportable, environments: theory, context, design and technology**. Londres: Routledge, 215

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (1995) **Houses in Motion: the genesis, history and development of the protable building**. Londres: Academy Editions, 168

Kuhn, T. S. (1991 [1962]) **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução por Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 257

Lamas, J. (1993) **Morfologia urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 564

Leandro, J. (1984) **Retorno de Desalojados e Retorno de Emigrantes**. Emigração e Retorno na Região Centro, Coimbra, Comissão Coordenação da Região Centro, 323-78

Lechner, N. (2008) **Heating Cooling and Lighting: Sustainable Design Methods for Architects**. 2ª Edição. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 720

Lefebvre, H. (1999 [1970]) **A Revolução Urbana**. Tradução Sérgio Martins e Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: UFMG, 224

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (2001 [1968]) **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 146

Lynch, K. (2009) **A imagem da Cidade**. Tradução Maria Afonso. Lisboa: Edição 70, 198

Magalhães, M. R. (2001) **Arquitetura Paisagística: morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 528

Meyers, E. (2000) Theories of International Migration Policy - A Comparative Analysis, **International Migration Review** 34, 1245-82.

Moe, K. (2010) **Thermally Active Surfaces in Architecture**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 240

OCHA (2010) **Shelter after disaster: strategies for transitional settlement and reconstruction**. 2 Edição. Geneva: Shelter Center, 351

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (2004) A guide to the use and logistics of family tents in humanitarian relief. **United Nations Publication**. OCHA/ESB/2004/19, 29-40

Oliveira, N. (2008) **A integração dos “retornados” no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda**. In VI congresso Português, Mundos Sociais: Saberes e Práticas Sociologia, 25 a 28 Junho 2008. Lisboa: UNL/FCSH, 17

Patricios, N. (2002) Urban design principles of the original neighbourhood concepts. **Urban Morphology**, Volume VI (1), 21-32

- Pinto, A. (2015). “Refugiados Ambientais” e a Lacuna Jurídica no Direito Internacional. Público. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Unijuí, ano 3, n. 5, Jan./Jun, 258-72
- Pires, R. P. (2012). O problema da integração Sociologia, **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIV, 55-87
- \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. (2003). **Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa**. Oeiras: Celta Editora, 289
- Ramos, A. C.; Rodrigues, G.; Almeida, G. A. (Orgs.) (2011) **60 anos de ACNUR : perspectivas de futuro**. São Paulo : Editora CL-A Cultural, 318
- Raposo, I. (2016). Marginal urban areas: A new global Phenomenon needs new ways of thinking and intervening. Lisbon Metropolitan Area (Portugal). **Inclusive/Exclusive cities**. Sinergi Project: Skopje, Book II (3/28/2016), 48-71
- Rawlence, B. (2016). **City of Thorns, Nine Lives in the World’s Largest Refugee Camp**. Londres: PortoBello Books, 384
- RCCTE (2006) **Decreto-Lei Nº 80/2006 (4/04)**. Regulamento da Características de Comportamento Térmico dos Edifícios. Diário da República I Série. Número 67, 2468-513
- Rocca, L. (2002) **A cidade colonial ibero-americana: A malha urbana**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura.) Porto Alegre: FA/UFRGS, 293
- Santos, P.; Matias, L. (2006). **Coeficiente de transmissão térmica de elementos envolvente dos Edifícios**. 1ª Edição, Lisboa: LNEC, 171
- Taylor, N. (1998). **Urban Planning Theory since 1945**. Londres: SAGE Publications Ltd, 192
- The Sphere Project (2011) **The Sphere Project Humanitarian Charter and Minimum Standards in Humanitarian Response**. 3ª Edição. Southampton: Hobbs the Printer, 393
- Trier, J. (1995) **Alto comissariado das Nações Unidas para os refugiados, Organizações que ajudam o Mundo**. Tradução Maria Alberta Menéres. 3ª Coleção. Lisboa: Edinter, 64
- Torrinha, F. (1946) **Dicionário de língua portuguesa**. Porto: Domingos Barreira, 1366
- Türk, V.; Nicholson, F. (Eds.) (2003) **Refugee protection in international law**. Cambridge: Cambridge University Press, 717
- UN (2015) Department of Economic and Social Affairs, Population Division. World Urbanization Prospects: The 2014 Revision. **United Nations Publication**, ST/ESA/SER.A/366, 21-88
- UN-Habitat (2009) **UNHABITAT, Planning sustainable cities: global report on human settlements 2009**. Londres, earthscan, 306
- UNHCR (2007) **Handbook for Emergencies. United Nations High Commissioner for Refugees**. 3 Edição, Geneva: UNHCR, 582

\_\_\_\_\_ (2004) Protracted Refugee Situations, Executive Committee of the High Commissioner's Programme Standing Committee, **UNHCR**, 30<sup>o</sup> Encontro, UN Doc.EC/54/SC/CRP.14, 2

UW/DMC (1996) **First International Emergency Settlement Conference: New Approaches to New Realities, April 15-19, 1996: Preliminary Proceedings, University of Wisconsin. Disaster Management Center.** Wisconsin: University of Wisconsin, 508

Weber, B. (1998) **A arquitetura de um viaduto.** In Tsiomis, Y. (Org.) *Le Corbusier: Rio de Janeiro, 1929-1936.* Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro/PMRJ, 64-8.

## WEBGRAFIA

Acordo UE-Turquia sobre refugiados é "ilegal, imoral e impraticável". In *Jornal Público*. 03 Abril 2016. <https://www.publico.pt/mundo/noticia/acordo-ueturquia-sobre-refugiados-e-ilegal-imoral-e-impraticavel-1727974> [Consultado em 25 de Março de 2016]

ACNUR está preocupado com a situação humanitária no Sudão. In *UNHCR - ACNUR*. 6 Março 2009.

<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-esta-preocupado-com-a-situacao-humanitaria-no-sudao/> [Consultado em 14 de Março de 2016]

ACNUR pede que Turquia e UE garantam direitos de refugiados e migrantes. In *ONU BR*. 1 Abril 2016. <https://nacoesunidas.org/acnur-pede-que-turquia-e-ue-garantam-direitos-de-refugiados-e-migrantes/> [Consultado em 25 de Março de 2016]

ACNUR: Refugiados sírios já passam dos 4 milhões. In *UNHRC - ACNUR*. 9 Julho 2015.

<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/acnur-refugiados-sirios-ja-passam-dos-4-milhoes/> [Consultado em 28 de Fevereiro de 2016]

ACNUR: Relatório do ACNUR revela 60 milhões de deslocados no mundo por causa de guerras e conflitos. In *UNHCR - ACNUR*. 18 Junho 2015.

<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/relatorio-do-acnur-revela-60-milhoes-de-deslocados-no-mundo-por-cao-de-guerras-e-conflitos/> [Consultado em 11 de Fevereiro de 2016]

Almeida, S. J. (2014) Retornados - Sucesso e Fracasso. In *Jornal Público*. 20 Abril 2014.

<http://www.publico.pt/temas/jornal/retornados-uma-historia-de-sucesso-por-contar-28145408>. [Consultado em 18 de Março de 2016]

Apátridas. In *UNHRC - ACNUR*.

<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/apatridas/> [Consultado em 25 de Fevereiro de 2016]

Arquitetas portuguesas desempregadas querem ajudar refugiados da Síria. In *Jornal Público*. 30 Outubro 2014.

<http://p3.publico.pt/cultura/arquitetura/14251/arquitetas-portuguesas-desempregadas-querem-ajudar-refugiados-da-siria> [Consultado em 28 de Maio de 2016]

Assentamentos Humanos. *In Exploring Geography*.

<https://exploringgeography.wikispaces.com/file/view/CHAPTER-10+Human+settlements.pdf> [Consultado em 7 de Abril de 2016]

Topping, A. (2015) Calais refugee camp conditions diabolical, says report. *In The Guardian*. 2 Outubro 2015.

<http://www.theguardian.com/world/2015/oct/02/calais-refugee-camp-conditions-diabolical-report-jungle-bacteria-hygiene> [Consultado em 15 de Março de 2016]

Câmbio de moeda (Euro 2.056.500 € / 3.366.000 € – USD \$ 2.266.450 / \$ 3.709.630). *In OANDA*. 28 Junho 2016.

<https://www.oanda.com/lang/pt/currency/converter/> [Consultado em 28 de Junho de 2016]

Campo de refugiados de Zaatari na Jordânia completa três anos, com desafios para seus milhares de habitantes. *In UNHCR – ACNUR*. 28 Julho 2015.

<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/campo-de-refugiados-de-zaatari-na-jordania-completa-tres-anos-com-desafios-para-seus-milhares-de-habitantes/> [Consultado em 24 de Março de 2016]

Carta Mundial pelo Direito à Cidade. Maio 2005. *In Right to the city platform*.

<http://www.righttothecityplatform.org.br/download/publicacoes/Carta%20Mundial%20do%20Direito%20%C3%A0%20Cidade.pdf> [Consultado em 15 de Março de 2016]

Castillo, M. (2015) Tent cities sprouting in Haiti as migrants return from Dominican Republic. *In CNN*. 30 Julho 2015.

<http://edition.cnn.com/2015/07/28/americas/haiti-migrants-tent-cities-dominican-republic/> [Consultado em 21 de Março de 2016]

Censos 1970. *In INE*.

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_de\\_t&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=65587858&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_de_t&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=65587858&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554) [Consultado em 1 de Março de 2016]

Censos 1981. *In INE*.

[http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine\\_censos\\_publicacao\\_de\\_t&contexto=pu&PUBLICACOESpub\\_boui=65587858&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_de_t&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=65587858&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554) [Consultado em 1 de Março de 2016]

City in Ruins: The Legacy of Sichuan's Big Earthquake. *In The Atlantic*. 13 Maio 2013.

<http://www.theatlantic.com/china/archive/2013/05/city-in-ruins-the-legacy-of-sichuans-big-earthquake/275838/>. [Consultado em 22 de Março de 2016]

Charles, J. (2015) Tens of thousands still living in tents 5 years after Haiti earthquake. *In Miami Herald*. 11 Janeiro 2015.

<http://www.miamiherald.com/news/nation-world/world/americas/haiti/article6005817.html> [Consultado em 20 de Março de 2016]

China earthquake: 3.3 million tents needed for the homeless. *In Telegraph*. 24 Maio 2008.

<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/asia/china/2020925/China-earthquake-3.3-million-tents-needed-for-the-homeless.html> [Consultado em 22 de Março de 2016]

Creating Comfort; the design of refugee shelters through innovation. *In Rachel Himes*. 09 Outubro 2013.

<https://rnh3bc.wordpress.com/2013/10/09/creating-comfort-the-design-of-refugee-shelters-through-innovation/> [Consultado em 17 de Maio de 2016]

Crianças de 4 anos raptadas para tráfico de órgãos. *In Diário de Notícias*. 1 Junho 2016.

<http://www.dn.pt/sociedade/interior/criancas-de-4-anos-raptadas-para-trafico-de-orgaos-5203304.html> [Consultado em 4 de Junho de 2016]

Dados Populacionais, *Baseline* Financeiros, Chade. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2533?y=2015#year> [Consultado 4 de Junho 2016]

Dados Populacionais, *Baseline* Financeiros, Gaza. *In UNRWA*.

[http://www.unrwa.org/sites/default/files/2014-2015\\_programme\\_budget\\_blue\\_book.pdf](http://www.unrwa.org/sites/default/files/2014-2015_programme_budget_blue_book.pdf) [Consultado 4 de Junho 2016]

Dados Populacionais, *Baseline* Financeiros, Grécia. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/RRMRP%20Europe%20Jan.-Dec%202016%20-%20Revision%20May%202016.pdf> [Consultado 4 de Junho 2016]

Dados Populacionais, *Baseline* Financeiros, Jordânia. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2549?y=2015#year> [Consultado 4 de Junho 2016]

Dados Populacionais, *Baseline* Financeiros, Quênia. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2537?y=2015#year> [Consultado 4 de Junho 2016]

Dados Populacionais, *Baseline* Financeiros, R.D. do Congo. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/4874?y=2015#year> [Consultado 4 de Junho 2016]

Dados Populacionais, *Baseline* Financeiros, Sudão. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2535?y=2015#year> [Consultado 4 de Junho 2016]

Dados Populacionais, *Baseline* Financeiros, Turquia. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2544?y=2015#year> [Consultado 4 de Junho 2016]

Darfur: A história de um “genocídio”. *In Euronews*. 18 Fevereiro 2015.

<http://pt.euronews.com/2015/02/18/darfur-a-historia-de-um-genocidio/> [Consultado em 17 de Março de 2016]

Darfur: após cinco anos de sofrimento, a crise agrava-se, denuncia John Holmes. *In UNRIC*. 4 Abril 2008.

<http://www.unric.org/pt/actualidade/16790> [Consultado em 28 de Fevereiro de 2016]

Declaração Universal dos Direitos Humanos, Assembleia Geral das UN. *In Unesco Brasil*. 10 Dezembro 1948.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> [Consultado em 10 de Maio de 2016]

Democratic Republic of Congo: Internally displaced persons and returnees. *In OCHA*. Setembro 2015.

[http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/dr\\_congo\\_-\\_internally\\_displaced\\_persons\\_and\\_returnees\\_-\\_september\\_2015.pdf](http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/dr_congo_-_internally_displaced_persons_and_returnees_-_september_2015.pdf) [Consultado em 16 de Março de 2016]

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, *In Priberam*.

<https://www.priberam.pt/> [Consultado em 16 de Abril de 2016]

Esgotam-se os caminhos para a paz no Sudão do Sul. *In Jornal Público*. 5 Março 2015.

<https://www.publico.pt/mundo/noticia/esgotamse-os-caminhos-para-a-paz-no-sudao-do-sul-1688204> [Consultado em 28 de Fevereiro de 2016]

- Five years after the Wenchuan earthquake. *In Go Nature*. Maio 2013.  
<http://go.nature.com/TECoT5> [Consultado em 22 de Março de 2016]
- Geography - Characteristics and climate of deserts. *In BBC*.  
[http://www.bbc.co.uk/schools/gcsebitesize/geography/ecosystems/desert\\_rev1.shtml](http://www.bbc.co.uk/schools/gcsebitesize/geography/ecosystems/desert_rev1.shtml)  
 [Consultado em 17 de Maio de 2016]
- Global Report 2003 - Republic of Chad. *In UNHCR*.  
<http://www.unhcr.org/40c6d7700.html> [Consultado em 15 de Março de 2016]
- Global Strategy for Settlement and Shelter, 2014 – 2018. *In UNHCR*.  
<http://www.unhcr.org/530f13aa9.pdf> [Consultado em 10 de Julho de 2016]
- Global Trends 2015. *In UNHCR*. 20 Junho 2016.  
<http://www.unhcr.org/global-trends-2015.html> [Consultado em 21 de Junho de 2016]
- Global Trends Forced Displacement in 2015. *In Amazonaws*. 20 Junho 2016.  
<https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2016/2016-06-20-global-trends/2016-06-14-Global-Trends-2015.pdf> [Consultado em 21 de Junho de 2016]
- Google Earth. Version 7.1.5.1557. *In Google*. 2015.  
<https://earth.google.com/> [Consultado em 4 de Junho de 2016]
- Growing Number of Haitians Forced to Leave DR Are Living in Tent Cities with Little Resources. *In Atlanta Black Star*. 30 Julho 2015.  
<http://atlantablackstar.com/2015/07/30/growing-number-haitians-moving-back-dominican-republic-living-tent-cities-little-resources/> [Consultado em 21 de Março de 2016]
- Growing up in a refugee camp. *In UNHCR*.  
<http://www.unhcr.org/42ef92c77.html> [Consultado em 16 de Março de 2016]
- IDP in UNAMID base in Khor Abeche. *In Flickr*. 06 Abril 2014.  
<https://www.flickr.com/photos/unamid-photo/13798442853/in/photostream/>  
 [Consultado em 19 de Março de 2016]
- IKEA renova tendas para refugiados e recebe primeira encomenda. *In Diário das Notícias*. 31 Março 2015.  
<http://www.dn.pt/globo/interior/ikea-renova-tendas-para-refugiados-e-recebe-primeira-encomenda-4485595.html> [Consultado em 16 de Maio de 2016]
- In Exile - Deportations and violence have driven tens of thousands of people of Haitian descent from their homes in the Dominican Republic — while the world is silent. *In New York Times*. 13 Janeiro 2016.  
<http://www.nytimes.com/2016/01/17/magazine/haitians-in-exile-in-the-dominican-republic.html> [Consultado em 22 de Março de 2016]
- Infopédia, dicionários Porto Editora. Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico, Carta de Atenas, 2003-2016, *In Infopédia*.  
[http://www.infopedia.pt/\\$carta-de-atenas](http://www.infopedia.pt/$carta-de-atenas) [Consultado em 16 de Abril de 2016]
- Informação da Convenção da Organização da Unidade Africana. *In Cidade Virtual*.  
[http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn\\_lisboa/e-oua.html](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/e-oua.html) [Consultado em 9 de Março de 2016]
- Informação da Convenção de 1951. *In UNHCR – ACNUR*.  
<http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>  
 [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação da Declaração de Cartagena das Índias. *In Cidade Virtual*.

[http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn\\_lisboa/cartagen.html](http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/cartagen.html)

[Consultado em 10 de Março de 2016]

Informação da Organização dos Estados Americanos. *In OAS*.

[http://www.oas.org/dil/port/tratados\\_A-](http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm)

[41\\_Carta\\_da\\_Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_Estados\\_Americanos.htm](http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm)

[Consultado em 10 de Março de 2016]

Informação do Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados de 1967. *In UNHCR – ACNUR*.

[http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bmode%5D=1&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bpointer%5D=0&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx\\_danpdocumentdirs\\_pi2%5Buid%5D=595](http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bmode%5D=1&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bpointer%5D=0&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bsort%5D=doctitle,sorting,uid&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownload%5D=yes&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Bdownloadtyp%5D=stream&tx_danpdocumentdirs_pi2%5Buid%5D=595) [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre ACNUR. *In UNHCR – ACNUR*.

<http://www.acnur.org/t3/portugues/o-acnur/> [Consultado em 7 de Março de 2016]

Informação sobre AMI. *In AMI*.

<https://ami.org.pt/> [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre CARE. *In CARE*.

<http://www.care.org/our-work> [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre EASO. *In Comissão Europeia*.

<https://www.easo.europa.eu/sites/default/files/public/BZ0213822PTC3.pdf>

[Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre FRONTEX. *In Comissão Europeia*.

<http://frontex.europa.eu/about-frontex/mission-and-tasks/>

[Consultado em 7 de Março de 2016]

Informação sobre IOM. *In IOM*.

<http://www.iom.int/about-iom> [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre MSF. *In MSF*.

<http://www.msf.org.br/quem-somos/> [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre ONU. *In Centro de Notícias da ONU*.

<https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu>

[Consultado em 7 de Março de 2016]

Informação sobre Save The Children. *In Save The Children*.

[http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMG|pl4E/b.6146405/k.C7E9/About\\_Us.htm](http://www.savethechildren.org/site/c.8rKLIXMG|pl4E/b.6146405/k.C7E9/About_Us.htm) [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre SECA. *In Comissão Europeia*.

[http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/ceas-fact-sheets/ceas\\_factsheet\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/docs/ceas-fact-sheets/ceas_factsheet_pt.pdf) [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre Sphere Project. *In Sphere Project*.

<http://www.sphereproject.org/about/> [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre UNICEF. *In UNICEF*.

<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101110&m=1> [Consultado em 8 de Março de 2016]

Informação sobre a UNRWA. *In UNRWA*.

<http://www.unrwa.org/> [Consultado em 7 de Março de 2016]

Information about Chad. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2533> [Consultado em 15 de Março de 2016]

Information about Democratic Republic of Congo. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/4874> [Consultado em 16 de Março de 2016]

Information about Jordan. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2549>. [Consultado em 24 de Março de 2016]

Information about Jordan - 2016. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2549?y=2016#year> [Consultado em 24 de Março de 2016]

Information about Sudan. *In UNHCR*. Disponível em:

<http://reporting.unhcr.org/node/2535> [Consultado em 17 de Março de 2016]

Information about Turkey - 2014. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2544?y=2014#year> [Consultado em 25 de Março de 2016]

Information about Turkey - 2015. *In UNHCR*.

<http://reporting.unhcr.org/node/2544?y=2015#year> [Consultado em 25 de Março de 2016]

Janjaweed Torches South Darfur IDP Camp Next to UNAMID Base. *In Enough Project*. 28 Março 2014.

<http://enoughproject.org/blogs/janjaweed-torches-south-darfur-idp-camp-next-unamid-base> [Consultado em 19 de Março de 2016]

Jordan's Zaatari refugee camp turns 3, challenges for the future of the thousands living there. *In UNHCR*. 28 Julho 2015.

<http://www.unhcr.org/en-us/news/briefing/2015/7/55b89a1a9/jordans-zaatari-refugee-camp-turns-3-challenges-future-thousands-living.html> [Consultado em 24 de Março de 2016]

Mais de 2,25 milhões de pessoas encontram-se deslocadas pelo conflito no Sudão do Sul. *In UNHCR - ANCUR*. 07 Julho 2015.

<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/mais-de-225-milhoes-de-pessoas-encontram-se-deslocadas-pelo-conflito-no-sudao-do-sul/> [Consultado em 18 de Março de 2016]

Mais de 30 crianças sírias violadas em campo de refugiados turco. *In Diário de Notícias*. 12 Maio 2016.

<http://www.dn.pt/mundo/interior/mais-de-30-criancas-sirias-violadas-em-campo-de-refugiados-turco-5170471.html>. [Consultado em 5 de Junho de 2016]

Mapa da urbanização no mundo entre 1950 e 2030. *In Archdaily*. 9 Março 2015.

<http://www.archdaily.com.br/br/763172/mapas-a-urbanizacao-no-mundo-entre-1950-e-2030> [Consultado em 1 de Abril de 2016]

Materials for shade nets. *In Speedkits*. 2015.

[http://www.speedkits.eu/sites/www.speedkits.eu/files/shadenets\\_final%20low.pdf](http://www.speedkits.eu/sites/www.speedkits.eu/files/shadenets_final%20low.pdf) [Consultado em 20 de Junho de 2016]

Moorehead, C. (2016) City of Thorns do New York Times. *In New York Times*. 15 Janeiro 2016. [http://www.nytimes.com/2016/01/17/books/review/city-of-thorns-by-ben-rawlence.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2016/01/17/books/review/city-of-thorns-by-ben-rawlence.html?_r=0) [Consultado em 14 de Março de 2016]

MSF; Shelter Center (2007) Camp Planning Guidelines 07b, Incomplete Draft. *In Humanitarian Library*. 15 e 16 Novembro 2007. <http://www.humanitarianlibrary.org/resource/camp-planning-guidelines-incomplete-draft> [Consultado 31 de Maio 2016]

News from NRC. *In Norwegian Refugee Council*. <https://www.nrc.no/?aid=9137110> [Consultado em 18 de Maio de 2016]

Números de pessoas em campo e acampamentos IFO2. *In UNHCR*. 31 Maio de 2016. <http://data.unhcr.org/horn-of-africa/settlement.php?id=22&country=110&region=3> [Consultado em 4 de Junho 2016]

Números de pessoas em campo e acampamentos Iridimi. *In blogspot*. <http://iridimi.blogspot.pt/p/camp-data.html> [Consultado em 4 de Junho 2016]

Números de pessoas em campo e acampamentos Jabalia. *In UNRWA*. <http://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip/jabalia-camp> [Consultado em 4 de Junho 2016]

Números de pessoas em campo e acampamentos Mugunga. *In blogspot*. <http://natarajasfoot.blogspot.pt/2015/04/drc-part-iii-> [Consultado em 4 de Junho 2016]

Números de pessoas em campo e acampamentos Parc Cadeau. *In New York Times*. <http://www.nytimes.com/2016/01/17/magazine/haitians-in-exile-in-the-dominican-republic.html> [Consultado em 4 de Junho 2016]

Números de pessoas em campo e acampamentos Zaatari. *In UNHCR*. 1 Junho 2016. <http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&country=107&region=77> [Consultado em 4 de Junho 2016]

O Direito à Cidade. Londres, n. 53, Sept/Oct 2008, 23-40. *In New Left Review*. <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city> [Consultado em 14 de Março de 2016]

O Sol também está presente à noite. *In Inter Press Service*. 22 Setembro 2015. <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2010/05/economia/destaques-o-sol-tambem-esta-presente-a-noite/> [Consultado em 1 de Junho de 2016]

Papa pede à Europa para continuar a acolher refugiados. *In Jornal Notícias*. 11 Janeiro 2016. <http://www.jn.pt/mundo/interior/papa-pede-a-europa-para-continuar-a-acolher-refugiados-4973785.html> [Consultado em 3 de Junho de 2016]

Paredes - Departamento de Engenharia Civil, Arquitectura e Georrecursos. *In Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa*. 04 Abril 2016. <http://www.civil.ist.utl.pt/~joaof/tc-cor/17%20Paredes%20-%20COR.pdf> [Consultado em 10 de Junho de 2016]

PASSA, Participatory Approach for Safe Shelter Awareness 2011, *In IRFC*. <http://www.ifrc.org/PageFiles/95526/publications/305400-PASSA%20manual-EN-LR.pdf> [Consultado em 29 de Maio de 2016]

PENSAR A CIDADE, no TEMPO da Incerteza. Sobre modelos e paradigmas da cidade contemporânea. *In UB.EDU*.

<http://www.ub.edu/escult/Water/water12/Water012.pdf> [Consultado em 14 de Março de 2016]

Principais requerentes de asilo nos países industrializados são iraquianos, afegãos e somalis. *In Centro de Notícias da ONU*. 21 Outubro 2015.

<http://www.unric.org/pt/direitos-humanos-actualidade/26212-principais-requerentes-de-asilo-nos-paises-industrializados-sao-iraquianos-afegaos-e-somalis> [Consultado em 20 de Fevereiro de 2016]

Quando os migrantes em Itália se tornam um negócio. *In Euronews*. 04 Abril 2016.

<http://pt.euronews.com/2016/04/08/quando-os-migrantes-em-italia-se-tornam-um-negocio/> [Consultado em 3 de Junho de 2016]

Rawlence, B. (2015a) New York Times, The Other Refugee Crisis. *In the New York Times*. 9 Outubro 2015.

<http://www.nytimes.com/2015/10/10/opinion/the-other-refugee-crisis.html>. [Consultado em 14 de Março de 2016]

Rawlence, B. (2015b) The Other Refugee Crisis do New York Times,. *In New York Times*. 09 Outubro 2015.

<http://www.nytimes.com/2015/10/10/opinion/the-other-refugee-crisis.html> [Consultado em 14 de Março de 2016]

Refugee - Overview of forced displacement. *In United Nations*.

<http://www.un.org/en/globalissues/briefingpapers/refugees/overviewofforceddisplacement.html> [Consultado em 14 de Março de 2016]

Refugee camp on the Syria-Turkey border, now home to thousands. *In Telegraph*. 13 Fevereiro 2016.

<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/syria/12156063/Drone-footage-captures-makeshift-refugee-camp-now-home-to-thousands.html> [Consultado em 25 de Março de 2016]

Refugees camps are the 'cities of tomorrow', says humanitarian-aid expert. Entrevista a Kilian Kleinschmidt. *In Magazine Dezeen*. 23 Novembro 2015.

<http://www.dezeen.com/2015/11/23/refugee-camps-cities-of-tomorrow-killian-kleinschmidt-interview-humanitarian-aid-expert/> [Consultado em 5 de Abril de 2016]

Refugees/Migrants Emergency Response – Mediterranean, Greece factsheet. *In UNHCR*. 1 Janeiro a 31 Maio de 2016.

<http://data.unhcr.org/mediterranean/download.php?id=1513> [Consultado em 10 de Junho de 2016]

Refugees work: A humanitarian investment that yields economic dividends. *In Tent*. 18 Maio 2016.

[http://static1.squarespace.com/static/55462dd8e4b0a65de4f3a087/t/573cb9e8ab48de57372771e6/1463597545986/Tent-Open-Refugees+Work\\_VFINAL-singlepages.pdf](http://static1.squarespace.com/static/55462dd8e4b0a65de4f3a087/t/573cb9e8ab48de57372771e6/1463597545986/Tent-Open-Refugees+Work_VFINAL-singlepages.pdf) [Consultado em 2 de Junho de 2016]

Refugiados e deslocados internos. *In Médicos Sem Fronteiras*.

<http://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atuacao/refugiados-e-deslocados-internos> [Consultado em 25 de Fevereiro de 2016]

Report of the United Nations conference on human settlements (Habitat II). 3-14 Junho 1996. *In United Nations*.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G96/025/00/PDF/G9602500.pdf>. [Consultado em 15 de Março de 2016]

Resettlement, New beginnings in a new country. *In UNHCR*.  
<http://www.unhcr-centraleurope.org/en/what-we-do/resettlement.html> [Consultado em 18 de Março de 2016]

Retornados. *In UNHRC - ACNUR*.  
<http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/retornados/> [Consultado em 25 de Fevereiro de 2016]

Sessenta mil deslocados internos vivem em condições precárias em Kivu do Norte. *In UNHCR - ANCUR*. 08 Outubro 2012.  
<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/60-mil-deslocados-internos-vivem-em-condicoes-precarias-em-kivu-do-norte/> [Consultado em 17 de Março de 2016]

Shade nets: use and deployment in humanitarian relief environments, 1<sup>o</sup> Edition 2006. *In humanitarian Response*.  
<https://www.humanitarianresponse.info/system/files/documents/files/Shade%20nets.pdf> [Consultado em 29 de Maio de 2016]

Shelter - Alternatives to Camps. *In UNHCR*.  
<http://www.unhcr.org/pages/49c3646cf2.html> [Consultado em 15 de Maio de 2016]

Solar Power Brings Light to Quake-Darkened Haiti. *In National Geographic*. 31 Março 2010.  
<http://news.nationalgeographic.com/news/2010/03/100331-solar-light-haiti/> [Consultado em 1 de Junho de 2016]

States Parties to the 1951 Convention relating to the Status of Refugees and the 1967 Protocol, 28 Junho 2011. *In UNHCR*.  
<http://www.unhcr.org/protection/basic/3b73b0d63/states-parties-1951-convention-its-1967-protocol.html> [Consultado em 8 de Março de 2016]

Syria Regional Refugee Response - Inter-agency Information Sharing Portal. *In UNHCR*.  
<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&region=77&country=107> [Consultado em 24 de Março de 2016]

Syria Regional Refugee Response - Inter-agency Information Sharing Portal. REACH Winterisation Assessment for Zaatari Camp, Outubro 2015. *In UNHCR*.  
<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&region=77&country=107> [Consultado em 24 de Março de 2016]

Syria Regional Refugee Response - Inter-agency Information Sharing Portal. REACH Zaatari camp General Infrastructure Map, Novembro 2015. *In UNHCR*.  
<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/settlement.php?id=176&region=77&country=107> [Consultado em 24 de Março de 2016]

Ten Largest Refugee Camps. *In The Wall Street Journal*. 06 Setembro 2013.  
<http://www.wsj.com/news/articles/SB10001424127887323932604579052742703621858#10> [Consultado em 23 de Março de 2016]

These Schools for Refugee Children in Jordan are Built Using Scaffolding and Sand. *In Archdaily*. 27 Junho 2015.  
<http://www.archdaily.com/770749/escuelas-modulares-de-andamios-y-arena-permiten-educar-a-los-ninos-refugiados-en-jordania> [Consultado em 27 de Maio de 2016]

The Sphere by Felix Stark. *In IgreenSpot*.

<http://www.igreenspot.com/the-sphere-by-felix-stark/> [Consultado em 27 de Maio de 2016]

The Universal Declaration of Human Rights. *In United Nations*. 10 Dezembro 1948.  
<http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> [Consultado em 10 de Maio de 2016]

Tratamento desigual coloca as mulheres em risco de apátrida. *In Refugiados*. 8 Março 2012.

[http://www.refugiados.net/\\_novosite/index011-serie2.html](http://www.refugiados.net/_novosite/index011-serie2.html) [Consultado em 25 de Fevereiro de 2016]

Unamid re-constructs ravaged Khor Abeche camp, South Darfur. *In Dabanga*. 23 Março 2014.

<https://www.dabangasudan.org/en/all-news/article/unamid-re-constructs-ravaged-khor-abeche-camp-south-darfur> [Consultado em 19 de Março de 2016]

UNHCR - Global Appeal 2015 Update, Jordan. *In UNHCR*.

<http://www.unhcr.org/5461e6070.html> [Consultado em 25 de Março de 2016]

UNHCR - Global Appeal 2015 Update, Turkey. *In UNHCR*.

<http://www.unhcr.org/5461e60c52.html> [Consultado em 25 de Março de 2016]

UNRWA - Gaza Strip, Camp Profiles. *In UNRWA*.

<http://www.unrwa.org/where-we-work/gaza-strip>  
[Consultado em 23 de Março de 2016]

Weaving a Home. *In Abeer Seikaly*.

<http://www.abeerseikaly.com/weavinghome.php> [Consultado em 28 de Maio de 2016]

World Population Prospects The 2015 Revision. *In United Nations, Population Division*.

[https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key\\_findings\\_wpp\\_2015.pdf](https://esa.un.org/unpd/wpp/publications/files/key_findings_wpp_2015.pdf)  
[Consultado em 15 de Junho de 2016]

World Urban Forum 5: The Right to the City-Bridging the Urban Divide. Março 2010. *In UNICEF*.

<https://www.unicef-irc.org/article/663/> [Consultado em 15 de Março de 2016]

## ÁUDIOS / VÍDEOS

A Participação Social e o PDDU - Colóquio O PDDU e a Legislação Urbanística – Palestra. 17 Julho 2015. *In YouTube*.

[https://www.youtube.com/watch?v=o1OdBZeOm\\_g](https://www.youtube.com/watch?v=o1OdBZeOm_g) [Consultado em 10 de Junho de 2016]

Audição a requerimento do PSD, sobre a problemática das migrações e dos refugiados. *In Canal Parlamentar*. 16 Fevereiro 2016.

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=778&title=audicao-de-antonio-guterres>  
[Consultado em 20 de Fevereiro de 2016]

Conference The Current Refugees Crisis and Beyond: Narratives and Itineraries. *In ISCTE-IUL*. 29 Abril 2016.

<http://cei.iscte-iul.pt/eventos/evento/conference-the-current-refugees-crisis-and-beyond-narratives-and-itineraries/> [Consultado em 1 de Junho de 2016]

Direito à Moradia e o Habitat III (Semana do Direito à Cidade). *In YouTube*. 7 Junho 2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=5843ibO7ofU> [Consultado em 10 de Junho de 2016]

Displaced - Documentary about Syrian refugees in Calais, France. *In YouTube*. 12 Junho 2014.

<https://www.youtube.com/watch?v=Ymek7b6o5rA> [Consultado em 3 de Fevereiro de 2016]

Documentário Sou Refugiado, distinção entre o conceito de emigrante e refugiado. *In RTP Play*. 26 Março 2013.

<http://tv.rtp.pt/play/p1174/e113651/sou-refugiado> [Consultado em 25 de Fevereiro de 2016]

Documentário Sou Refugiado, processo de integração em Portugal. *In RTP Play*. 18 Junho 2013.

<http://www.rtp.pt/play/p1174/sou-refugiado> [Consultado em 10 de Fevereiro de 2016]

Documentary of Syrian Refugees - SURIA BAHARU DI TURKI. *In YouTube*. 7 Abril 2015.

[https://www.youtube.com/watch?v=gk2KgZ\\_ZgeM](https://www.youtube.com/watch?v=gk2KgZ_ZgeM) [Consultado em 2 de Março de 2016]

Falardeau, P. (2014) *Good Lie*. Burbank: Warner Bros. Pictures, [DVD], 112 m

George, T. (2004) *Hotel Rwanda*. Beverly Hills: United Artists Lionsgate, [DVD], 121 m

Lioret, p. (2009) *Welcome*. Roma: Teodora Film [DVD], 110 m

Menon, R. (2016) *Airlift*. Nova Déli: Prateek Entertainment, [DVD], 125 m

Rosi, G. (2016) *Fuocoammare*. Roma: 01 Distribution [DVD], 114 m

RTP - Grande Entrevista (IX) - Episódio 1 António Guterres. . *In RTP Play*. 06 Janeiro 2016.

<http://www.rtp.pt/play/p2234/e219989/grande-entrevista> [Consultado em 11 de Fevereiro de 2016]

RTP - Um muro na fronteira entre a Hungria e a Sérvia. *In RTP Notícias*. 10 Setembro 2015.

[http://www.rtp.pt/noticias/grande-reportagem/um-muro-na-fronteira-entre-a-hungria-e-a-servia\\_a857446](http://www.rtp.pt/noticias/grande-reportagem/um-muro-na-fronteira-entre-a-hungria-e-a-servia_a857446) [Consultado em 12 de Fevereiro de 2016]

Rwanda: Mugunga refugee camp. *In YouTube*. 21 Julho 2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=VcWnnLi1KAI> [Consultado em 16 de Março de 2016]

Violência e Cidade (Semana do Direito à Cidade). *In YouTube*. 7 Junho 2016.

<https://www.youtube.com/watch?v=QqH3BCyq5Fs> [Consultado em 10 de Junho de 2016]

# APÊNDICES

**APÊNDICE A – Questionários de análise sobre campos de refugiados.**

**Campo:** \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_ **Nº Pessoas:** \_\_\_\_\_ **N.º Tendas:** \_\_\_\_\_

**Acesso:** \_\_\_\_\_

**Rede viária:** \_\_\_\_\_

**Malha urbana e zonas de equipamentos:** \_\_\_\_\_

**Tipo de tendas/abrigos:** \_\_\_\_\_

**Zonas c/ Retretes:** \_\_\_\_\_ **Zonas de Banho:** \_\_\_\_\_ **Acesso água potável:** Fácil | Normal | Díficil |

**Iluminação pública:** \_\_\_\_\_ **Energia eléctrica ou outra:** \_\_\_\_\_

**Equipamentos Públicos:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**Quem projectou:** \_\_\_\_\_

**Quem financiou:** \_\_\_\_\_

**Quem construiu:** \_\_\_\_\_

**Quantas instituições dão apoio:** \_\_\_\_\_

**Observações:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

---

**1 – Identificação?**

Nome: \_\_\_\_\_ | Sexo: M | F | Idade: \_\_\_\_\_ | Nacionalidade: \_\_\_\_\_

**2 – A quanto tempo está neste campo de refugiados?**

| 1 mês | 3 meses | 6 meses | 12 a 24 meses | 24 a 60 meses |

**3 – Já esteve em outro campo de refugiados?**

Não | Sim> Onde, qual e tempo? \_\_\_\_\_

**4 – Porque que veio para a Europa?**

Conflitos e Perseguições | Falta e escassez de recursos básicos | Não quer continuar a viver sem condições no país de acolhimento ou origem |

**5 – Está a pensar pedir o requerimento de asilo? Para onde está a pensar ir?**

Não | Sim > Onde \_\_\_\_\_

**6 – Quais são as maiores dificuldades que sentem ao viver nesta comunidade? Se pudesse o que mudava?**

Acesso ao campo | Falta e escassez de recursos básicos | Abrigo sem condições | Acesso a água | Acesso a retrete e a banho | Acesso a energia e iluminação | localização de equipamentos | Falta de oportunidades para ficar independente | Sensação de estar preso, (im)possibilidade de sair | Tratado como lixo | Integração | Relação/interacção com resto de residentes nos campos e com gestores | Comunicação com o exterior | ... |

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**7 - Vive em que tipo de abrigo?**

| Apartamento/Moradia partilhada | Tenda tipo | Tenda Ikea | Contentor | Sem Abrigo |

**8 - Está confortável dentro do abrigo?**

Sim | Não > Porque? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Não, como era melhor \_\_\_\_\_

**9 - Quantas pessoas vivem consigo? Qual a relação de parentesco?**

| 0-3 | 3-5 | 5-7 | 8-10 |

**10 - A organização do espaço do campo (ruas, equipamentos, "casas"...) está bem?**

Sim | Não > Porque? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Se não como poderia ser melhorados \_\_\_\_\_

**11 - Os equipamentos públicos como o posto de distribuição, posto de saúde, escola, mercado, espaço recreativo são satisfatórios? (Enquadrar com os diferentes tipos de campo)**

Sim | Não > Porque? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Não, como poderiam ser melhorados \_\_\_\_\_

**12 - Como é a vida no campo de refugiados (de manhã quando se levanta, de manhã, almoço, tarde, noite) \_\_\_\_\_**

**13 - Gostava de viver mais perto do seu país, num espaço onde houvesse condições para ter uma vida digna, onde pudesse ter trabalho e dinheiro para si e para ajudar a sua família, ou preferia vir para a europa na mesma?**

| Gostava de viver mais perto do meu país | Vinha para a europa na mesma |

**12 - Já teve alguma formação ou reunião de grupo desde que chegou aqui? Qual?**

| Integração | Cultura e costumes | Língua | Escola |

**13 - Gostava de aprender uma nova língua e ter uma nova formação profissional?**

Sim | Não > Porque? \_\_\_\_\_

**14 - Como é ser refugiado? (Só perguntar se houver uma boa interação com a pessoa)**

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – Linha do tempo com todos os sectores intercalados do programa.

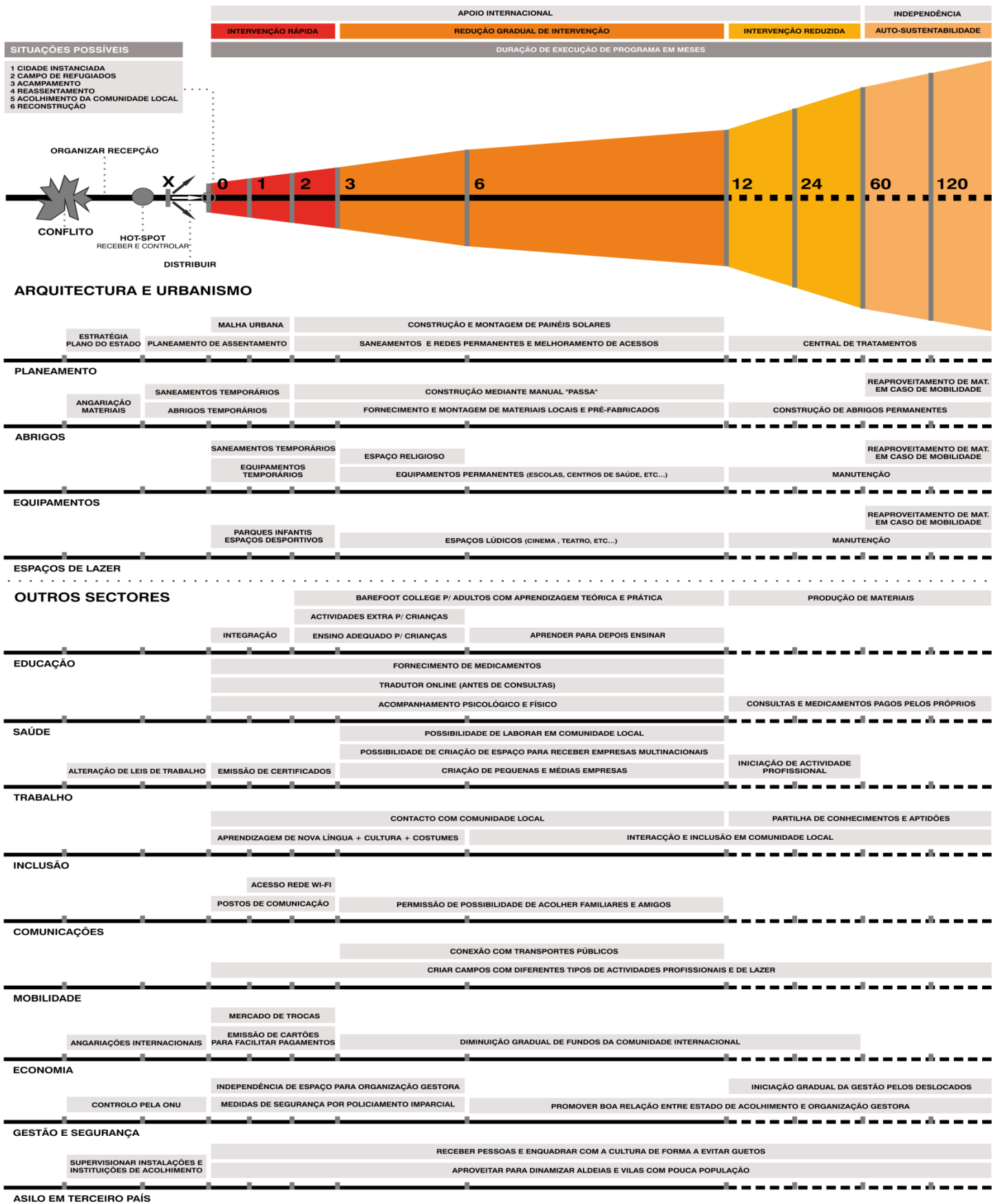


Fig. 66 - Linha do tempo com esquema de construção arquitectónica e urbana (Autor, 2016).

## APÊNDICE C – Linha do tempo com esquema de construção arquitectónica e urbana.

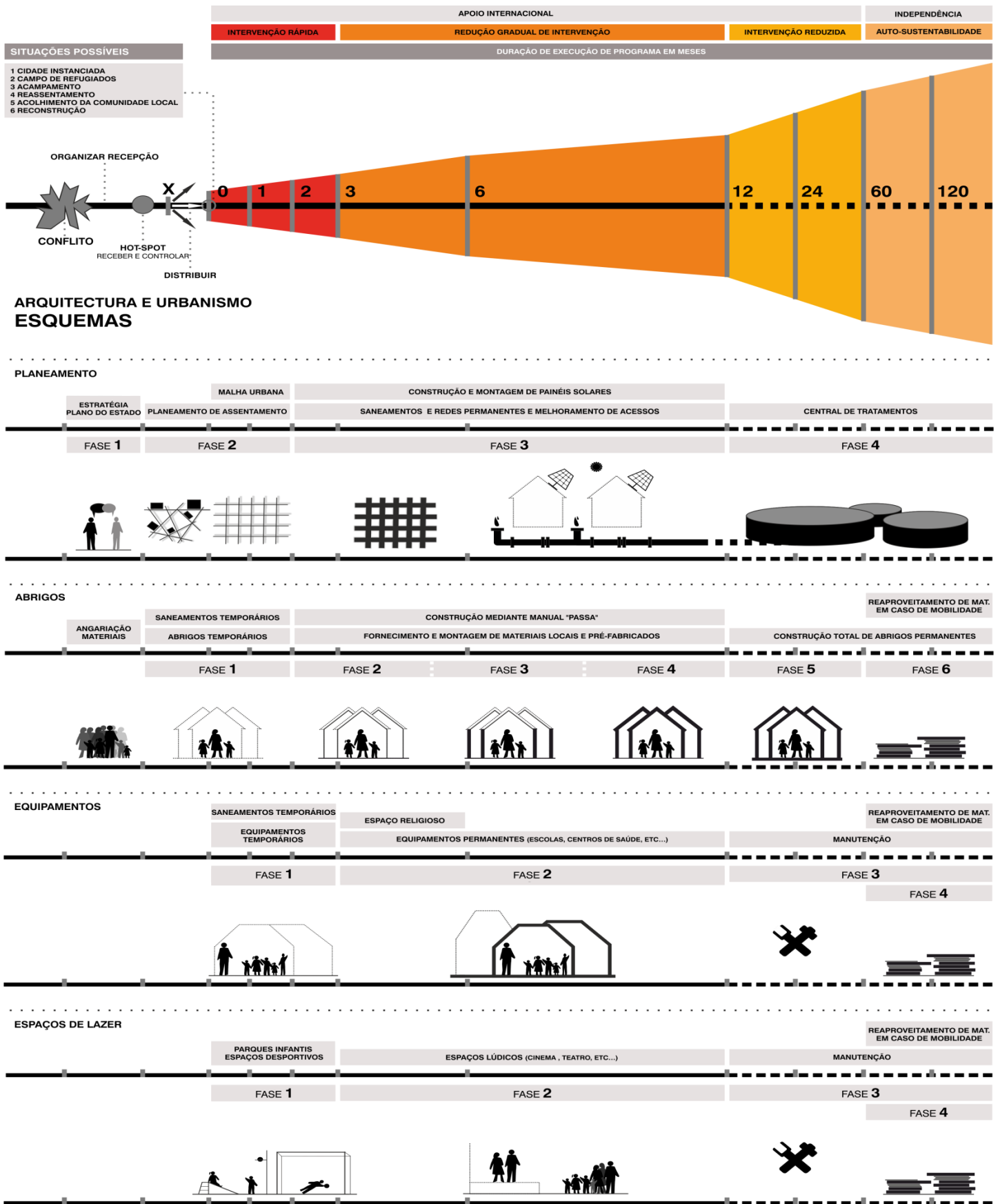


Fig. 67 - Linha do tempo com todos os sectores intercalados do programa (Autor, 2016).

**APÊNDICE D – Exemplos de modelos com formas para comunidades.**

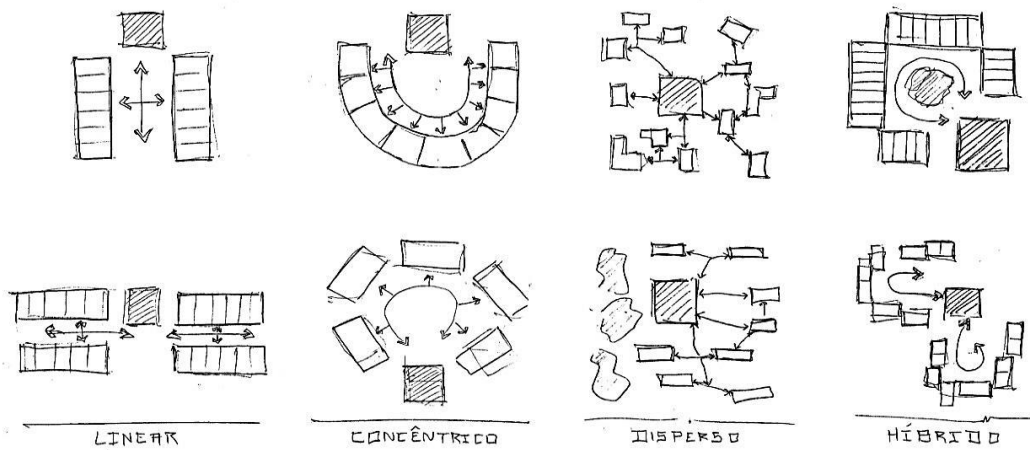


Fig. 68 - Estudos de possíveis modelos de comunidades (Autor, segundo exemplos visualizados, 2016).

**APÊNDICE E – Zona de crescimento de modelo conceitual ortogonal.**

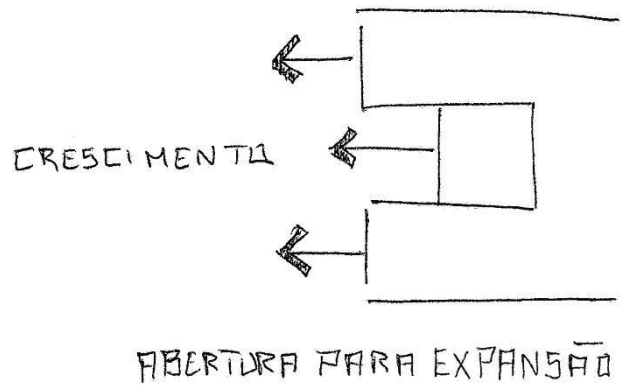


Fig. 69 - Estudo de possível abertura para expansão na malha ortogonal (Autor; Iwansson, 2016).

**APÊNDICE F – Zona de crescimento de modelo conceitual radioconcêntrico.**

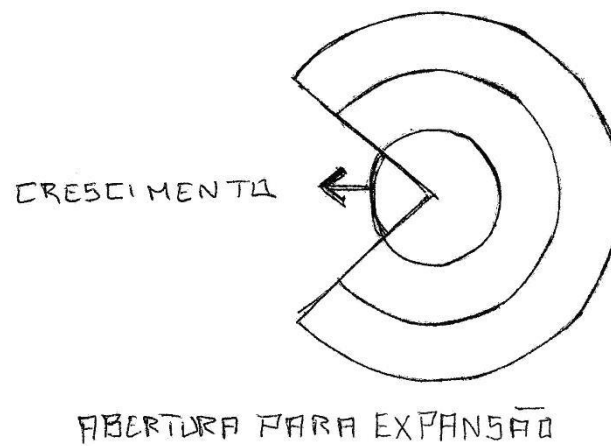


Fig. 70 - Estudo de possível abertura para expansão na malha radioconcêntrica (Autor; Iwansson, 2016).

### APÊNDICE G – Dimensionamento de vias de acesso e circulação.

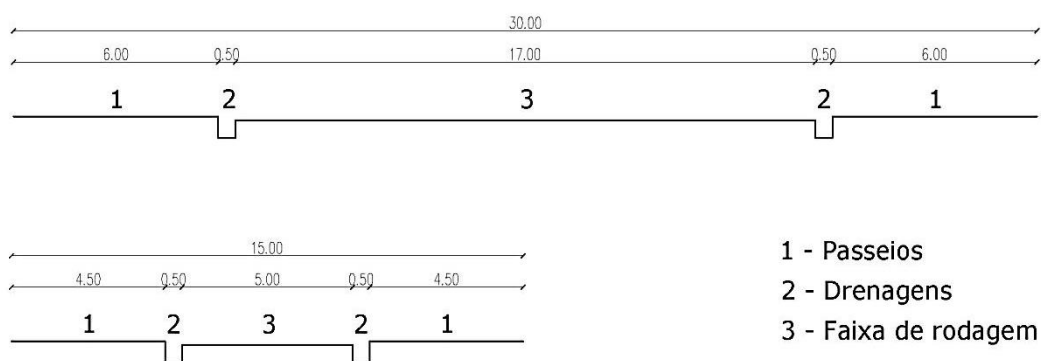


Fig. 71 - Estudo de dimensionamento da rede de acessos (Autor; Iwansson, 2016).

### APÊNDICE H – Modelo conceptual de malha híbrida.



Fig. 72 - Modelo de malha conceptual híbrida (Autor, 2016).

### APÊNDICE I – Tabela 7: Lista de entrevistados e informantes.

Entrevistado / Informante	Função / Instituição / Situação
Ammar	Refugiado do Irão
Ana Gomes	Eurodeputada
Antonio Nicolini	Voluntário da ONG (Hopeful Giving)
Bárbara Oliveira	Representante do CPR
Constantinos Kousaxidis	Ministério do Interior da Grécia
Celeste Quintino	Antropóloga e professora associada ISCSP
Filipa Abecasis	Representante da Cáritas
Kyriaki Chionidou	Coordenadora da ONG (ARSIS)
Mari	Voluntária da ONG (More Than Shelters)
Maria Neto	Arquiteta investigadora FAUP
Mariana Barbosa	Representante da PAR
Per Iwansson	Arquitecto especialista em causas humanitárias
Rougui	Voluntária do ACNUR
Slava	Refugiada da Síria
Samir	Refugiado da Síria

(Autor, 2016).

**APÊNDICE J – Evolução em linha de tempo de modelo conceptual ortogonal.**

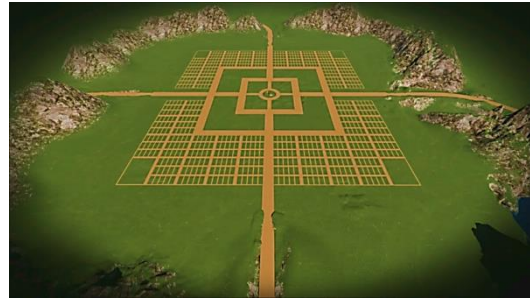
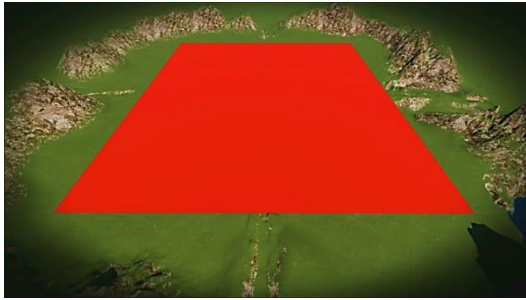


Fig. 73 – (A) Terreno para implantação de modelo com 90 ha ([UNHCR, 2007] 45m<sup>2</sup>/p x 20.000 pessoas); Fig. 74 - (B) Mês 1/120 Execução de vias de acesso, passeios e valetas ([A e B] Autor, 2016).



Fig. 75 - (A) Mês 2/120 Abrigos, equipamentos e saneamentos temporários; Fig. 76 - (B) Mês 3/120 Iniciação de abrigos permanentes ([A e B] Autor, 2016).



Fig. 77 - (A) Mês 5/120 Iniciação de equipamentos permanentes e espaços agrícolas; Fig. 78 - (B) Mês 8/120 Iniciação de saneamentos e redes permanentes, após estabilização de lotação ([A e B] Autor, 2016).



Fig. 79 - (A) Mês 12/120 Crescimento de árvores e arbustos no cinturão e espaços verdes (plantação meses 2 a 5); Fig. 80 - (B) Mês 13/120 Montagem de energias renováveis e apropriação de esp. de expansão ([A e B] Autor, 2016).



Fig. 81 - (A) Mês 15/120 Manutenção de abrigos, equipamentos e iniciação de central de tratamentos; Fig. 82 - (B) Mês 120/120 Manutenção de cidade instanciada, com infra-estrutura totalmente concluída ([A e B] Autor, 2016).

APÊNDICE K – Participação WDCD 2016: *Refugee Challenge*.

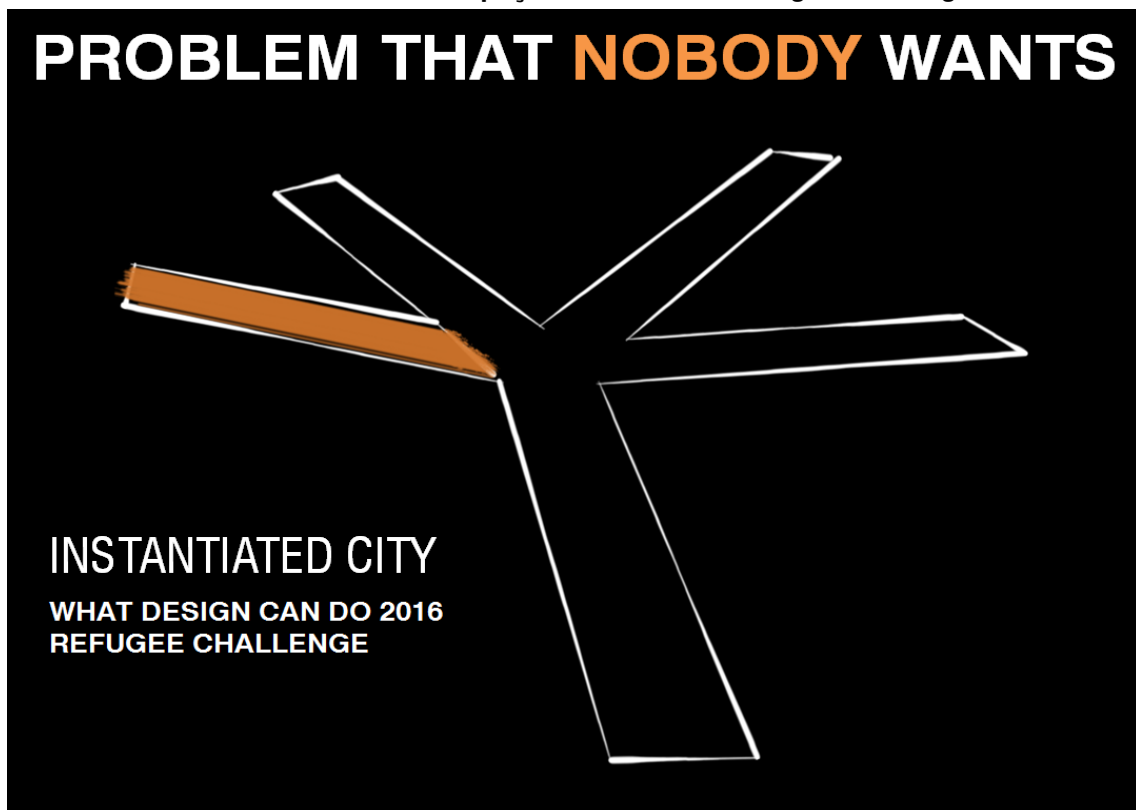


Fig. 83 - Capa de documento elaborado para participação no WDCD 2016 (Autor, 2016).

APÊNDICE L – Ciclo de Conversas do Grupo Gestual na FA-UL.

CICLO DE CONVERSAS FA-UL SALA 5.02 (29.11) 5.013 (7.12)

# A INCLUSÃO DOS REFUGIADOS DO DIREITO À HABITAÇÃO AO DIREITO À CIDADE

**29 DE NOVEMBRO 14:00** **7 DE DEZEMBRO 14:00 - 16:00**

**VISUALIZAÇÃO DO FILME "WELCOME" DE PHILIPPE LIORET**  
 França, 2009 (110 min.)  
 Seguido de uma reflexão alargada, aberta a todos os presentes.

**PER IWANSSON**  
 arquiteto  
 Cidades espontâneas e outras soluções para o acolhimento de refugiados. Reflexão a partir de experiências no Quênia e na Bósnia

**PEDRO F. NETO**  
 arquiteto, investigador no CEI-ISCTE-IUL  
 De campo de refugiados a cidade? Integração local e desmultiplicação de segregação no campo de Meheba, Zâmbia

**MÁRCIO COSTA**  
 finalista do curso de arquitetura na FA-UL  
 Proposta conceptual "Cidade instanciada"

**MÓNICA FRECHAUT**  
 psicóloga, Conselho Português para os Refugiados  
 O acolhimento dos refugiados em Portugal

**CELESTE QUINTINO**  
 antropóloga, professora associada do ISCSP-UL  
 Que oportunidades de refúgio para estes "viajantes indesejáveis" e "falsos" refugiados?

Moderação:  
 Silvia Jorge arquiteta, doutoranda CIAUD/FA-UL  
 Márcio Costa finalista do curso de arquitetura na FA-UL

Moderação:  
 Isabel Raposo arquiteta, professora associada da FA-UL

Comissão organizadora: Isabel Raposo, Márcio Costa, Silvia Jorge  
 No âmbito do projecto "Subúrbios habitacionais no espelho da lusofonia"  
 Rua Sá Nogueira, Pólo Universitário, Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa  
 www.gestual.fa.ul.pt

**Gestual** grupo de investigação em arquitetura e urbanismo  
**CIAUD** Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Habitação  
**FACULDADE DE ARQUITECTURA** Universidade de Lisboa  
**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Fig. 84 - Cartaz de divulgação de evento realizado após apresentação e conclusão da dissertação (Autor; Veiga, 2016).

ANEXOS

## ANEXOS

**ANEXO A - Quadro 1: Sumário de Padrões e indicadores do projecto Esfera e ACNUR.****Summary of standards and indicators**

<b>Site required</b>	<b>The Sphere Project, 2004 (indicators)</b>	<b>UNHCR, 2007 (standards)</b>
Minimum surface area of camp per person:	45m <sup>2</sup> including infrastructure but excluding land for agriculture	45m <sup>2</sup>
Minimum covered floor area per person:	3.5m <sup>2</sup> - 4.5m <sup>2</sup>	3.5m <sup>2</sup> in warm climates. 4.5m <sup>2</sup> - 5.5m <sup>2</sup> in cold climates or urban areas
Maximum size of camp:	*	20,000 persons
Site gradient:	Between 1% and 6%	Between 2% and 4%
Minimum depth of ground above water table:	3 m during rainy season	*

<b>Water supply</b>	<b>The Sphere Project, 2004</b>	<b>UNHCR, 2007</b>
Minimum quantity of water supplied: (litres per person per day)	7.5-15 minimum for survival	7 minimum for survival. 15-20 as soon as possible. Feeding centres require 20-30 litres, hospitals 40-60.
Maximum people per water source:	250 people per tap 500 people per handpump 400 people per well	200 per tapstand. Ideally one tapstand per community of 80-100 persons
Maximum distance from dwellings to water source:	500m	100m

<b>Sanitation</b>	<b>The Sphere Project, 2004</b>	<b>UNHCR, 2007</b>
Maximum people per latrine:	20 people (if sex segregated)	1st choice: Family 2nd choice: 20 persons 3rd choice: 100 persons
Distance from dwelling to toilet:	Maximum 50m or a minutes' walk	6m - 50m

<b>Communal facilities</b>	<b>The Sphere Project, 2004</b>	<b>UNHCR, 2007</b>
<b>Facilities Required:</b>	<b>Per Number of Sites:</b>	<b>Estimated Population:</b>
1 hospital	10	200,000
1 health centre	1.5	30,000
1 health post or clinic	(per sector)	Approximately 5,000
4 commodity distribution sites	1	20,000
1 market	1	20,000
1 school	(per sector)	5,000

(MSF; Shelter Center, 2007).

**ANEXO B - Opções de planos para comunidades com 16 famílias.**

